

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

GEZELI EBERHARD

**O SETOR DE CONFECÇÕES NA “REDE DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA” EM DOURADOS – MS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

**AQUIDAUANA/MS
FEVEREIRO - 2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GEZELI EBERHARD

O SETOR DE CONFECÇÕES NA “REDE DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA” EM DOURADOS – MS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: PROF^a DR^a SILVANA DE ABREU

AQUIDAUANA/MS
FEVEREIRO - 2008

EBERHARD, GEZELI. O SETOR DE CONFECCÕES NA “REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA” EM DOURADOS - MS. Aquidauana, 2008. 155p. Dissertação Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: _____
Profª Drª Silvana de Abreu – UFGD

Prof. Dr. Manoel Rebelo Junior – UFMS

Prof. Dr. Jones Dari Goettert – UFGD

Eberhard, Gezeli.

O setor de confecções na “Rede de Economia Solidária” em Dourados-MS.
UFMS – 2008 / Gezeli Eberhard – Aquidauana, 2008.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Silvana de Abreu

1. Desenvolvimento Regional. 2. Programas Sociais. 3. Economia Solidária

Para **Elvis dos Santos Mattos**

*companheiro de todas as horas, sempre,
dividindo sonhos e realizações...
parceiro nas discussões pertinentes à
Geografia e nos trabalhos desenvolvidos.*

Para **Geni Eberhard**

*minha mãe, amiga incondicional, exemplo
moral por sua dignidade e honestidade.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho demandou pesquisas em diferentes campos. Foram várias as pessoas que nos auxiliaram nessa peregrinação. A essas pessoas gostaríamos aqui de manifestar os nossos agradecimentos.

Particularmente, às pessoas que nos conferiram entrevistas e permitiram a aplicação de questionários: sujeitos no processo em estudo, se dispuseram a contribuir para o entendimento da temática analisada.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Dourados-MS, que sempre se dispuseram a colaborar, inclusive com fornecimentos de dados para a pesquisa. Em especial, à superintendente de Economia Solidária/SEMASES, Maria Conceição Celestino Barbosa, que deu imediato apoio à realização da pesquisa; à Diretoria da ONG “Mulheres em Movimento” – representados pela diretora Lenita Gripa que colaborou com entrevistas e com o fornecimento de dados relativos ao Banco Pirê e às ações desenvolvida pela ONG.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Jones Dari Goettert e Prof. Dr. Manoel Rebelo Junior, cujas observações, críticas e sugestões muito enriqueceram a reflexão para a realização do nosso trabalho.

À Danielli, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia do UFMS/Aquidauana, pela atenção e orientações necessárias. Ao Colegiado do Programa de Mestrado, em questão, que sempre que necessário compreendeu as necessidades e dificuldades vivenciadas durante a pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, através do Programa de Pós-graduação em Geografia, e à FUNDECT, pelo apoio financeiro despendido.

Em especial, à Prof^a Dr^a Silvana de Abreu, orientadora, a qual merece menção de carinho, consideração e respeito devido à dedicação, apoio e tranquilidade que pode oferecer em mais um dos trabalhos, em que nos orientou. *“Obrigada pelo tempo aplicado na leitura e pelas observações realizadas durante todo o processo de elaboração desse trabalho”.*

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a “Rede de Economia Solidária” em Dourados-MS, que é resultante de Políticas Públicas no Governo do Prefeito José Laerte Tetila (2001-2004/ 2005-2008), que através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES) desenvolve ações para incentivar as famílias atendidas por Programas de “Transferência de Renda” a superarem a “exclusão” vivenciada em condições de desemprego. Desse modo, a análise realizada considera as ações do Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” e do Programa de “Economia Solidária”. A “Rede de Economia Solidária” resulta dessas ações governamentais que se realizam com o discurso de “Economia Solidária”. Esses Programas da SEMASES apoiam os pequenos empreendimentos “informais” com cursos de qualificação e organização do empreendimentos através de princípios de solidariedade. A iniciativa do Poder Público em Dourados revela preocupações com relação a fortalecer setores que apresentam capacidade de geração de renda e “inclusão” de trabalhadores em atividades produtivas. Nesse sentido, o Programa de “Economia Solidária” apóia pequenos empreendimentos que se interessem em realizar práticas solidárias para o fortalecimento mútuo entre empreendedores, que além de produtores são consumidores. O apoio para a organização de pequenos empreendimentos por meio da “Rede de Economia Solidária” é realizado em parceria com a ONG “Mulheres em Movimento” que desenvolve ações para efetivar a “Rede de Economia Solidária” como opção de organização dos pequenos empreendedores. Desse modo, as ações da Administração Municipal de Dourados-MS estimulam os trabalhadores desempregados a realizarem atividades produtivas para a geração de renda e, conseqüentemente, para superação do desemprego.

ABSTRACT

The aim of this work was to analyse the "*Rede de Economia Solidária*" (Supportive Economy Group) in *Dourados* which is the result of public policies during the government of the mayor *José Laerte Tetila* (2001-2004/2005-2008). *SEMASES - Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária* (Municipal Secretary of Social Assistance and Supportive Economy) provides support to develop actions in order to motivate the families which are supported by the Programs of "Income Transferences" to overcome the exclusion caused by lack of employment. Hence, this analysis takes into consideration the actions of the Program "for Collective Work Qualification" and of the Program "for Supportive Economy". The Supportive Economy Group comes as a result of these governmental actions which are carried out based on a Supportive Economy discourse. These programs that are part of the *SEMASES* provide help for some small informal businesses by offering qualification courses and by organizing events whose aim is to promote solidarity. This initiative by the Local Government reveals the worries related to strengthening sectors which are able to generate income and inclusion of new workers in productive activities. Thus, the Supportive Economy Group supports small businesses which are interested in demonstrating solidarity with the mutual strengthening of the businessmen who besides being producers themselves, are also consumers. A non-governmental organization called "*Mulheres em Movimento*" (Women in Movement) is in sympathy with helping to create opportunities for the organization of these small businesses. Therefore, the actions taken by the Municipal Management in *Dourados-MS* encourage unemployed workers to engage on productive activities to generate income and then decrease unemployment numbers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Segmentos Produtivos por Região – Rede de Economia Solidária.....	38
Quadro 02 – Cursos de Capacitação	45
Quadro 03 – Atividades que fazem parte dos Setores Produtivos	54
Quadro 04 – Taxa de Juros por Valor de Crédito.....	62
Quadro 05 – Empresa que firmaram adesão com o Banco Pirê para aceitar a Moeda	63
Quadro 06 – Lojas da Rede de Economia Solidária.....	66
Quadro 07 – Segmento de Confecções na Rede de Economia Solidária	73
Quadro 08 – Transações do Banco Pirê	98

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho – Eixos Temáticos e Cursos.....	40
Foto 02 – Produto da Rede de Economia Solidária com a logomarca da Rede	59
Foto 03 – Utilização de <i>Banner</i> para confirmar que aceita a moeda da Rede de Economia Solidária.....	64
Foto 04 – Identificação do produto com a utilização de etiquetas	84
Foto 05 – Boxe da Rede de Economia Solidária ao lado da PirêVest na “Expoem” .	85
Foto 06 – Processo de Produção na empresa “Passo a Passo”	93
Foto 07 – Loja e Empreendimento “Passo a Passo” no CRAS do Canaã I.....	96
Foto 08 – Ateliê de Costura M&D e o Banco Pirê	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Planta Urbana de Dourados – Localização dos CRAS	37
Figura 02 - Banco Pirê: Banco Comunitário	59
Figura 03 - PiraPirê: Moeda de Circulação Local	60
Figura 04 - PirêCred: Cartão de Crédito.....	60
Figura 05 - PirêVest – Etiqueta dos Produtos de Confecções	61
Figura 06 - Pirê Produtos de Limpeza – Etiqueta dos Produtos de Limpeza	61
Figura 07 - Planta Urbana de Dourados-MS - Lojas da Rede de Economia Solidária	67
Figura 08 - Planta Urbana de Dourados-MS: Localização dos Empreendimentos do Segmento de Confecções e CRAS	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Rede de Economia Solidária – Segmentos Produtivos.....	52
Gráfico 02 – Segmentos de Produção na Região do Cachoeirinha – Rede de Economia Solidária	53
Gráfico 03 – Rede de Economia Solidária – PirêVest	70
Gráfico 04 – Segmento de Confecções – PirêVest	70
Gráfico 05 – Participação dos Homens por segmento na Rede de Economia Solidária	76
Gráfico 06 – Situação Civil – Setor de Confecções.....	77
Gráfico 07 – Produtos da Rede de Economia Solidária citados como produtos consumidos – Setor de Confecções.....	78
Gráfico 08 – Principais Produtos – Setor de Confecções.....	80
Gráfico 09 – Faixa de Renda Produzida no estabelecimento por mês – Setor de Confecções	82
Gráfico 10 – Número de Filhos – Setor de Confecções	83
Gráfico 11 – Faixa Etária – Segmento de Confecções.....	86
Gráfico 12 – Faixa Etária – Rede de Economia Solidária	86
Gráfico 13 – Participou de Cursos do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho – Rede de Economia Solidária.....	88
Gráfico 14 – Recebe ou Recebeu Benefício de Programas de Transferência de Renda – Setor de Confecções	89
Gráfico 15 – Recebe ou Recebeu Benefício – Rede de Economia Solidária	90
Gráfico 16 – Grau de Escolaridade- Setor de Confecções.....	91
Gráfico 17 – Quantidade de Máquinas – Setor de Confecções.....	92
Gráfico 18 – Intenção de Investimento – Setor de Confecções.....	95
Gráfico 19 – Percentual de Empreendedores que possuem Financiamento – Setor de Confecções.....	100

LISTA DE SIGLAS

AGECOLD	Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados
AV.	Avenida
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOPERCAT	Cooperativa de Catadores de Produtos Recicláveis
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
MS	Mato Grosso do Sul
ONG	Organização Não-Governamental
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
S/N	Sem Número
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMASES	Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de aprendizagem Nacional

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	14
CAPÍTULO 1	
Desemprego, Informalidade e Solidariedade: bases contraditórias da Economia Solidária	21
CAPÍTULO 2	
A “Economia Solidária” como possibilidade de Inclusão Social em Dourados-MS: a qualificação para o trabalho como ponto de partida	34
2.1 O Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” – Estrutura e Organização	34
2.1.1 Qualificação para o Trabalho	41
2.1.2 Educação Cidadã ou Formação para a Cidadania.....	47
2.1.3 Economia Solidária	50
CAPÍTULO 3	
Do Programa de “Economia Solidária” à “Rede de Economia Solidária”	51
3.1 “Mulheres em Movimento” e o Banco Pirê: a sociedade civil no controle da Rede de Economia Solidária.....	56
3.1.1 Apoio Financeiro	61
3.1.2 A PirêVest	69
CAPÍTULO 4	
O Segmento de Confecções na “Rede de Economia Solidária” em Dourados - MS	72
4.1 Banco Pirê – Setor de Confecções	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO.....	108
ANEXO B – CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS	111
ANEXO C – EMPRESAS DA PIRÊVET	121
ANEXO D – FINANCIAMENTOS LIBERADOS PELO BANCO (2004-2007)	123
ANEXO E – RELATÓRIO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA SEMASES.....	133

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Diante do atual modelo de produção capitalista que cria dentro da classe dos trabalhadores um “*exército de reserva industrial*” por meio da existência dos trabalhadores desempregados, um processo de “exclusão” social é condicionado, e este é caracterizado pela incapacidade de consumo dos trabalhadores, sobretudo dos trabalhadores desempregados que por conta do desemprego perdem fonte de renda e isso limita a sua capacidade de consumo.

Assim, por não terem como atender plenamente suas necessidades enquanto consumidores, justamente pelo fato de não terem capacidade financeira, passam a vivenciar um processo de “exclusão” onde sobrevivem nas condições estabelecidas a partir do desemprego. Nessa situação, observa-se que o retorno ao mercado de trabalho é limitado, inclusive, devido a concorrência estabelecida dentro da classe dos trabalhadores e, também, devido a mecanismos tecnológicos que reduzem a presença de mão-de-obra humana no processo produtivo, que está cada vez mais automatizado.

A busca pelo emprego se estabelece para que haja a superação da condição de desempregado. No entanto, o mercado do trabalho está cada vez mais competitivo, seletivo e restrito, contribuindo para a “exclusão” de trabalhadores que possuem pouca qualificação ou que já estão em faixa etária mais elevada, por exemplo. Consequentemente, tais condições eliminam as chances de aprovação de determinados trabalhadores no processo seletivo de uma empresa que ofereça vagas de emprego. Deste modo, o desemprego além de condição estabelecida dentro de uma classe acaba se tornando característica permanente para determinados grupos, o que tem contribuído para aumentar as dificuldades de consumo que se estabelecem pela não-geração de renda devido à falta de trabalho.

Nesse contexto, muitos trabalhadores desempregados são marginalizados dentro do sistema de consumo, não conseguindo atender necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, etc. Estes vivenciam dificuldades condicionadas pela exclusão.

Diante da necessidade de sobrevivência, buscam formas alternativas de gerar renda, geralmente realizando atividades simples que atendem demandas da comunidade em geral, como vender lanches, verduras, artesanatos, produtos

importados de países vizinhos, como por exemplo, o Paraguai¹ ou realizam serviços de pedreiros, pintores, eletricitas, padeiros, entre outros.

Essas atividades são realizadas por trabalhadores autônomos não-vinculados a patrões. No entanto, nestes casos, a condição de não ter patrão não é resultado de um projeto de se “libertar” do chefe dentro do mercado de trabalho. A realização dessas atividades autônomas é resultante da falta de emprego, pois muitos trabalhadores desempregados passam a realizar atividades autônomas diante da necessidade de gerar renda para o sustento. O fato de não ter patrão, portanto, estabelece uma condição na qual a geração de renda varia de acordo com os serviços realizados. Assim sendo, a renda gerada não é fixa, o que condiciona incertezas quanto à satisfação de necessidades.

Entretanto, não são todos os trabalhadores desempregados que conseguem montar um negócio próprio, ou organizar atividades produtivas para superar o desemprego, o que, em geral, é resultado da falta de qualificação para tal iniciativa perante a necessidade de sobrevivência. Por conseguinte, muitos trabalhadores permanecem desocupados e pela falta de renda acabam ingressando num grupo de cidadãos de “segunda classe”², o que já discutimos em outros trabalhos realizados.

A proposta inicial de pesquisa tinha por objetivo analisar o Programa do Banco do Povo – MS, que foi desenvolvido no estado de Mato Grosso do Sul, no mandato do Governador José Orcírio Miranda dos Santos, comumente chamado de Zeca do PT, durante os períodos de 1999 a 2002 e de 2003 a 2006.

A proposta de pesquisa era analisar o programa supramencionado e identificar as atividades incentivadas pelos financiamentos em todos os municípios de atuação do Banco do Povo como instituição financeira voltada a realizar financiamento de pequenos empreendimentos formais e informais da economia. Deste modo, identificamos que, no caso de Dourados, a atividade com maior índice de financiamento por esta instituição era o setor de Confecções de Vestuário, nas atividades de comércio, produção e prestação de serviços.

Destarte, encontramos dificuldades para a realização do levantamento dos dados, pois com a mudança de governo, a partir de 2007, o Programa passou por um processo de auditoria instaurada pelo Governador André Pucinelli (PMDB), eleito

¹ Produtos importados, muitas vezes contrabandeados para obtenção de lucro.

² O que encontramos em Jakobsen (2003, p.05), quando fala da “criação” de “cidadãos de segunda classe”, o fato de muitos trabalhadores ingressarem no chamado setor informal.

para 2007-2010. Nesse sentido, ao procurarmos os empreendedores beneficiados pelo Programa Banco do Povo, muitos dos beneficiários se recusaram a responder ao questionário proposto para a realização da pesquisa. Isso foi interpretado como um sinal de insegurança dos empreendedores com relação a dar declarações sobre o Programa. Tal identificação por nossa parte se deve ao fato de que realizamos pesquisas a respeito do Projeto do Banco do Povo em propostas de Iniciação Científica, durante a graduação no curso de Geografia³.

Identificamos que os dados a serem levantados e discutidos, pela Proposta de Pesquisa, poderiam estar condicionados ao momento de “investigação” instaurada pelo novo Governo do Estado. Analisamos que a pesquisa proposta poderia apresentar dados influenciados, devido ao momento de insegurança quanto à continuidade das ações do Banco do Povo - MS. Para evitar a produção de dados e resultados imprecisos, redefinimos o objeto da pesquisa a ser apresentada na conclusão do curso do Programa de Mestrado em Geografia da UFMS.

Nesse sentido, nos propusemos a trabalhar com o setor de confecções no município de Dourados, analisando um programa de apoio aos pequenos empreendedores do setor de confecções desenvolvido pelo Governo Municipal. A definição do novo objeto de pesquisa se deu a partir da observação de que os empreendedores do Banco do Povo indicavam que estavam procurando apoio em órgãos municipais. Em Dourados, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES) estava desenvolvendo ações de incentivo aos pequenos empreendedores por meio de cursos de qualificação no Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” e a organização comercial das atividades a partir do Programa de “Economia Solidária”. A partir desses programas, localizamos a realização e oferta de cursos de qualificação e capacitação voltadas a trabalhadores desempregados e pequenos empreendedores e, também, o apoio e incentivo à organização dos pequenos empreendimentos informais para competirem com as demais empresas da economia municipal através de um projeto de “Economia Solidária” desenvolvido por um programa governamental na Administração Municipal do Prefeito José Laerte Tetila (PT).

Deste modo, a pesquisa realizada se dedicou a compreender o papel dos programas desenvolvidos pela SEMASES em relação às ações de fomento e

³ Ver Eberhard (2003), Eberhard (2004a)

fortalecimento de pequenos empreendimentos. Observamos que, neste sentido, a iniciativa de apoio aos empreendimentos é realizada por uma Secretaria que dentro das administrações governamentais geralmente se limitam a realizar programas de “transferência de renda” com doações que caracterizam, em geral, situações de “clientelismo” por parte dos “beneficiados” e “paternalismo” por parte dos governos “provedores” de tais ações, criando uma relação de dependência dos beneficiados em relação aos governos. Nesta perspectiva, a qualificação de trabalhadores pela SEMASES tem como foco, principalmente, atender as famílias que são beneficiadas por programas de transferência de renda com o objetivo de criar condições para os trabalhadores superarem a dependência e a exclusão social, pois a qualificação é requisito para a inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda por meio de atividades produtivas.

Para elaboração do trabalho em questão, percorremos o seguinte percurso: No primeiro capítulo, nos dedicamos à discussão tanto da realidade em que esses trabalhadores atuam como da realidade em que surgem as iniciativas de organização que se intitulam “Economia Solidária”. Deste modo, constatamos que a “Economia Solidária” se dá como resultado de um processo de organização dos trabalhadores frente a um modelo de produção que gera e agrava as desigualdades sociais. Assim, o desemprego se coloca como gerador de ambas exclusões e descumprimento de leis por meio da busca de trabalhadores desempregados que sobrevivem de forma autônoma, realizando e desenvolvendo atividades informais. Nesta situação, a solidariedade é estimulada e acaba permitindo a continuidade e sobrevivência dos trabalhadores desempregados, mesmo que na informalidade.

A solidariedade se estabelece em contextos de vivência de necessidades, ou seja, na busca pela sobrevivência. Neste sentido, a Administração Municipal de Dourados incentiva a solidariedade entre os trabalhadores e empreendedores informais através do Programa de Economia Solidária, que, em relação ao Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho, tem desenvolvido ações exclusivas com trabalhadores desempregados que vivenciam condições de exclusão social devido à falta de renda, o que demonstra que as iniciativas governamentais, neste contexto, se realizam atendendo uma parcela da sociedade em situação de vulnerabilidade social devido ao desemprego.

No segundo capítulo, caracterizamos o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho que é realizado pela Prefeitura Municipal de Dourados/SEMASES

por meio de uma parceria com empresas de qualificação de mão-de-obra, as chamadas empresas do Sistema “S” (Senai, Sebrae, Senac, Senar) que oferecem cursos de formação de trabalhadores em diferentes categorias de profissionalização. A parceria realizada permite a participação dos trabalhadores em cursos nacionalmente reconhecidos e, inclusive, os participantes recebem certificados de participação, o que tem permitido a busca por empregos no mercado de trabalho formal. Os cursos são oferecidos em locais próximos da residência dos trabalhadores a fim de estimular o comprometimento dos envolvidos e, conseqüentemente, garantir a participação da comunidade. Com relação ao Programa, observamos que as ações são desenvolvidas a partir da definição de eixos: Qualificação para o Trabalho, Educação Cidadã e Economia Solidária. A SEMASES criou uma Superintendência para trabalhar especificamente as ações relativas à Economia Solidária, chegando até mesmo a desenvolver um programa específico, o Programa de Economia Solidária. Nesse sentido, trabalhamos no segundo capítulo as ações que desencadearam a criação deste programa, que se propõe a ser complementar, mas tem se mostrado determinante no que diz respeito ao fortalecimento das atividades desenvolvidas em pequenos empreendimentos produtivos, que estão organizados sob o discurso de Economia Solidária em uma Rede de Relações Comerciais, que se auto denomina “Rede de Economia Solidária”.

No terceiro capítulo, trabalhamos especificamente com o Programa de Economia Solidária da SEMASES, que, como já afirmamos, complementa as ações desenvolvidas pelo Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. Após a sua qualificação, este programa estimula o desenvolvimento de atividades por meio de pequenos empreendimentos. O referido programa trabalha apenas com empreendedores que fazem parte da “Rede de Economia Solidária”, que é um grupo formado por pequenos empreendimentos que se organizam a partir do comprometimento em relação a ações solidárias e, conseqüentemente, ações de mutualidade e cooperação. Assim, a Rede de Economia Solidária se estabelece no comércio local com a existência de 249 empreendedores que se organizam para conquistar mercado. Neste sentido, caracterizamos as ações desenvolvidas para o fortalecimento e existência da Rede que é fruto de ações da SEMASES e da ONG – Mulheres em Movimento.

A Organização Não Governamental (ONG) “Mulheres em Movimento” organiza ações específicas de apoio às atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, por meio de cursos voltados aos setores onde as atividades se enquadram. Esta realiza financiamentos e juntamente com a SEMASES atua na implantação e administração de pontos de venda dos produtos da Rede. Para o fortalecimento das relações solidárias entre os empreendedores, a Rede criou uma moeda e cartão de crédito local que permite e concentra trocas comerciais entre os empreendedores da Rede. A ONG tem atuado também na criação de micro-empresas que agrupam os empreendimentos por atividade e segmento de produção. No caso do segmento de confecções é a *PirêVest*.

No quarto capítulo, retratamos o segmento de confecções dentro da Rede de Economia Solidária, o que nos permitiu compreender o papel das ações desenvolvidas a partir do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho e, conseqüentemente, a criação do Programa de Economia Solidária que deu origem à organização dos pequenos empreendimentos por meio da Rede de Economia Solidária. Assim, foi possível compreender a importância das ações desenvolvidas pela ONG “Mulheres em Movimento” e pela SEMASES com relação à organização e sucesso dos empreendimentos que formam a Rede. Retratamos, também, o perfil dos empreendedores que formam o segmento de confecções da Rede que, em geral, são pequenos empreendimentos com o desenvolvimento das atividades a partir de estruturas pouco planejadas, pois o processo de produção é realizado em cômodos da residência do empreendedor, gerando renda complementar e com significativa participação feminina, visto que 94% dos empreendimentos são administrados por mulheres. Isso evidencia que o Programa de Economia Solidária tem cumprido o seu papel de inserção de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, em especial, mulheres com faixa etária acima dos 41 anos de idade.

A ONG também tem apoiado os empreendimentos da Rede através de empréstimos realizados pelo Banco Pirê, que nos seus 4 anos de atuação, até o final de 2007, financiou 295 empréstimos, totalizando um investimento de R\$ 333.404,30 para a Rede. Deste total, 22% do valor liberado beneficiaram empreendimentos do segmento de confecções. ONG permitiu, assim, o investimento de R\$ 73.223,04 nas pequenas empresas do segmento. Isso revela a importância da atuação dessa entidade civil no que diz respeito ao financiamento de pequenos empreendimentos informais da economia de Dourados – MS.

Na busca de literatura, procurando entender a Economia Solidária e sua origem não apenas enquanto base teórica e/ou discursiva, mas também como se ela se insere no contexto da administração municipal de Dourados. Percebemos a escassez de material bibliográfico sobre o assunto. Essa é uma das razões que ratificam o estudo acerca desses Programas. De qualquer modo, analisamos a Economia Solidária enquanto base discursiva que alimenta ações de governo e consolida práticas.

CAPÍTULO 1

DESEMPREGO, INFORMALIDADE E SOLIDARIEDADE: BASES CONTRADITÓRIAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A sociedade contemporânea é dividida em classes sociais. Os donos dos meios de produção e os trabalhadores que diante dos avanços técnicos vivenciam a pressão provocada pela substituição de mão-de-obra humana por máquinas e, conseqüentemente, o desemprego, enquanto os donos do capital concentram lucro.

Em sendo a realização do trabalho a forma de o trabalhador garantir a sua existência para continuar sobrevivendo, muitos desempregados ficam sujeitos à exclusão social que se revela a partir do fato de eles não participarem da sociedade como consumidores. Assim, a exclusão social determina a restrição quanto ao atendimento de suas necessidades de moradia, alimentação, saúde, etc.

Para enfrentar tal situação e atender necessidades básicas, os trabalhadores desempregados e sem fonte de renda acabam buscando a geração de renda em atividades alternativas, organizando-se e oferecendo serviços e produtos fora do mercado formal. Assim, passam a atuar no mercado informal, e a trabalhar de forma autônoma, por exemplo, vendendo lanches, salgados, refrigerantes, fazendo pequenos consertos, realizando trabalhos artesanais, entre outros. De modo geral, esses trabalhadores não obedecem à Legislação em relação ao Trabalho e ao Comércio e organizam um sistema paralelo ao mercado formal, porém trabalham em busca da geração de renda para a continuidade de sua sobrevivência.

Nessa perspectiva, não é possível negar que muitos trabalhadores que estão fora do sistema formal desenvolvem atividades e oferecem serviços necessários à organização da sociedade. O Poder Público, no entanto, em cumprimento da legislação em vigor, combate o desenvolvimento de atividades informais atendendo e defendendo os interesses do capital que atua nesse mercado por meio de empresas formalizadas. Os governos precisam combater a existência da informalidade, mas devido ao fato de que por meio da realização dessas atividades muitos trabalhadores conseguem seu sustento para atendimento das necessidades básicas, em geral, os governos as ignoram, deixando-as temporariamente ativas e, assim, mantendo um aparente equilíbrio social, pois

reconhecem que a existência desses empreendimentos permite a geração de ocupação para trabalhadores desempregados e, conseqüentemente, alguma forma de geração de renda. Para expressar a condição do Estado nessa situação, Santos (2001, p. 66) afirma que “não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torne mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante”.

Em virtude da falta de emprego, a atividade informal expressa a possibilidade de (re) inserção de trabalhadores desempregados no mercado de consumo, pois, para consumir, o trabalhador precisa ter renda, visto que, na lógica do capitalismo, as trocas são comerciais, regidas por valores e moedas de troca. Assim, antes de serem ilegais, as atividades informais são inclusivas ao aferir renda para o sustento e continuidade da reprodução de trabalhadores que, em virtude do modelo de produção e acumulação capitalista, fazem parte do “*exército industrial de reserva*”. Esse conjunto de trabalhadores precisa ter necessidades básicas, como alimentação e moradia atendidas, pois estas são condições mínimas à sobrevivência.

Diante da falta de emprego e renda, muitos se organizam e montam negócios próprios investindo recursos que nem sempre estão disponíveis e assim se lançam como novos empreendedores. Por serem pequenas empresas, de pequeno aporte econômico, tais empreendimentos se constituem na informalidade. Esse processo de informalidade, muitas vezes, é resultante do fato de os empreendimentos formais terem por obrigação pagar um determinado número de impostos para atenderem à Legislação Brasileira. Em muitos casos, por serem empreendimentos recém-criados e de pequeno porte, não possuem condições favoráveis ao cumprimento de tal legislação. Assim, acabam por deixar de pagar os impostos e por isso deixam de ter acesso aos direitos consentidos às empresas consideradas formais, que têm condições e recursos de atender a tal legislação. O não-pagamento dos impostos e a falta de segurança no mercado gerada pelo descumprimento da Lei tornam a situação dos empreendimentos informais ainda mais instável e, assim, os trabalhadores, até podem conseguir sair da condição de desempregados, mas ingressam em um outro grupo que é o de empreendedores e trabalhadores informais, que tem como característica dominante a condição de ilegalidade.

Para Jakobsen (2001, p. 05), as atividades que estão no chamado setor informal, encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público:

Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho. [...] O crescimento da informalidade é acompanhada pelo declínio do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e pelo crescimento dos que trabalham sem registro, tanto em pequenas empresas como nas empresas com mais de cinco empregados. [...] Há muitos trabalhadores informais em São Paulo que estão inseridos na chamada economia moderna, como a produção de vestuário e outros trabalhos descentralizados em domicílio ou diferentes esquemas terceirizados. [...] O setor se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza. (Grifo nosso)

De acordo com o autor, a maior parte dos trabalhadores informais está nesta situação em razão do desemprego. Assim sendo, a informalidade não apresenta-se como uma opção, e sim como uma alternativa dentro do sistema capitalista de produção para amenizar os efeitos do atual processo de exclusão social, e que, para Singer (2003, p. 61),

... pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado de residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagens na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões [...] o processo de exclusão social pode levar a mais desigualdade e certamente a mais pobreza.

Ainda, para Jakobsen (2001, p. 05),

... a ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de "cidadãos de segunda classe" perdendo inclusive o acesso a direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

Concordamos com a assertiva, mas é preciso levar em conta também que, muitas vezes, o reconhecimento do setor informal da economia tem sido uma saída alternativa para os governos, uma vez que, conforme observado, setor informal da

economia permite que muitos trabalhadores tenham a possibilidade de continuar sobrevivendo no sistema capitalista.⁴

A informalidade, apesar de ser sinônimo de ilegalidade e falta de direitos garantidos pela Legislação, é uma alternativa de sustento e não apenas uma opção para atuar na economia. Mesmo estando na ilegalidade, esta alternativa resolve o problema de geração de renda. A falta de renda e a pobreza resultante do desemprego não são escolhas. Estas são situações que de alguma forma privam o consumo e a sobrevivência digna.

Existem inúmeras atividades consideradas informais que atuam na economia, geralmente constituídas sob a forma de micro e pequenas empresas, como, por exemplo, salões de beleza, bares, mercearias, costureiras, artesanatos, restaurante de entrega à domicílio, lavanderias de roupas, verdureiros, produtos caseiros de limpeza, peças decorativas, borracharias, bicicletarias, lava-rápidos, etc. Estes são pequenos empreendimentos que atuam no comércio local instalados aleatoriamente nas ruas e bairros, oferecendo serviços complementares e necessários à organização da sociedade capitalista. Esses empreendimentos coexistem não têm ligação e cumplicidade entre si, porém atendem as diferentes necessidades de moradores de uma dada localidade/região.

Ao identificar a existência (gerando emprego e permitindo a sobrevivência de trabalhadores) e avaliar a importância da realização desses serviços para a comunidade, alguns governos desenvolvem ações de fomento e organização para que, através do fortalecimento desse conjunto de pequenos empreendedores, haja melhores condições relativas à atuação e continuidade dos mesmos na economia, gerando empregos, ou prestando serviços.

Observamos então que, na administração do Prefeito José Laerte Cecílio Tetila (2001 – 2004/ 2005 – 2008), o Governo Municipal de Dourados tem trabalhado o setor informal da economia como uma alternativa de geração de emprego, renda e inclusão social e não como algo que precisa ser combatido pelo simples fato de atuar ilegalmente, o que verdadeiramente significa deixar de ter o acesso a direitos garantidos pela Constituição Brasileira. No entanto, para exigir-se o cumprimento dos direitos trabalhistas, é necessário, em primeiro lugar, estar sobrevivendo,

⁴ EBERHARD, G. **O Banco do Povo e o Ramo de Confecções de Vestuário em Dourados-MS:** contexto e perfil dos contemplados – Relatório Final de Iniciação Científica UFMS/PIBIC – CNPq, 2004.

mesmo que seja do trabalho informal, o que lhes permitirá a possibilidade de consumir mesmo que minimamente para permitir a subsistência familiar.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES) desenvolve programas para incentivar o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos nos bairros onde a maioria das atividades informais está inserida. Esses programas são desenvolvidos com o intuito de dar suporte aos pequenos empreendedores e aos trabalhadores desse circuito de pequenas empresas que estão atuando na economia interna em cada bairro da cidade.

O fato de esses pequenos empreendedores terem em comum a característica de informalidade faz com que haja uma identidade entre esses empreendimentos que são conscientes de sua ilegalidade e, conseqüentemente, tem fragilidade dentro do sistema capitalista dominante. Nessas condições, a SEMASES por meio de programas governamentais incentiva os pequenos empreendedores e trabalhadores a serem “solidários uns aos outros”, demonstrando a possibilidade de estas favorecerem-se e fortalecerem-se mutuamente ao privilegiarem o consumo de produtos e serviços dos pequenos empreendimentos locais. Neste sentido, a união permite estabelecer um sistema paralelo e alternativo aos trabalhadores informais dentro da organização de livre concorrência capitalista. Evidentemente, de fato, esta não é a questão, pois como já apontamos o objetivo é “incluir”, o que significa permitir o acesso ao mercado de consumo, visto que diante do desemprego não há pleno consumo, ou seja, quanto mais grave a situação, menor ainda a freqüência de consumo. Desse modo, com o fortalecimento dos pequenos negócios, os pequenos comerciantes podem contratar novos funcionários, e isso aumenta o número de pessoas com possibilidades de consumo, o que repercute no aumento das vendas, aquecendo ambos o progresso e a economia local.

Em Dourados, a SEMASES desenvolve ações para inicialmente qualificar os trabalhadores desempregados ou subempregados que são assistidos por programas de transferência de renda. O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho oferece cursos com o objetivo de propiciar condições para que esses trabalhadores superem sua condição de desemprego e, assim, busquem a geração de renda por meio de atividades produtivas entre elas alguns pequenos negócios como borracharia, padaria, serviços de pintura, eletricitista, entre outros. Assim, o Governo

Municipal de Dourados vem incentivando a superação e a desvinculação dos trabalhadores em relação aos Programas de Redistribuição de Renda a partir da qualificação e capacitação para geração de renda.

Segundo Oliveira (2005, p. 13), quando se reporta às características políticas de assistência social realizadas no contexto brasileiro, identifica-se que *as políticas implantadas pelo Estado do Brasil apenas servem para reduzir a extrema gravidade dos problemas, sem realmente enfrentá-los*. Nesse sentido, a autora questiona quais seriam as dificuldades para se resolverem os entraves relativos ao modelo de Assistência Social e Política Pública no Brasil que, até então, tinha sido classificado como políticas pontuais de enfrentamento à pobreza. Além disso, a autora afirma que no Brasil as políticas de Assistência Social têm criado e perpetuado uma clientela que depende da atuação do Estado. Este é visto como “paternalista” ao atuar nesta perspectiva, oferecendo favores e concessões. Contudo, mesmo exercendo o seu papel de Governo, este não elabora Políticas Públicas e nem cria alternativas que possam favorecer a autonomia da população através de trabalho e geração de renda.

Nesse sentido, observamos que o modelo de Política Pública de Assistência Social desenvolvido em Dourados desde 2001 mostra-se inovador frente à definição colocada por Oliveira, que retrata o modelo de Assistência Social que ao invés de criar uma condição de autonomia e superação condição existente, reforça a dependência. Em Dourados, o Governo optou por fomentar as necessidades da comunidade atendida pelos Programas Bolsa Escola e Bolsa Família (Programas de Transferência de Renda), oferecendo cursos de qualificação de mão-de-obra e organizando um modelo de relações comerciais para que os trabalhadores e pequenos empreendedores tenham novas oportunidades de consumo e comércio. Estas ações promoveram a organização destes empreendedores e consumidores em um grupo que deu origem a Rede de Economia Solidária.

Assim, em Dourados, há a organização de um modelo de Economia Solidária que resulta de uma ação governamental que se propõe a superar o modelo paternalista das Políticas de Assistência Social, geralmente desenvolvidas em âmbitos governamentais. A Economia Solidária em Dourados tem se colocado como base discursiva e se propõe a estimular e organizar atividades produtivas para assim desenvolver e fortalecer empreendimentos informais na economia municipal. A partir desta perspectiva, o Governo Municipal estimula as atividades informais devido ao

reconhecimento do potencial de geração de renda e emprego. Em Dourados, ao invés de concentrar ações e prover estímulos às grandes empresas que geram emprego com número de vagas limitadas e substituíveis pela automatização, o Poder Público tem motivado ações voltadas ao fortalecimento, reconhecimento e organização do conjunto de pequenas empresas que atuam no município na forma de pequenos empreendimentos. Estes têm como característica a informalidade devido ao fato de serem pequenos negócios, em geral, familiares⁵. Essas ações são desenvolvidas pela SEMASES através do Programa de Economia Solidária. Deste modo, o que chamaremos de Economia Solidária recebe diferentes denominações dentro da bibliografia, entre elas “Economia Paralela”, “Terceiro Setor”, “Economia Popular”, “Economia Social”, “Economia Informal” e “Economia de Trabalho”.

A expressão mais próxima para definir o modelo de Economia Solidária em Dourados foi encontrada em Arroyo e Schuch (2006), que definem a Economia Solidária como resultado das transações e relações existentes entre pequenos empreendimentos, em um município.

Para os autores, a Economia Solidária não se realiza como modelo oposto ao capitalismo e nem mesmo como concorrente. Mesmo porque, de acordo com eles, a Economia Solidária vai muito além de uma mera operação financeira e bancária. As relações são de cooperação entre aqueles que se dispõem a realizá-la. Assim, há solidariedade entre os pequenos empreendedores, que em geral são informais justamente por serem pequenos comerciantes de uma determinada região ou bairro, por exemplo.

Levando em conta o termo “solidariedade” que se relaciona com “social”, Oliveira (2005, p. 61) reforça que a diferença entre Economia Social e Economia Solidária se encontra no fato de que cada uma das modalidades responde a um tipo de pergunta na formulação de seu estatuto. Assim, Economia Social responderia à pergunta “como fazer?” enquanto que a Economia Solidária se definiria pela questão “em nome de quem se faz?”. De acordo com Oliveira, a Economia Solidária leva em conta os valores que orientam as ações e os critérios de gestão dos empreendimentos. Nesse sentido, a Economia Solidária incita um questionamento

⁵ Empresas familiares são aquelas onde há a participação dos filhos, cônjuges e outros familiares no processo de organização e produção das atividades, assim são empresas onde geralmente há participação de indivíduos com grau de parentesco.

com relação ao papel desempenhado pelo cidadão enquanto consumidor e mantenedor do modelo vigente: o capitalismo.

Assim, em Dourados, a Economia Solidária se estabelece a partir do fortalecimento das relações entre os empreendedores e trabalhadores informais, realizando um modelo de economia em benefício dos próprios empreendedores, fortalecendo e eliminando a necessidade das Políticas paternalistas. Nessa proposta de Economia Solidária, as ações desenvolvidas enquanto Políticas Públicas são orientadas a fortalecer as relações de cooperação entre os envolvidos que formam uma rede de relações. Para Arroyo e Schuch (2006), a cooperação entre os empreendimentos e consumidores permite um *empoderamento* das pequenas empresas e dos trabalhadores/consumidores envolvidos. As pequenas empresas dentro da proposta de Economia Solidária têm a garantia da fidelidade do mercado consumidor e os trabalhadores garantem o consumo a partir da conquista da renda gerada com a sua atuação no trabalho. Esse conjunto realiza a Economia Solidária dentro do sistema capitalista, isentando-a de atuar como um sistema independente e/ou oposto, pois são práticas comerciais que se realizam justamente com o intuito de permitir que uma parcela da sociedade gire renda e emprego para que assim o conjunto envolvido possa atender suas necessidades de consumo e, conseqüentemente, de sobrevivência. O sistema produtivo vigente e hegemônico é o capitalismo, e neste sentido a Economia Solidária realiza-se dentro desse sistema, em geral, a partir de grupos da sociedade onde o poder de consumo é limitado, isto é, trabalhadores desempregados ou subempregados.

As práticas relacionadas à Economia Solidária não conseguem dissociar-se por completo do modelo capitalista, mas criam novos paradigmas, de modo que promove o (re) pensar do modelo vigente ao estabelecer a cooperação entre os trabalhador-consumidores.

Para dar estrutura à Economia Solidária como uma opção de organização, o capitalismo precisa ser questionado pelos envolvidos. Assim, para colocar a Economia Solidária em prática é preciso estabelecer a (re) construção de conceitos e, conseqüentemente, uma redefinição de prioridades. Deste modo, enquanto política, a Economia Solidária constrói-se a partir de um processo de re-educação, onde se questionam as prioridades definidas a partir dos conceitos que as determinam: individualidade, propriedade privada e livre concorrência.

Para os trabalhadores, as práticas solidárias podem amenizar as diferenças e dificuldades, e fortalecer os indivíduos da classe, mas não conseguem extingui-las por completo frente ao capitalismo.

Para Demo (2002), enquanto política pública, a solidariedade pode ter diferentes concepções e ser utilizada como efeito de poder, ou seja, em vez de se referir ao fato de servir aos *excluídos*, a solidariedade pode apresentar-se com diferentes intenções, inclusive para a manutenção das condições assistencialistas e clientelistas. O autor ressalta a importância da organização de medidas governamentais para o enfrentamento da crescente exclusão social que se estabelece pelo desemprego. O autor propõe que com relação aos trabalhadores, as políticas públicas terão sucesso a longo prazo, desde que a sua organização esteja voltada a oferecer autonomia para a superação da condição de dependência e assistencialismo de políticas governamentais de transferência de renda. Assim, é preciso emancipar os excluídos com a inserção dos mesmos em atividades produtivas e a oferta de capacitação para eles terem condições de lutarem por direitos de cidadania.

As iniciativas de Economia Solidária são realizadas em diversas partes do mundo em escala local, pois são adaptações locais ao modelo capitalista dominante. Nessa perspectiva, para Oliveira (2005, p. 65), a Economia Solidária “*é uma adaptação social eficaz que permite à sociedade capitalista amortecer os efeitos da globalização, desemprego e exclusão*”. Estes efeitos se agravam a partir das realidades locais que podem ser dificuldades globalizadas, porém, mesmo assim, este é o local onde elas se concentram. No local, a Economia Solidária se realiza dentro das práticas capitalistas, como já foi dito antes. Assim, no local, que é parte integrante do global, não há uma dissociação completa. Há sim uma adaptação nos quais os grupos solidários que praticam a Economia Solidária não constituem setores à parte. Eles interagem com as partes do sistema dominante, adaptando-o para amenizar os efeitos da concorrência e da exploração capitalista.

As primeiras experiências de Economia Solidária vêm da Europa do início do século XIX. As experiências teóricas são atribuídas a Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Phoudhn (1809-1865) e Robert Oxen (1773-1858). A Economia Solidária, assim, não pode e nem deve ser entendida com um conceito ou prática nova. De acordo com Arroyo e Schuch (2006), os principais

pensadores elaboraram modelos de sociedades mutualistas⁶, cooperativistas e solidárias. No entanto, não houve a apresentação de uma proposta objetiva para transformar a realidade da época e, logo, Karl Marx chamou-os de socialistas utópicos.

Mais recentemente, ainda no contexto europeu, a partir dos anos 80, a Economia Solidária *refloresceu* como resultado e consequência de organização dos trabalhadores em reação ao crescimento do desemprego e da pobreza. Esta situação deu origem a novas empresas sociais em função da luta dos trabalhadores contra a exclusão. Assim, houve a elaboração de outras formas de trabalho para enfrentar os problemas sociais. De acordo com Oliveira (2005, p. 63), “desde 1985, vem surgindo na Europa o conceito de solidariedade, não no sentido anglo-saxônico de caridade”, mas com sentido francês, com significado e peso político, onde a solidariedade está para *conciliar os direitos individuais com responsabilidade do Estado*. Desse modo, evidencia-se na Europa um modelo de Economia Social que organiza cooperativas de produção para distribuir lucros a partir da produção. Esse não é o caso de Dourados-MS, que tem a Economia Solidária como proposta de organização dos trabalhadores, induzida pelo Poder Público, organizando a comercialização da produção de pequenos empreendedores.

Historicamente, de acordo com Singer (2002, p 24), a “Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”. Desse modo Singer (2002) e Gaiger (2004) demonstram que a Economia Solidária é resultado de um processo de adaptação realizado pelos trabalhadores em relação às dificuldades vivenciadas dentro do modelo de organização do sistema capitalista. Assim, **de tempo em tempo**, as crises levam os trabalhadores a se organizarem para enfrentar as dificuldades vivenciadas a cada período histórico. Desse modo, a Economia Solidária tem historicamente se colocado como base discursiva para a organização da classe dos trabalhadores, diante do enfrentamento das crises vivenciadas.

Atualmente, o modelo capitalista tem gerado exclusão social em virtude da lógica das relações de trabalho, nas quais as condições de produção e exploração

⁶Mutualidades: organizações que se concentram na função de socorro às diversas necessidades de seus associados: muitas delas se tornaram prestadoras de seguros complementares, que oferecem seus serviços mais às empresas do que às pessoas.

inserem apenas parte do contingente da classe dos trabalhadores, excluindo o restante. Para Gaiger (2004), o capitalismo, “em seus dois últimos séculos de expansão e domínio sobre nossa civilização, [...] classificou e separou gradativamente os indivíduos segundo sua quota de capital e sua capacidade de trabalho”. Neste sentido, de acordo com o autor, “observa-se a (re) surgimento de uma nova alternativa, que em verdade foi acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital [...] Trata-se da associação produtiva entre os trabalhadores”. Nesta perspectiva, a união da classe trabalhadora em razão de organizações produtivas ou de consumo é chamada de Economia Solidária. O autor ressalta que, atualmente, a Economia Solidária se expressa de forma diversificada principalmente em função das possibilidades e alternativas encontradas pela sociedade dentro da atual conjuntura, onde as práticas adotadas no viés da Economia Solidária têm o intuito de buscar uma possível

emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, restituição por certo incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana.

As bases históricas da Economia Solidária são amplas, mas é importante entender que sempre estiveram relacionadas à organização de grupos de trabalhadores que se unem diante da necessidade de lutar pela sobrevivência. Pode-se afirmar que a Economia Solidária está relacionada com diferentes modelos de organizações sociais e ela ressurgiu e adapta-se ao contexto e às necessidades de cada período histórico.

Dentro contexto atual, Melo (2007, p. 13) acredita que a Economia Solidária efetiva-se na forma de trabalho autogestionário como resposta à atual conjuntura

“degradante” marcada pela estagnação social, recessão econômica, destruição maciça de postos de trabalho e crescimento vertiginoso da informalidade, nos primeiros anos da década de 90, que renasceu, em território brasileiro, o movimento social conhecido como “economia solidária” ou “sócio-economia solidária”. O movimento de economia solidária compreende experiências diversificadas de produção, consumo, crédito e comercialização, as quais se norteiam pelos seguintes princípios: cooperação, desenvolvimento sustentável, igualitarismo, democracia participativa e autogestão. [...] Dentre os participantes desse movimento, articulam-se diversos grupos sociais – muitos destes, historicamente excluídos e discriminados – abrangendo moradores de rua, idosos, mulheres, ex-operários, portadores de sofrimento mental, entre outros, os quais trazem consigo modos inovadores de lidar e romper com categorias profundamente cristalizadas como a economia, o trabalho, o desenvolvimento e a sustentabilidade.”

De acordo com a autora, a Economia Solidária se realiza a partir de uma adaptação ou flexibilidade promovida nas relações econômicas e trabalhistas, por exemplo. Assim, com relação à Economia Solidária, Arroyo e Schuch (2006, p.20) elaboram uma definição em que estabelece que a

“Economia Solidária é o “projeto” de economia organizada a partir do trabalho e não do capital. Pode ser de pequeno ou grande aporte de capital, [...] pode ser de giro local ou global. A Economia Solidária se estrutura a partir de empreendimentos que operam em qualquer dimensão de alguma forma associativa. Como cooperativa ou como associação, fórum, grupo, rede etc. A partir de empreendimentos solidários articulados em redes surgem mercados solidários: clube de trocas, atacadão solidário, moeda social (cartão de crédito popular) e outras intervenções econômicas solidárias.”

Deste modo, a Economia Solidária é uma adaptação ao modelo vigente, onde as relações são pautadas na solidariedade, ou seja, na cooperação entre os envolvidos. É com base na definição de Arroyo e Schuch que nos referimos à Economia Solidária. Ressaltamos, ainda, que a realização de uma Economia Solidária exige, enquanto proposta de governo, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população envolvida. Essa população deve ser motivada por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade e, assim, ser estimulada a desenvolver ações definidas sob a ótica da Cooperação, Igualitarismo, Democracia Participativa, Autogestão e Desenvolvimento Sustentável.

Em Dourados-MS, a Economia Solidária tem sido induzida pelo Poder Público que organiza ações por meio de programas que inicialmente realizam a qualificação e a capacitação de trabalhadores para o desenvolvimento de atividades produtivas e, nesse sentido, orientam a formação e participação de tais empreendedores e trabalhadores num grupo onde a aceitação e prática da Economia Solidária são condições pré-estabelecidas para participarem das atividades e terem acesso a ações desenvolvidas especificamente para a efetivação do grupo que se autodenomina Rede de Economia Solidária. A organização das ações relativas à formação dessa Rede de Economia Solidária são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES) em parceria com uma Organização Não-Governamental (ONG) “Mulheres em Movimento”, através do Programa de Economia Solidária.

O tema Economia Solidária tem sido a base discursiva para a implantação desse programa e é nesse sentido que as ações são realizadas pela SEMASES, no Governo Municipal de Dourados-MS, desde 2001, nas duas gestões do Prefeito José Laerte Cecílio Tetila (PT).

A definição de Economia Solidária é ampla, porém é colocada através das ações realizadas no âmbito governamental, como a possibilidade de garantir e promover melhores condições no interior da sociedade capitalista. Esse modelo de economia é solidário nas relações econômicas, sociais e trabalhistas, pois a economia, em geral, não é solidária. As trocas são comerciais, os descontos são relativos, mas sempre garantindo margem de lucro.

De modo geral, as políticas públicas relativas à Economia Solidária têm se realizado a partir da busca de um retorno à solidariedade, com a valorização das relações humanas, igualdade entre os membros, fortalecimento das relações de cooperação e mutualidade, no espaço onde as relações capitalistas ocorrem nos municípios, nos bairros, nas ruas, ou seja, *in loco*. Em geral, os programas governamentais desenvolvidos em relação à Economia Solidária são resultantes da atuação e do papel dos sindicatos e partidos de esquerda, nos quais a Economia Solidária é interpretada como uma proposta de organização dentro da sociedade. Enquanto política, esta somente poderá ser efetivada com a dedicação e comprometimento dos cidadãos que se envolvem com a proposta e com os conceitos de um modelo de “economia mais solidária”.

CAPÍTULO 2

A “ECONOMIA SOLIDÁRIA” COMO POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL EM DOURADOS-MS: A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO COMO PONTO DE PARTIDA

Com a criação em 2001 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES), em 2001, em Dourados, deu-se início ao lançamento de políticas públicas específicas para a inclusão da parcela da população que se encontra excluídas do sistema de consumo por conta da pobreza absoluta e/ou do desemprego, pois em função da falta de emprego as pessoas passam a vivenciar a exclusão social de modo mais profundo. Sem emprego, não há renda garantida para a satisfação de necessidades como moradia e alimentação, por exemplo. Nesta situação, a exclusão fica vez mais grave e evidente, chegando a tornar a própria busca por um emprego ainda mais difícil em função do tempo que a pessoa está fora do mercado de trabalho.

Com o discurso de amenizar o processo de exclusão, o Governo Municipal de Dourados, por meio da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, implantou e desenvolveu o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho para atender “famílias em situação de risco social que estão sob o "guarda-chuva" da Proteção social por meio dos Programas de transferência de Renda como o Bolsa Família, Bolsa-Escola, Segurança Alimentar e Benefício de Prestação Continuada.”⁷

2.1 O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho – Estrutura e Organização

Como afirmado, o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho foi criado no ano de 2001, na primeira gestão do Prefeito José Laerte Cecílio Tetila, com o intuito de ser um programa para “gerar trabalho e renda, superar o

⁷ Excelência. **Assistência Social avança com a criação do SUAS.** Disponível em: <<http://www.excelenciaglobal.com.br/noticias/?nt=3847>>. Acesso em: 26/12/2006.

desemprego, a exclusão social e o assistencialismo”⁸. Esta é a alegação do Governo, nas palavras da secretária da SEMASES, Ledi Ferla.

Esse Programa da SEMASES contribui para desencadear ações complementares aos programas de assistência social desenvolvidos pela Secretaria em questão. Propôs-se a ser um programa de apoio e assistência da gestão do governo municipal no período de 2001-2004, no primeiro mandato do governo Tetila. Estas ações tiveram continuidades em função da reeleição do prefeito em questão, prorrogando, assim, o programa para o segundo período (2005-2008).

A idéia era de que a oferta de cursos de qualificação seria uma ação importante diante das dificuldades do mercado de trabalho, cada vez mais exigente, seletivo e restrito.

De acordo com declarações oficiais, as ações desenvolvidas pela SEMASES na Administração do Prefeito José Laerte Cecílio Tetila (PT) têm⁹

o objetivo de dar uma qualificação para pessoas de baixa renda que possuem pouca escolaridade como uma alternativa de combate ao desemprego. A implementação desse programa visa assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras o acesso aos cursos profissionalizantes.

Nessa perspectiva, as inscrições dos cursos se destinaram às famílias atendidas por programas de assistência social, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que concentram os programas sociais da SEMASES com o objetivo de dar prioridade às famílias em condição de risco do município de Dourados. Os CRAS tiveram papel determinante nesse processo ao selecionar os inscritos para os cursos de qualificação. Os CRAS são estruturas da prefeitura municipal em diferentes pontos da cidade para oferecer apoio social por meio da SEMASES. Sete CRAS atendem a comunidade nos bairros de Dourados (Figura 01). No cadastro dos programas, os participantes são divididos de acordo com o CRAS onde participam dos cursos. Identificamos que a opção é realizada pelo próprio trabalhador.

Desse modo, para a participação nas ações do programa o trabalhador é que se direciona ao CRAS e realiza a sua inscrição para participar dos cursos.

⁸ DOURADOS (Município). Prefeitura Municipal de Dourados. **Notícias**. 04 abril 2005. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/comunicacao/not-view.php?not_id=4319>. Acesso em: 01 fev. 2008.

⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual de Mato Grosso do Sul. **Notícias**. 29 abr. 2004. Disponível em: <http://www.ptms.org.br/noticias/view.htm?ma_id=29830>. Acesso em: 01 fev. 2008.

Com relação à formação da Rede de Economia Solidária, a SEMASES trabalha os programas com o objetivo de atender a população da região dos bairros, sem levar em conta o bairro de origem do participante. Por isso, nessa pesquisa, foi ineficaz analisar os empreendimentos a partir da região, pois ao procurar atendimento, a pessoa se direcionará ao CRAS de maior proximidade de sua residência, sem levar em conta a sua localização geográfica de região. Nesse sentido, trabalhadores e empreendedores de um mesmo bairro estão cadastrados em CRAS de diferentes regiões, sendo que a região, nesse caso, diz respeito ao ponto de localização do CRAS. Assim é um processo de cadastramento e não de regionalização dos empreendedores.

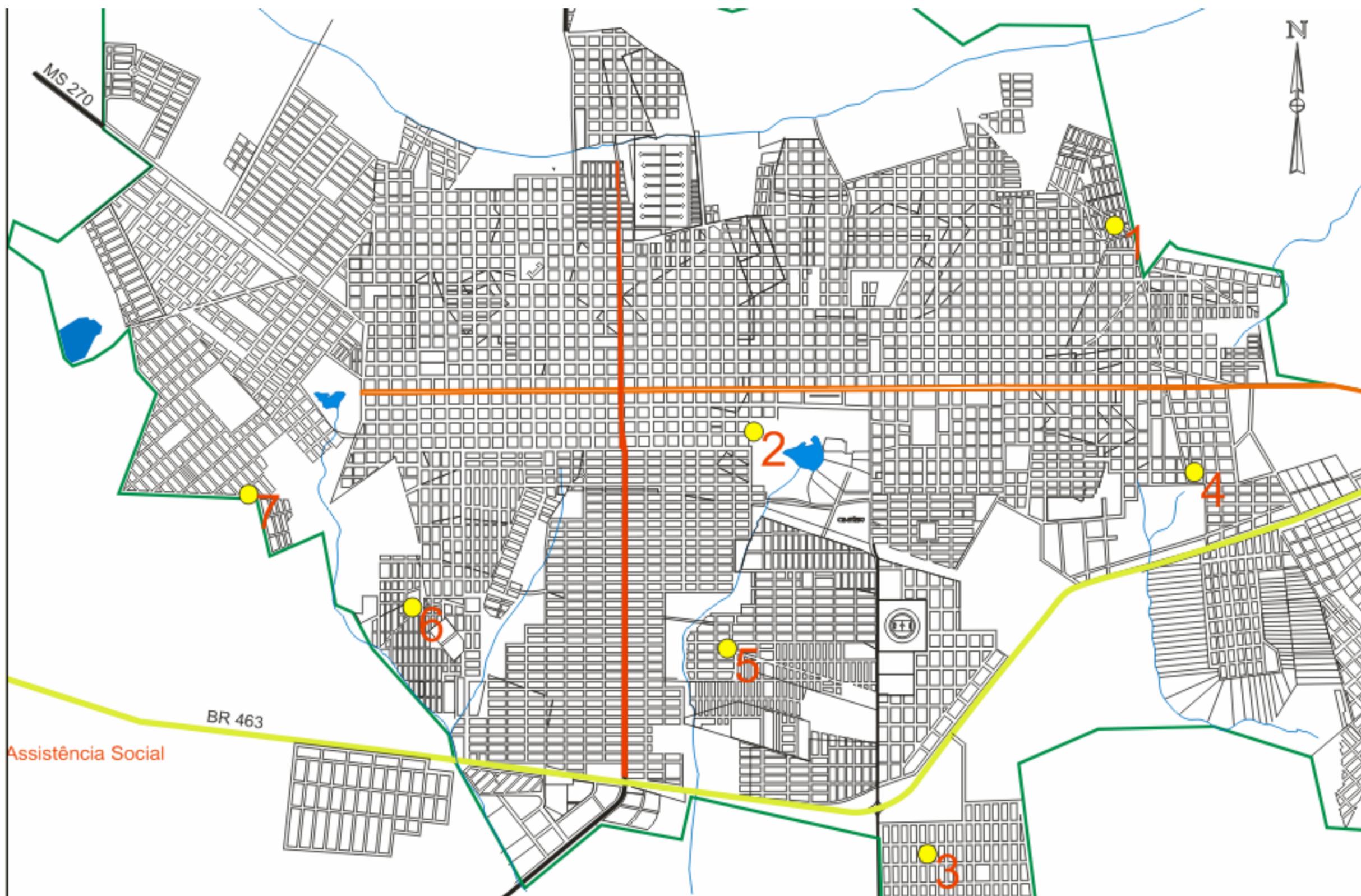


Figura 01 – Planta Urbana de Dourados – Localização dos CRAS
Org.: Eberhard, G. (2008)

Optamos por trabalhar a Rede de Economia Solidária a partir dos segmentos produtivos, que são de certo modo organizados pela SEMASES ao oferecer os cursos e realizar as reuniões com empreendedores que desenvolvem atividades a fins, ou seja, com características parecidas. Assim, a SEMASES estabelece a existência de segmentos produtivos. Nesta perspectiva, realizamos a pesquisa, levando em conta o segmento de produção, e não a região, pois o cadastro apresenta moradores de um mesmo bairro em diferentes regiões/CRAS. Na perspectiva de região, o CRAS com maior concentração de Empreendimentos Solidários é o da região conhecida como Cachoeirinha. Delimitar essa região para analisá-la é tarefa difícil. Um dos critérios a ser adotado seria a utilização dos limites estabelecidos pelos bairros e, assim, a partir dos bairros, delimitar a região. Contudo, conforme já salientamos há moradores de um mesmo bairro, ou também, unidade política, cadastrados em diferentes CRAS. Isso se deve ao fato de que é o trabalhador que procura a assistência na unidade de CRAS de mais fácil acesso. O Bairro Água Boa, por exemplo, tem empreendedores da Rede cadastrados nos CRAS da região Cachoeirinha, da Vila Sulmat e do Izidro Pedrozo.

Com relação aos levantamentos realizados a partir dos dados cadastrais, a região denominada “Região do Cachoeirinha” concentra 24% dos empreendimentos da Rede (Quadro 01). Assim para evitar erros relativos à análise sobre uma determinada região, nos deteremos a trabalhar a Rede de Economia Solidária a partir do segmento de Confecções, que é uma das atividades produtivas da Rede.

Quadro 01 – Segmentos Produtivos por Região – Rede de Economia Solidária

Região/ SETOR	Canaã I	Vila Sulmat	Poravi	Jockey Club	Izidro Pedrozo	Cachoeirinha	Flórida	Total Segmento	
CONFECÇÕES	09	02	03	03	06	09	02	34	14%
PRODUTOS DE LIMPEZA	02	01	01	05	05	08	07	30	12%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	07	02	03	04	06	07	06	35	14%
ALIMENTAÇÃO	12	05	02	02	09	13	12	55	22%
ARTESANATO	16	09	04	11	20	22	13	95	38%
Total Região	46	19	13	25	46	59	41	249	
	18%	8%	5%	10%	18%	24%	17%		

Fonte: SEMASES

Org.: Eberhard, G. (2008)

Conforme já salientamos, a SEMASES concentra as ações dos programas desenvolvidos pela secretaria nos CRAS, onde realiza também o cadastramento das pessoas a serem atendidas pelos cursos realizados e oferecidos. A concentração das atividades nos CRAS direcionou e permitiu a atuação da SEMASES em realidades marcadas pela falta de emprego e/ou oportunidades de trabalho, visto que direcionou as ações a uma determinada parcela da população municipal, que, em geral, já é beneficiada por outros programas de assistência social. Isso as caracteriza como pessoas de baixa renda, desempregadas ou subempregadas. Para a participação nos cursos de qualificação para o trabalho oferecidos através do programa, a SEMASES realiza um processo de seleção. Este processo auxilia no direcionamento dos cursos a atender pessoas beneficiadas por outros programas sociais de transferência de renda do município, No entanto, isso não limita a participação da comunidade em geral. O objetivo destes cursos é qualificar os trabalhadores e então prover a eles a chance de superarem a situação de exclusão social, e não apenas manter a condição em níveis mínimos de sobrevivência permitidos em geral pelos Programas de Transferência de Renda.

O Programa relativo à qualificação para o trabalho atua em 03 eixos. Esta é a proposta de atuação imposta pelo Programa. O *Banner* (Foto 01) elaborado para a divulgação dos cursos oferecidos para a qualificação dos trabalhadores através do Programa apresenta os eixos de atuação: Qualificação para o Trabalho; Formação para a Cidadania e Economia Solidária.



Foto 01 – Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho – Eixos Temáticos e Cursos

Foto: Eberhard, G. (2007).

Os eixos estão inter-relacionados com a temática da Economia Solidária. É importante salientar que a qualificação é necessária para permitir a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. A formação dos cidadãos permite esclarecimentos e orientações relativas aos direitos e deveres dos cidadãos. A temática da economia solidária é trabalhada como possibilidade de organização da sociedade frente ao atual modelo capitalista de produção e exclusão.

O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho é complementado pelo Programa de Economia Solidária¹⁰ desenvolvido também pela SEMASES. Neste trabalho, apresentaremos as ações desenvolvidas nos eixos do Programa Coletivo de Qualificação para o Trabalho e como elas desencadearam a criação do Programa de Economia Solidária, que dentro da SEMASES mereceu inclusive a

¹⁰ O Programa Economia Solidária foi criado em 2001 como desdobramento do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. Este processo desencadeou inclusive a criação de uma Superintendência relacionada especificamente à Economia Solidária, pois assim a SEMASES teria condições de priorizar ações quanto à Formação de uma Rede de Economia Solidária entre os empreendedores e a cidade de Dourados-MS. Isto vem acontecendo desde 2001.

criação de uma Superintendência específica para trabalhar e dar continuidade as ações propostas pelo programa inicial.

De acordo com Relatório elaborado pela Superintendência de Economia Solidária, a proposta de atuação do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho se estrutura

a partir de 03 (três) eixos centrais:

▲ **Qualificação Profissional**, que permite o acesso a cursos profissionalizantes que promovam além da mão-de-obra qualificada, a inserção produtiva e a inclusão social;

▲ **Educação Cidadã**, que busca desenvolver atividades de formação que promovam a consciência de cidadania, dos valores éticos e culturais e o sentimento comunitário, além de ser um momento único de resgate da auto-estima, de organização coletiva e descoberta de si e do outro;

▲ **Inserção na Economia Solidária**, que visa fortalecer os (as) trabalhadores (as) na produção e comercialização de seus produtos, oportunizando a partir do trabalho a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social e cultural.

Na seqüência, passaremos às informações e considerações a respeito de cada um dos eixos do Programa.

2.1.1 Qualificação para o Trabalho

O processo de qualificação é realizado por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e Empresas do Sistema “S”¹¹. Essa parceria visa tornar as ações desenvolvidas no Eixo de Qualificação mais efetivas e, assim, garantir bons resultados. Os cursos são oferecidos gratuitamente. Logo, a SEMASES concentra e prioriza pessoas e famílias que são beneficiadas por programas de transferência de renda – Bolsa Família, Bolsa-Escola, Segurança Alimentar e Benefício de Prestação Continuada. Nesse sentido, a proposta do programa é garantir a participação dos mesmos, mas isso não impede a participação da comunidade.

Esses cursos são desenvolvidos e realizados

¹¹ Senai, Senac, Sebrae, Senar.

em parceria com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), através de Contratos. As Instituições se deslocaram até os bairros com os (as) instrutores(as) e materiais para atender a comunidade de maneira viável às necessidades locais. Optou-se por essa metodologia de trabalho para facilitar o acesso e permanência de todos (as) no Programa, já que a população atendida não teria condições de deslocamento.¹²

Após a conclusão dos cursos, os participantes recebem certificados. Isto permite de certo modo que eles comprovem a qualificação necessária na busca por empregos no mercado de trabalho. Convém mencionar que a parceria existente se coloca como expressão da preocupação do Poder Público com a qualidade e a participação da comunidade nos cursos de qualificação. Preferencialmente, a realização dos cursos ocorre com a formação grupos de participantes de uma mesma região. A parceria entre a Prefeitura Municipal e as empresas que oferecem os cursos propõe realizar as atividades em pontos próximos da residência dos participantes. Isso é levado em conta porque os cursos são oferecidos com a preocupação de estimular e garantir a participação, o mesmo ocorre com os demais eixos propostos. O Programa realiza suas ações de modo a incutir nos trabalhadores a idéia de que Economia Solidária deve ser desenvolvida como um projeto que não visa apenas o incentivo de participação nos cursos. Ao desenvolver as atividades no bairro, o trabalhador estabelece pontos de referência em relação ao Programa, que vai além da oferta dos cursos de qualificação.

A proposta inicial do Programa é oferecer cursos para trabalhadores desempregados, permitindo condições de inserção no mercado de trabalho. No entanto, as entrevistas e os questionários aplicados na pesquisa de campo nos permitiram constatar que os cursos não se limitam a trabalhadores desempregados. As ações referentes ao Programa são divulgadas nos bairros para a participação da comunidade como um todo, e os interessados devem se informar na SEMASES, no CRAS da região (ponto de maior proximidade) ou na associação de moradores.

O envolvimento da comunidade com o Programa pode ser notado ao identificarmos que não apenas adolescentes freqüentemente participam dos cursos, mas também donas-de-casa, trabalhadoras domésticas, prestadores de serviços, artesões, costureiras e outras pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho formal, mas que desenvolvem alguma atividade doméstica de produção e que, em geral, não se organizam para gerar renda a partir de suas próprias

¹² Relatório elaborado pela Superintendência de Economia Solidária da SEMASES.

habilidades. Com o estímulo do eixo Educação Cidadã, essas habilidades e vocações acabam resultando em uma atividade profissional como, por exemplo, preparação de bolos, confecções de bordados, serviços de cabeleireiros, entre outros.

Dentre os participantes do Programa, muitos encontram-se fora do mercado de trabalho em razão da falta de oportunidades relativas à idade, à falta de conhecimento formal e de outras características relacionadas ao próprio modelo de organização das famílias em que muitas mulheres criam uma situação de dependência devido à subordinação aos maridos. O fato de os cursos serem oferecidos no bairro incentiva a participação e garante o comprometimento da comunidade em participar do Programa. O fato de os instrutores dos cursos desenvolverem as atividades no bairro evita o deslocamento por parte dos participantes. Por esta razão, nem todas as ações são organizadas nos CRAS, pois muitos bairros atendidos ficam distantes dos CRAS que concentram as atividades da SEMASES. Alguns cursos são oferecidos e realizados na associação de moradores, salões de igrejas ou em escolas. O objetivo é garantir o acesso da comunidade e assim permanência nos cursos e reuniões realizadas através do Programa.

Ao oferecer qualificação, o Programa tem formado e estimulado pessoas a desenvolverem atividades produtivas que muitas vezes eram realizadas como apenas um passatempo, mas que agora com os cursos passaram a ser valorizadas e vistas como oportunidade econômica por gerarem renda. Os cursos oferecidos são diversificados, contemplam diferentes áreas para estimular atividades que possam ser desenvolvidas manualmente, sem dependência tecnológica. Estas atividades resgatam as habilidades artesanais e domésticas e ocupam os trabalhadores.

Entre os cursos oferecidos, as opções são: Eletricista, Mecânica de Automóvel, Corte e Costura, Panificação Caseira e Industrial, Salgadeira, Cabeleireiro, Garçom, Manicura e Pedicura, Pintura em Tecido, Artesanatos Diversos, Informática, Pizzaiolo, Lingerie, Produtos de Limpeza, Bijuteria, Mecânica de Bicicleta, Serigrafia, Gerenciamento de Fax, Construção Civil, Derivados de Mandioca, Biscuit, Malharia, Secretária e outros. De modo geral, os cursos oferecem oportunidades para ingressar no mercado de trabalho formal e até mesmo de desenvolver a atividade por conta própria para geração de renda. É o caso, por exemplo, de artesanatos ou bijuterias que podem ser desenvolvidos como complemento de renda familiar. Constatamos que, nesse processo, muitas mulheres

passaram a costurar para fora, fazer doces, e, em geral, as empreendedoras do ramo de artesanato revelam que antes bordavam para passar o tempo, agora se dedicam para atenderem pedidos e, assim, se sentem mais valorizadas, pois elas agora conseguem vender seus produtos, o que lhes proporciona renda. Todo esse processo lhes permite a satisfação de necessidades pessoais que antes eram ignoradas já que o dinheiro era sempre administrado a fim de suprir as necessidades básicas primeiramente. A Sr.^a Edilsa Alice Oliveira, artesã, moradora do Bairro Água Boa, participa do Programa há 3 (três) anos e afirma que tanto as reuniões quanto o Programa têm apoiado-a. Ela ainda acrescenta que

[...] essa Rede tem ajudado a gente em tudo, na divulgação dos produtos, ajuda financeiramente **porque** conseguimos vender e também ajuda na cabeça, pois quando a gente faz alguma coisa não dá tempo de pensar em problemas..., além do dinheiro que consigo pra comprar coisa que antes não dava¹³

De acordo com informações da SEMASES¹⁴, o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho, atuante desde 2001, já beneficiou 8,2 mil pessoas com cursos de qualificação. Esse número é bastante expressivo, levando em conta que o Programa atua dentro de uma realidade onde as pessoas subsistem devido a programas sociais de transferência de renda. O processo de qualificação oferecido com os cursos tem como resultado o fato de os beneficiados terem conquistado trabalho ou passado a desenvolverem atividades geradoras de renda. O Eixo de Qualificação para o Trabalho ofereceu qualificação profissional e paralelamente desenvolveu reuniões para estimular os participantes a unirem-se e a formarem grupos produtivos. Dentro da proposta do eixo, a continuidade das ações prevê a capacitação para o gerenciamento dos empreendimentos recém formados.

O processo de capacitação oferece noções de gerenciamento e administração para os empreendedores formados nos cursos de qualificação. Neste sentido, a capacitação é realizada através de uma parceria da SEMASES com o SEBRAE, que oferece os cursos voltados ao gerenciamento, empreendedorismo e cooperativismo solidário. De acordo com os dados da SEMASES (Quadro 02), 51 horas são voltadas para a capacitação de novos *empreendedores*, visto que o processo anterior oferecido pelo SENAI visa à qualificação para *produtores*.

¹³ Entrevista realizada em 07/03/07, com a Empreendedora Edilsa Alice Oliveira, artesã.

¹⁴ http://www.dourados.ms.gov.br/comunicacao/not-view.php?not_id=13840

Quadro 02 – Cursos de Capacitação

Curso	Instituição	Carga Horária
Aprender a Empreender	SEBRAE	24 horas
Juntos Somos Fortes	SEBRAE	12 horas
Técnicas em Vendas	SEBRAE	15 horas
TOTAL		51 horas

Fonte: Relatório do Programa de Economia Solidária – SEMASES (DOURADOS, 2008).

Org.: Eberhard, G.

Os cursos de capacitação são desenvolvidos gradualmente e as etapas são trabalhadas em parceria com a SEMASES, que durante os cursos realiza dinâmicas para envolver os empreendedores com a temática da Economia Solidária demonstrando e estimulando a possibilidade de organização dos empreendedores em associações e cooperativas.

O Curso “*Aprender a Empreender*” oferece noções de organização de pequenas empresas e apresenta a importância de levar em conta a atividade e o mercado de consumo a ser atendido pelo empreendimento. Os temas são trabalhados com a utilização de vídeos, aulas expositivas e apostilas, que demonstram os critérios a serem observados pelo empreendedor na atividade onde irá atuar, prevendo sempre um planejamento. Assim por meio do curso, há a demonstração dos itens a serem levados em conta, por exemplo, para calcular o preço das mercadorias oferecidas. A lógica do curso é oferecer noções para o gerenciamento da atividade.

O Curso “*Juntos Somos Fortes*” discute o modelo de organização capitalista para a partir disso questionar e assim apresentar a Economia Solidária como alternativa e oportunidade de organização frente ao atual modelo. As possibilidades de organização são apresentadas em parceria com a SEMASES que estimula o envolvimento das pessoas na dinâmica dos cursos, formando grupos e demonstrando seu poder de atuação e resistência frente às dificuldades inerentes a cada empreendimento.

O Curso “*Técnicas em Vendas*” oferece condições ao empreendedor para que ele possa atuar de maneira mais segura na hora de vender seus produtos. O material disponibilizado é auxiliar, porém é usado como um instrumento para o cálculo da margem de lucro em cada uma das negociações a serem realizadas. As situações são apresentadas como exercícios de problemas. As soluções e alternativas são colocadas para a solução das possíveis dificuldades. Assim, a

SEMASES estimula a união dos empreendimentos e demonstra que a cooperação e união fortalecem os empreendedores inclusive diante da necessidade de resolver problema.

A parceria com o SEBRAE visa orientar os empreendedores a buscar e conquistar o mercado consumidor, e por isso as temáticas abordadas na capacitação são noções de gerenciamento e empreendedorismo para os novos empreendedores. As temáticas são abordadas do ponto de vista capitalista do mercado e neste sentido o curso *“Juntos Somos Fortes”* tem participação direta da SEMASES. Isso demonstra aos empreendedores que eles podem se organizar em grupos solidários e, assim, no caso de Dourados, podem fazer parte da Rede de Economia Solidária. Desta forma, um modelo de organização que se efetiva a partir da existência de consumidores solidários é proposta aos empreendedores. As oficinas de capacitação têm por objetivo formar empreendedores e estimular a união, a associação e a formação de cooperativas. As discussões promovidas buscam induzir a formação da Rede e assim a efetivação de um Projeto de Economia Solidária.

Em relação aos empreendimentos, o Programa tem atuado por meio de monitores da SEMASES, que analisam as dificuldades dos pequenos negócios através de visitas esporádicas. O objetivo é identificar as dificuldades e propor soluções tão quanto possível de forma a não permitir que o empreendedor se desestimore. Outra estratégia adotada é a realização de reuniões mensais com os empreendedores. Esses encontros possibilitam a discussão dos problemas e dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades. Com isso, os próprios empreendedores têm conseguido identificar alternativas para a superação das dificuldades.

O apoio oferecido aos pequenos empreendedores com a oferta dos cursos demonstra a necessidade da realização desse processo como forma de estimular a organização e manter atuantes os pequenos empreendimentos na economia local, que geram empregos e diversificam os produtos oferecidos no comércio. Ao beneficiar pequenos empreendedores, que já desenvolviam alguma atividade, o Governo Municipal de Dourados através do Programa admite a importância dos pequenos empreendimentos na economia local. A SEMASES reconhece que a participação dos pequenos empreendedores não é apenas viável, mas é também necessária para que os mesmos possam melhorar suas técnicas e oferecer produtos

de melhor qualidade ao mercado local. A respeito do tema, Kanitz (2004) declara que as pequenas e microempresas *são as categorias que geram emprego, pois as grandes desempregam mais do que contratam*. Em muitos casos, *ao invés de fortalecer a pequena empresa, quase todos os governos do Brasil a ignoram ou a enfraquecem*. Como já vínhamos observando, isso não vem ocorrendo em Dourados nos últimos anos, pois, por meio da SEMASES, os pequenos empreendedores estão tendo oportunidades para aprimorar e expandir seus negócios.

2.1.2 Educação Cidadã ou Formação para a Cidadania

No Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho, a SEMASES desenvolve um eixo específico para conscientização da comunidade. As atividades buscam promover a consciência do conceito de cidadania, por exemplo. Para tanto, são realizadas reuniões com diferentes temáticas relacionadas aos direitos e deveres do cidadão e nelas demonstra-se que o atual modelo de sociedade é fruto das relações e da atuação dos cidadãos no contexto onde vivem. Assim, as atividades de formação se propõem a discutir cidadania, valores éticos, culturais, comunitários, entre outros.

Assim, a Formação para a Cidadania é um espaço onde as pessoas são estimuladas a refletir sobre o atual modelo de organização e, também, discutir as relações dessa sociedade formada a partir de interesses individuais. As reuniões são momentos de diálogos que usam uma determinada metodologia para envolver os participantes em atividades de grupos e esses momentos proporcionam o resgate da auto-estima. Inicialmente, as temáticas são trabalhadas em reuniões semanais. A Formação para a Cidadania se propõe a discutir os valores do atual modelo de sociedade e envolver os participantes com a Rede de Economia Solidária já existente.

As reuniões têm o propósito de fortalecer a união entre os empreendedores e são realizadas como estratégia para estimular a permanência no Programa. As temáticas são diversificadas, mas elas também levam em conta a discussão da Economia Solidária que é apresentada ao grupo como uma proposta de organização. Os participantes que demonstram interesse recebem orientação e

apoio da ONG “Mulheres em Movimento” que atua em parceria com SEMASES para a organização de um modelo de produção, comércio e consumo envolvendo e beneficiando os empreendedores. As oficinas realizadas abordam as temáticas de forma progressiva, discutindo as relações capitalistas e paralelamente demonstrando a importância da proposta da Rede de Economia Solidária.

De acordo com Relatório da Superintendência de Economia Solidária, as ações do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho com relação ao Eixo Educação Cidadã pretendem *oportunizar espaços democráticos de formação permanente que promovam a construção da cidadania, a partir de princípios da Economia Solidária*. O relatório ressalta que, no Programa, a *educação popular contribui para organização de novas formas de produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, ou seja, outras formas de organizar processos econômicos, gerando solidariedade, cooperação e equidade*.

A SEMASES, através do Relatório de ações do Programa, afirma que *fazer educação e formação para a Economia Solidária e para a autogestão significa desconstruir a cultura “neoliberal” para construir outra sociedade, com novas práticas sociais, políticas econômicas e culturais*. Assim, o relatório da SEMASES destaca que *educação e formação são processos integrais que envolvem valores e práticas, bases para que indivíduos construam sua autonomia sendo sujeitos da história e comprometidos com a construção dessa nova sociedade*.

Essa construção de práticas de Economia Solidária é o objetivo almejado pela SEMASES ao realizar a educação cidadã. Esse processo questiona os objetivos dos empreendedores frente ao modelo capitalista dominante, e os empreendedores que conseguem se identificar com as propostas de modelo de Economia Solidária são introduzidos na Rede de Economia Solidária. Desta forma, os participantes passam por um novo processo de oficinas que discutem os objetivos e organização de um modelo de Economia Solidária em Dourados-MS, já consolidado com a existência da Rede.

A *Formação para a Cidadania* acontece a partir da realização de encontros e oficinas para estimular e valorizar os trabalhadores na sociedade e no processo de produção em que atuam. As temáticas complementares são sugeridas pelos próprios participantes, mas a proposta inicial é a discussão do atual modelo de organização social e os valores dessa sociedade. De forma complementar, assuntos

relativos à economia doméstica, educação dos filhos, saúde feminina e DSTs¹⁵ são trabalhados. Nesse sentido, com o intuito de complementar a Educação Cidadã, a SEMASES desenvolve um curso específico para empreendedores que passarão a fazer parte da Rede de Economia Solidária. Além disso, oficinas específicas para a formação de empreendedores e consumidores solidários através do *Formando Times* são realizadas.

A participação no *Formando Times* é critério de introdução dos empreendedores na Rede de Economia Solidária. De acordo com a ONG, o cadastramento na Rede é resultado da conclusão da etapa do *Formando Times*. Esses processos são necessários para estabelecer um grau de comprometimento do empreendedor com relação à Rede.

De acordo com a Diretora da ONG¹⁶, Lenita Gripa, *a participação no Formando Times é um pré-requisito para conseguir pegar financiamentos no Banco e vender na Loja Solidária*¹⁷.

No eixo Formação para a Cidadania, o curso *Formando Times* é o passaporte para efetivar a entrada do empreendedor na Rede. Por meio da Rede, o empreendedor coloca-se como integrante de um grupo que se propõe a realizar a Economia Solidária como forma de atuação econômica. Durante a pesquisa de campo, constatamos que muitos empreendedores reclamam da exigência da participação nas reuniões, inclusive ressaltam que participam porque pretendem em breve realizar financiamento pela Rede. Esse é o caso da Sr.^a Anadir (47 anos), do segmento de confecções, casada, formada em Letras, com 02 filhos. Segundo ela,¹⁸

a Rede é boa, mas tem que melhorar um pouco as reuniões, pois geralmente perde muito tempo, pois tenho que fechar o salão para ir nas reuniões ficar lá das duas as quatro e meia – perde muito tempo,(...) as reuniões são importantes porque dão uma injeção de ânimo, mas às vezes só enche lingüiça e a gente perde tempo.

As reuniões são para estimular as pessoas a continuarem produzindo, e, neste contexto, de acordo conforme palavras da empreendedora, o Programa tem alcançado seu objetivo.

¹⁵ DST: Doenças Sexualmente Transmissíveis.

¹⁶ Entrevista realizada em 19/11/07 com a diretora da ONG “Mulheres em Movimento”, Lenita Gripa.

¹⁷ Entrevista realizada em 19/11/07 com a diretora do Banco Pirê e da ONG “Mulheres em Movimento”, Lenita Gripa. O Banco Pirê é um Banco Comunitário criado pela ONG para financiar pequenos empréstimos, assim o Banco Pirê vincula-se à ONG “Mulheres em Movimento”.

¹⁸ Entrevista realizada em 15/01/08, com a empreendedora Anadir, costureira e cabeleireira.

Contudo a afirmação da participante é um sinal de que o interesse é pela manutenção no Programa, mas não há total comprometimento com os objetivos e o próprio ideário solidário. Isso nos leva ao questionamento quanto à capacidade de permanência de um Programa como este em outro governo, cujos princípios não estejam vinculados a solidariedade.

2.1.3 Economia Solidária

O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho desenvolve as ações nos eixos levando em conta o processo de qualificação e capacitação no primeiro momento, e para cumprir a proposta do eixo de promover uma educação cidadã, reuniões e seminários para a discussão das temáticas propostas, estimulando os empreendedores e trabalhadores a se organizarem são frequentemente realizadas. Tal condição acaba desencadeando as ações do terceiro e último eixo que é o Eixo Economia Solidária.

Depois da participação do empreendedor no curso *Formando Times*, o mesmo já faz parte da Rede de Economia Solidária.

Assim a idéia de Rede significa aqui a organização de uma “*teia*” de produção e consumo com vistas a fortalecer um mercado paralelo, capaz de viver e de se firmar fora da concorrência do mercado formal. O Eixo Economia Solidária acabou por fortalecer as relações solidárias e consolidar ações governamentais específicas, decorrentes da anterior. O Eixo criou o Programa de Economia Solidária e a Superintendência de Economia Solidária para dar vazão as suas ações. Tal programa é que sustenta, juntamente com outras ações, a Rede de Economia Solidária.

CAPÍTULO 3

DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA À REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

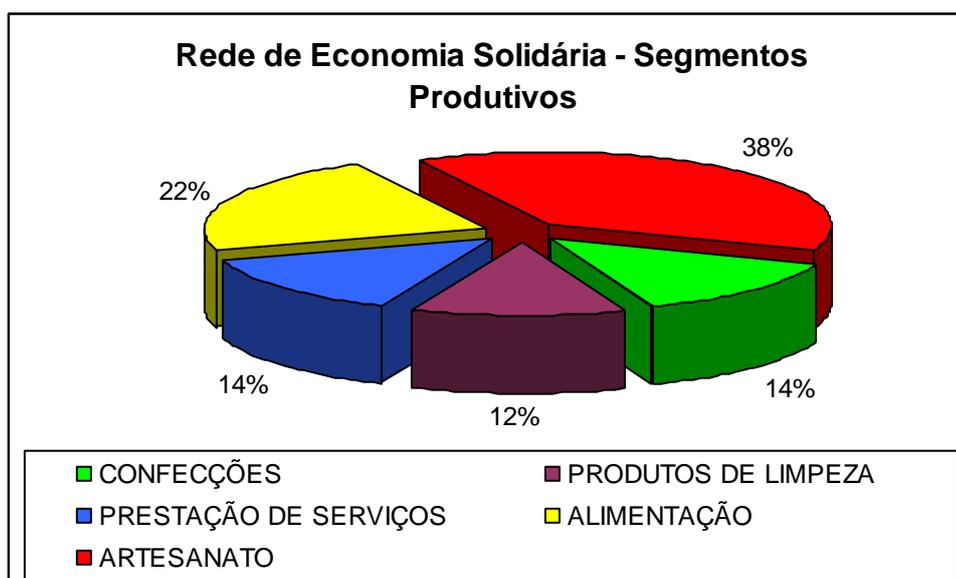
Como já afirmamos, a Economia Solidária em Dourados-MS é resultante de Políticas Públicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES). As ações de organização dessa política resultam de um Programa intitulado “Coletivos de Qualificação para o Trabalho”, que em sua proposta realiza um conjunto de ações, com vistas a propiciar a emancipação e autonomia aos beneficiados de programas de transferência de renda, que, em geral, são grupos e famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

A Superintendência de Economia Solidária/SEMASES organizou os empreendimentos formados a partir de incentivos e estratégias do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho por segmentos de produção.

A SEMASES também definiu as estratégias que seriam adotadas em cada setor pelo Programa de Economia Solidária, que se propõe a realizar ações voltadas ao fortalecimento e organização dos empreendimentos em relação aos segmentos produtivos, priorizando a organização da Rede de Economia Solidária para o fortalecimento das atividades produtivas organizadas a partir do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho.

De acordo com o Relatório da Superintendência de Economia Solidária da SEMASES, a Rede de Economia Solidária é formada por 249 empreendimentos informais que estão divididos em 05 segmentos de produção. A divisão dos empreendimentos em setores levou em conta os produtos oferecidos, e assim os empreendimentos estão *setorizados* nos segmentos de confecções, de prestação de serviço, de produtos de limpeza, de artesanato e alimentação. No Gráfico 01 podemos observar o percentual de empreendimentos por setor.

Gráfico 01



Fonte: Relatório SEMASES / Prefeitura Municipal de Dourados-MS
Org.: Eberhard, G.

O segmento que concentra o maior número de empreendimentos solidários é o de artesanato, um total de 95 empreendedores, que correspondem a 38% da Rede de Economia Solidária. Chamaremos de Rede de Economia Solidária, o grupo organizado pela SEMASES para receber as ações pautadas pela Política de Desenvolvimento de Economia Solidária proposta pela criação do Programa de Economia Solidária em Dourados-MS.

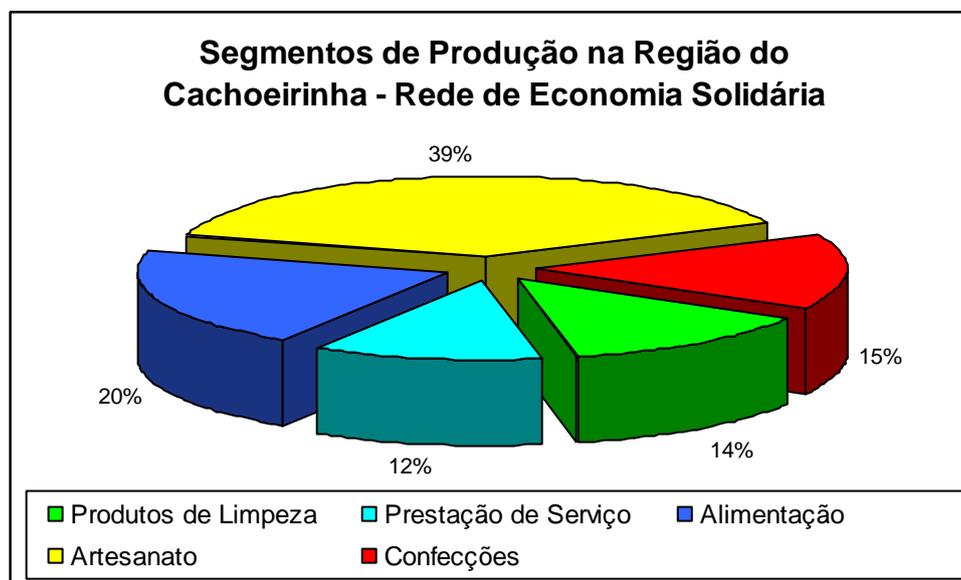
Todos os segmentos de produção que fazem parte da Rede de Economia Solidária apresentam grande diversidade de empreendimentos, pois englobam diferentes atividades em um só conjunto. Os empreendedores que integram a Rede de Economia Solidária precisam desenvolver o papel de produtores e de consumidores solidários, para que a Rede permaneça forte.

A Rede se efetiva na existência de cada empreendimento. No entanto, para se cadastrarem nesse grupo de empreendedores, é critério estar desenvolvendo uma atividade produtiva, ter participado das atividades de capacitação e das reuniões do “Formando Times”, pois a prioridade das ações desenvolvidas em função da Rede é fortalecer os empreendedores informais que demonstram acreditar na Economia Solidária como alternativa de organização econômica e social.

Ao analisarmos o cadastro de empreendedores da região do Cachoeirinha, verificamos que o segmento de artesanato se destaca entre os demais, pois representa 39% dos empreendimentos na região. Essa concentração de

empreendimentos de artesanato é significativa em todas as regiões, assim como na Rede de Economia Solidária de modo geral, conforme pode ser observado no Gráfico 02.

Gráfico 02



Fonte: Relatório SEMASES / Prefeitura Municipal de Dourados-MS
Org.: Eberhard, G.

Cada segmento produtivo abrange uma série de atividades que apresentam características pertinentes ao setor em que estão categorizadas. No Quadro 03, citamos as principais atividades que compõem cada um dos setores. Observa-se que cada setor é composto por várias atividades. Os Agentes Ecológicos, por exemplo, que estão classificados como “Reaproveitamento de Materiais Reciclados”, atuam em diferentes categorias de reciclagem como metal, plástico e papel. Cada categoria de classificação se subdivide, sendo que os metais podem ser classificados em cobre, alumínio, zinco, etc. Assim, podemos aferir que, mesmo no segmento dos Agentes Ecológicos, há um diversificado número de atividades relacionadas ao setor. Os trabalhadores desse segmento não estão categorizados como segmento da Rede, pois os mesmos se enquadram na situação de reaproveitamento e não de produção. Por isso estão organizados em uma associação independente da Rede¹⁹.

¹⁹ A CooperCat, cooperativa fundada em 2001, converteu-se na Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados (AGECOLD) em 2003.

Quadro 03 – Atividades que fazem parte dos Setores Produtivos

Setor/ Ramo Produtivo	Atividades
Confecções	Lingerie Camisetas Costura em Geral
Artesanato em Geral	Enxovais para cama, mesa e banho com aplicação de bordados Tapetes Panos de Prato Velas Decorativas Artesanato Indígena
Produtos de Limpeza	Amaciante Sabão Ki-Geléia Detergente
Alimentação	Desinfetante Pasta Brilha Alumínio Água Sanitária Bom Ar Pães Caseiros Bombons Cuca
Produtos da Agricultura Familiar	Bala de Coco Bolachas Pães de Mel Vassoura Caipira Rapadura Açúcar Mascavo Picles
Prestação de Serviços	Conservas Mel e Cestas de Fibra de Bananeira Serviço de Lavanderia Manicura Pedicura Eletricistas Cabeleireiro
Agentes Ecológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Reaproveitamento de Material Reciclável

Fonte: Superintendência de Economia Solidária – SEMASES
Org.: Eberhard, G.

A organização das atividades por segmentos de produção foi decisiva para orientar as políticas de reforço e apoio em cada um dos setores, pois a setorização permite direcionar ações para solucionar os pontos de dificuldades pertinentes ao desenvolvimento das atividades relacionadas no segmento. Outro fator importante, por exemplo, é o relativo à organização de cursos e feiras setoriais para cada segmento da Rede.

A Rede de Economia Solidária organiza 4 (quatro) feiras por ano no centro da cidade. As feiras são realizadas em datas estratégicas, contemplando a Semana da Mulher, a Semana do Dia das Mães, a Semana da Pátria e a Semana do Natal.

O objetivo é claro. Trata-se de favorecer a venda e divulgar os produtos da Rede com vistas à comercialização e fortalecimento do Programa.

O grupo de empreendimentos, que formam os setores da Rede de Economia Solidária, é acompanhado pela ONG “Mulheres em Movimento”²⁰ que realiza ações específicas em cada segmento produtivo para fortalecê-los frente aos demais empreendimentos que não são da Rede. Neste sentido, os empreendedores da Rede passam por um processo de (re) qualificação que é realizado para fortalecer os princípios da Economia Solidária entre os empreendedores e, também, para estabelecer, elevar e manter um nível de qualidade por parte dos produtos produzidos sob o rótulo da solidariedade. Trata-se de estimular os empreendedores a reconhecerem os objetivos da Rede como um projeto comum ao grupo.

Em Dourados, a Rede de Economia Solidária estabeleceu como seus princípios norteadores a cooperação, a autogestão, a gestão compartilhada, a valorização do trabalhador, a preservação do meio ambiente e atuação econômica. Essas características de modelo de Economia Solidária são objetivos colocados pelo Programa de Economia Solidária da SEMASES. Vale ressaltar que fica evidente que o Programa não se coloca para organizar um modelo de economia a ser realizado em oposição ao capitalismo. O Programa é uma organização que permite agir dentro do sistema capitalista de forma a garantir uma alternativa para superar as dificuldades.

As reuniões realizadas pela Rede com o apoio da SEMASES e da ONG “Mulheres em Movimento” trabalham constantemente os princípios da Rede. O objetivo é orientar a união do grupo que se propõe a realizar uma Economia Solidária para quem precisa vender o que *produz* e para quem precisa comprar o que *consome*.

A superintendente de Economia Solidária/SEMASES, Maria Conceição Celestino, afirma que *“a Rede em Dourados ainda não oferece todos os produtos necessários a um consumidor 100% solidário, mas os produtos oferecidos atendem em parte as necessidades. Deste modo, a comunidade em geral pode participar da Rede”*²¹.

Observamos, inclusive, a preocupação com relação à qualidade, pois os produtos da Rede são oferecidos no mercado local por meio das Lojas Solidárias²² com um nível de qualidade estabelecido pela SEMASES e pela ONG. Esses

²⁰ Organização Não-Governamental que apóia empreendimentos informais com realização de financiamentos e cursos.

²¹ Entrevista realizada com a Superintendente de Economia Solidária – 22/01/08.

²² Pontos de Comercialização dos Produtos da Rede.

produtos são oferecidos ao lado de grandes marcas e precisam competir no que diz respeito ao preço e, principalmente, à qualidade.

A Rede de Economia Solidária é formada por empreendedores cadastrados, capacitados e qualificados pelos Programas Coletivos de Qualificação para o Trabalho e de Economia Solidária, porém a Rede não é formada apenas por produtores. Os consumidores solidários correspondem ao principal elemento da Rede e por isso as ações de incentivo e valorização dos produtos da Rede são fundamentais. É preciso estimular a cumplicidade e solidariedade entre os empreendedores, demonstrando a importância de consumir, preferencialmente, esses produtos para assim beneficiar outros produtores que também são consumidores e, para tanto, precisam comercializar seus produtos. Seguindo essa lógica, é possível aferir que há um movimento financeiro significativo entre os participantes da Rede, e isso somente é possível desde que haja comprometimento por parte dos integrantes do grupo. De acordo com o Prefeito José Laerte Tetila²³, a Rede de Economia Solidária é “*solidária para quem produz e para quem compra*”.

3.1 “Mulheres em Movimento” e o Banco Pirê: a Sociedade Civil no Controle da Rede de Economia Solidária

Mulheres em Movimento é uma Organização Não-Governamental, entidade civil sem fins lucrativos, criada em 2004, com a finalidade de apoiar e organizar ações para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos informais. De acordo com Maria Conceição Celestino Barbosa²⁴, que participou diretamente da criação da ONG, diz que quando a ONG foi planejada e organizada

ela não surgiu para apoiar a Rede de Economia Solidária, ela foi se afunilando [...] a idéia era trabalhar com a geração de empregos, com caráter ambientalista e geração de renda [...] o modo como ela está hoje não foi previsto, ela nasceu com outros objetivos e foi sendo organizada como resultado do processo, hoje ela (a ONG) está estruturada e trabalha só com isso (Rede de Economia Solidária).

²³ FIEMS - Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. **Parceria da Prefeitura de Dourados com Sistema Fiems qualifica 8,2 mil trabalhadores.** Disponível em: <<http://www.fiems.org.br/noticia.php3?id=15007>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

²⁴ Entrevista realizada em 22/01/08 com a superintendente de Economia Solidária – Maria da Conceição Celestino Barbosa, vice-presidente da ONG “Mulheres em Movimento”.

Convém mencionar mais uma vez que o modelo de Rede de Economia Solidária em Dourados é fruto da parceria da ONG “Mulheres em Movimento” e da Superintendência de Economia Solidária. A SEMASES apóia os empreendimentos de produção por meio de acompanhamento técnico através de visitas esporádicas. A ONG dá suporte financeiro e apoio técnico aos empreendimentos solidários. Mas, devido ao seu caráter de Organização Civil, a ONG tem atuado de maneira predominante no que diz respeito ao processo de organização da Rede de Economia Solidária, por meio das reuniões de “Formação Cidadã” e principalmente do “Formando Times”, em parceria com a SEMASES.

O suporte técnico realizado pela SEMASES e pela ONG ocorre através da identificação de problemas relativos à administração dos pequenos empreendimentos. A atuação leva em conta inclusive a orientação com relação ao cálculo do preço a ser cobrado por produto.

De acordo com Lenita Gripa, diretora da ONG, os pequenos empreendedores apresentam dificuldades que, em geral, *“são deficiências administrativas que resultam da falta de experiência do empreendedor, que muitas vezes se limita a produzir e assim não consegue administrar”*.²⁵

É levando em conta esse tipo de dificuldades que a capacitação realizada por meio do SEBRAE revela a importância de investir em cursos de empreendedorismo para pequenos empreendedores *“que muitas vezes apresentam produtos de excelente qualidade vendendo-os a baixo custo, com uma margem de lucro insignificante”*.²⁶

A ONG “Mulheres em Movimento” iniciou suas atividades fazendo uso de recursos herdados por uma jovem missionária, que fez a doação do recurso para iniciar um projeto que cumprisse o papel de incluir pessoas no mercado de consumo, através do financiamento de pequenos empreendimentos. Atualmente, a entidade recebe doações destinadas à solidariedade. No processo de implantação, a ONG foi definindo a forma como atuária e decidiu que o seu principal objetivo enquanto instituição seria incentivar a solidariedade com a intenção de “construir um ‘outro mundo’, possível e necessário, com a perspectiva de desenvolvimento sustentável,

²⁵ Entrevista realizada em 19/11/07 com Lenita Gripa, diretora do Banco Pirê e da ONG “Mulheres em Movimento”.

²⁶ Entrevista realizada em 19/11/07 com Lenita Gripa, diretora do Banco Pirê e da ONG “Mulheres em Movimento”.

que promove o respeito à pessoa humana e valoriza os ecossistemas, tendo no centro não o lucro, mas a VIDA.”²⁷

Em julho de 2006, a ONG passou por um processo de redefinição, diante da busca por dar continuidade as ações desenvolvidas em Dourados-MS. A ONG então criou um Banco Comunitário, denominado BANCO PIRÊ, que atualmente está integrado à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o que permite um fluxo financeiro maior e, conseqüentemente, representatividade na sociedade e nos órgãos públicos.

Os produtos, serviços e o nome do Banco fazem referência à etnia Tupi-Guarani, uma das etnias indígenas do município de Dourados. Essa referência é atribuída à necessidade de fácil identificação dos produtos vinculados a Rede de Economia Solidária no município. *PiraPirê* é a palavra em guarani que equivale a “dinheiro”, ou seja, abundância. Pira é peixe enquanto que Pirê é casca ou escama de peixe, que é resistente e abundante. Assim, *PiraPirê* representa a abundância de moeda forte.

As logomarcas criadas para a identificação dos produtos demonstram que a Rede tem se organizado através da ONG. Os nomes atribuídos criam uma certificação com relação à origem dos produtos na Rede de Economia Solidária, permitindo que os nomes vinculados a uma marca conquistem mercado na medida em que permanecem no mercado. A marca é o requisito para a identificação entre os demais produtos não pertencentes à Rede. A tradição da marca é a conquista pretendida através do tempo e da qualidade.

Deste modo, ressaltamos a importância de uma padronização dos nomes dos produtos oferecidos na Rede, pois a padronização tem permitido reconhecimento e identificação. Do mesmo modo que a ONG definiu a preocupação com a criação de uma logomarca, que no caso é o peixe, a Rede de Economia Solidária também adotou um símbolo de identificação dos produtos. A logomarca da Rede é apresentada em todos os produtos comercializados e produzidos pelos empreendedores que integram ao grupo da Rede. Neste sentido, a marca da Rede pode estar vinculada à ONG, mas também pode se apresentar isoladamente. A Foto 02, a seguir, mostra produtos com a marca da Rede.

²⁷ <http://www.bancopire.org>



Foto 02 – Produto da Rede de Economia Solidária com a logomarca da Rede
Foto: Eberhard, G. (2008)

Vejamos, ainda, outras formas padronizadas e adotadas pela Rede: a logomarca e o logotipo do Banco (Figura 02); as cédulas usadas como moeda (Figura 03); os modelos de cartão de crédito (Figura 04); a etiqueta das confecções (Figura 05) e, finalmente, o rótulo dos produtos de limpeza (Figura 06).



Figura 02 - Banco Pirê: Banco Comunitário
Fonte: <http://www.bancopire.org>



Figura 03 - Pirapirê: Moeda de Circulação Local
Foto: Eberhard, G. (2007)



Figura 04 - PirêCred: Cartão de Crédito
Fonte: <http://www.bancopire.org>

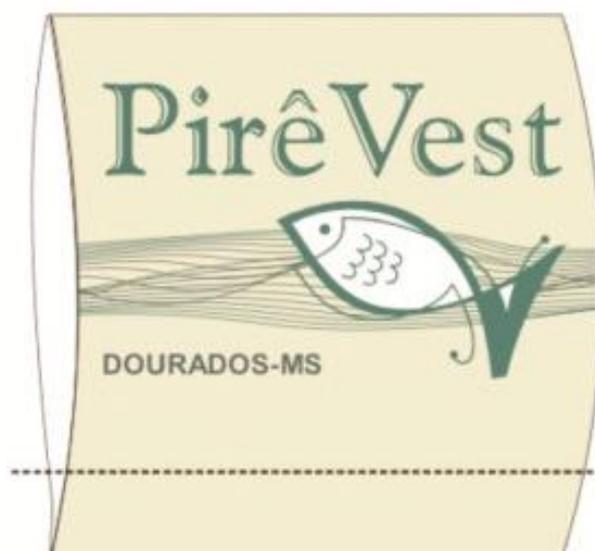


Figura 05 - PirêVest – Etiqueta dos Produtos de Confeções
Fonte: <http://www.bancopire.org>



Figura 06 - Pirê Produtos de Limpeza – Etiqueta dos Produtos de Limpeza
Fonte: <http://www.bancopire.org>

3.1.1 Apoio Financeiro

Através do Banco Pirê, a ONG realiza financiamentos especificamente para estabelecimentos que fazem parte da Rede de Economia Solidária. Estes financiamentos são linhas de crédito para matéria-prima ou equipamentos, e os financiamentos são destinados à produção.

Uma importante característica é que a ONG, como sociedade organizada, apóia empreendedores informais, que necessitam financiar pequenas quantias, mas devido ao fato de não terem garantias e estarem na condição de informais, não conseguem realizar empréstimos no sistema bancário tradicional. Em razão disso, a atuação da ONG tem sido fundamental no desenvolvimento dos empreendimentos de pequeno porte, como é o caso dos empreendimentos da Rede de Economia

Solidária. De acordo com os dados do Banco Pirê, até dezembro de 2007, a ONG havia liberado 295 financiamentos para pequenos empreendedores. Devido ao fato de o Banco Pirê ter sido criado com a finalidade de dar apoio financeiro aos empreendedores da Rede, o processo de liberação é rápido, pois os empreendedores interessados já estão cadastrados, o que facilita a análise e a liberação. Os prazos dos financiamentos atendem as necessidades do empreendedor, que sugere a quantidade de parcelas em função de suas condições de pagamento. As renovações podem ser realizadas somente depois da quitação do financiamento anterior.

A taxa de juros cobrada é sobre o valor total, variando de acordo com o valor financiado. Existem 3 (três) linhas de crédito, com valores e juros diferenciados, conforme demonstrado no Quadro 04.

Quadro 04 – Taxa de Juros por Valor de Crédito

Faixa de Crédito	% de Juros sobre o valor total
de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	3%
de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	5%
de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.500,00	7%

Fonte: Banco Pirê
Org.: Eberhard, G.

Os juros são relativamente baixos, pois no caso do financiamento de R\$ 500,00, com uma taxa de 3%, ao quitar, o empreendedor terá pago R\$ 515,00, ou seja, R\$15,00 de juros. Levando em conta que ele pode fazer a opção de dividir em 12 vezes, ele pagará mensalmente parcelas de R\$ 42,91. De acordo com o Banco, o valor máximo do financiamento é de R\$ 3.500,00, e nos valores acima de R\$ 1.001,00, as taxas de juros são diferenciadas.

Os percentuais de juros mais elevados são praticados nos valores mais altos, por causa do baixo capital da ONG e também para desestimular o endividamento dos empreendedores por longo prazo. Os financiamentos são liberados a partir da aprovação realizada pela diretoria da ONG que, entre outras coisas, avalia a real necessidade do valor. Tais medidas são tomadas para não comprometer o capital de giro dos empreendedores por longos prazos. Assim, muitas vezes, o Banco libera apenas uma parte do valor solicitado, pois a liberação

leva em conta as possibilidades de pagamento, a necessidade do empreendedor e o capital disponível por parte da ONG.

Em 2007, a ONG criou o *PiraPirê* e o *PirêCred*. Esses dois instrumentos fortalecem as relações comerciais entre os empreendedores da Rede e os consumidores solidários. O *PiraPirê* é uma moeda local da Rede, criada com o objetivo de fazer o dinheiro circular entre os empreendedores do grupo. Essa moeda tem cotação igual a do Real. Os interessados trocam as cédulas de Real por cédulas de *PiraPirê*: 1 *PiraPirê* vale 1 Real. As gravuras das cédulas fazem referência a aspectos regionais.

De acordo com a ONG, além das Lojas Solidárias e dos empreendedores da Rede em geral, já são 38 lojas do comércio local (Quadro 05) que aceitam o *PiraPirê* como moeda de circulação. Essas lojas identificam a aceitação da moeda por meio da exposição e utilização de *Banners* (Foto 03).

Quadro 05 - Empresa que firmaram adesão com o Banco Pirê para aceitar a Moeda

Mercado	Telefone	Endereço	Bairro
Mercado do Bosque	3426 7515	Rua F, 450	Estrela Porã
Produto de Limpeza JP	3426 5889	R: Laura Morais de Mattos, 654	Pq. do Lago II
AC Presentes	9232 7564	R: Bela Vista	Jd. Água Boa
Ateliê M & D	8119 1809	Joaquim Teixeira Alves, 2190	Centro
Sacolão do Produtor		R. Álvaro Brandão	Jd. Maracanã
Panificadora Maringá		R. Álvaro Brandão, 1675	Jd. Maracanã
Patrícia Confeções	9997-0724	R. Eulália Pires, 892	Vila Almeida
Estética M ^a Inês	3423-2821	R. Eulália Pires, 892	Vila Almeida
Supermercado Santos	3425-6952	R. José Luz da Silva	Terra Roxa
Supermercado Super 10	3422-1453	R. Eulália Pires, 898	Vila Almeida
Artesanato Dourados	8401-3887	R. Emílio Menezes, 1276	Jardim Climax
Farmácia Farmatun	3423-2821	Rua Eulália Pires, 892	Vila Almeida
Loja Solidária I	3427 3733	Rua Joaquim T. Alves, 1909	Centro
Loja Solidária II		Rodoviária	
Mercado da Solidariedade	3424 0721	Rua Ponta Pora, 6791	Jd. Maracanã
Ciclo Center	9909 5474	Rua Lindalva Marques, 344	Pq do lago II
Mercearia El Shadai		R.Genoveva Matos Franca,1026	Novo Horizonte
Mercearia Aliança		Rua Ananias, 1324	Novo Horizonte
Bar e Mercearia do Gauchinho		Rua Lindalva Marques, 370	Pr do lago II
Micropel Papelaria		R. Salviano Pedroso, 2980	Terra Roxa I
Mercearia Gonçalves22		R. J 19 , 2075	Guaicurus
Eloin Artes		R. Manoel Rasslen, 610	4º Plano
Ciclo Brasil		R. Antônio Emílio Figueired, 356	Jd Clímax
Dipol – Com. de Produtos para limpeza Ltda	3421 7249	R. Quintino Bocaiuva, 580	Centro
Mercearia Santana		R. Rangel Torres, 1865	
Boniart's Bijoux		R Coronel Ponciano, 2860	V. Industrial
Jandi P. de Limpeza	3424 4436	R. José Ferreira Filho, 315	Pq Nações II

Mercado	Telefone	Endereço	Bairro
Art's Okasiões	9634 2274	R. Guatemala, 200	Pq Nações I
NetServ Internet e Informática	3425 4364	R Zeferino Vicente de Almeida, 480	Canaã III
Torno e Solda Silles	3425-8311	R. Cel. Ponciano, 1415	Pq Nova Alvorada
Serindó	3422-5905	Oliveira Marques, 1686	Centro
Salgados e Cia Schnorr	3426 2030	Av. José Roberto Teixeira, 260	Flórida I
Fukuda Presentes	3422-8060	Av. Marcelino Pires, 2592	Centro
Mercearia Garibaldi	3423.7915		Jd. Itália
Borracharia RJ	9231.0163	Av. Weimar Torres, 204	Jd. Climax
Cleuza Aviamentos	3427.2397	Rua Cuiabá, 3204	V. Sulmat
Garaparia São João	9919-5217		Pq. Alvorada
Mercado Gonçalves	3427.2397	Rua Ramão Ozório, 488	Vila Braz

Fonte: <http://www.bancopire.org>

Na Foto 03, podemos observar que a moeda do *PiraPirê* é aceita em empreendimentos que trabalham com outros sistemas de pagamento²⁸. Essa situação demonstra que a Rede de Economia Solidária tem conquistado espaço dentro do mercado formal, pois através do *PiraPirê* o comércio local tem demonstrado o reconhecimento e respeito pela Rede e pelo Banco Pirê.



Foto 03 – Utilização de *Banner* para indicar a aceitação da moeda da Rede de Economia Solidária

Foto: Eberhard, G. (2008)

²⁸ Cartões de Créditos e Cartões de Débito de sistemas nacionais e internacionais.

O *PirêCred* é um Cartão de Crédito local criado para a realização de compras a prazo. O *PirêCred* não se trata de um cartão magnético, porém o titular do cartão pode realizar as compras a prazo e pagar a fatura na data do vencimento, além de poder parcelar o valor da compra. Esse mecanismo visa incentivar e permitir a realização de compras na Rede de Economia Solidária, pois diante da falta do dinheiro em espécie (*PiraPirê* ou Real), o consumidor pode comprar o produto na Rede, o que, além de concentrar o consumo de produtos na Rede, permite maior flexibilidade para o consumidor. A sociedade em geral pode fazer uso da moeda *PiraPirê* e do cartão *PirêCred* que pode ser feito nas Lojas Solidárias ou na sede do Banco Pirê. A divulgação e a administração dos produtos, *PiraPirê* e *PirêCred* são realizados pela ONG.

A moeda e cartão de crédito fortalecem os laços e as relações comerciais entre os empreendedores da Rede e os consumidores da sociedade em geral. Estas são marcas criadas e têm sido fundamentais para estimular a comercialização dos produtos da Rede. Nesse sentido, vale destacar que a Rede se organizou com o apoio da ONG e da SEMASES, e, como resultado dessa parceria, a Rede conquistou espaços próprios para a comercialização que é realizada por meio das feiras e das Lojas Solidárias.

As feiras possuem características de organização solidária. Historicamente, concentram empreendedores que visam comercializar seus produtos e trocar experiências. No caso da Rede de Economia Solidária, são organizadas feiras em datas comemorativas, com o objetivo de oferecer opções de compra à comunidade. Essas feiras são voltadas à comercialização e à divulgação dos produtos, ou seja, quando os produtos são oferecidos nas feiras, o empreendedor consegue divulgar seu trabalho e conquistar consumidores em função da qualidade, pois ele está ali representando a “sua marca” dentro da Rede e assim acaba estabelecendo uma concorrência com as demais marcas e produtos de outros empreendedores da Rede.

Além das feiras, a Rede de Economia Solidária tem espaços permanentes de comercialização de seus produtos, que são as Lojas Solidárias. Há quatro Lojas que atendem diariamente produtores e consumidores solidários, oferecendo os diversos produtos da Rede. A ONG organiza eventos para a divulgação e comercialização dos produtos, mesmo assim as Lojas Solidárias ainda são os principais espaços de comercialização, pois as feiras em geral possuem um caráter

de concentrar principalmente empreendimentos e produtos do segmento de artesanato. As Lojas Solidárias são pontos fixos e permanentes onde são oferecidos produtos ao comércio local (Quadro 06 – Figura 07). Vale ressaltar que os pontos são estratégicos pois estão situados em locais de circulação de consumidores.

Quadro 06 – Lojas da Rede de Economia Solidária

Matriz	Av. Joaquim Teixeira Alves, 1909 – Centro
Filial	Shopping – Av. Marcelino Pires s/n
Filial	Mercado Solidário – Rua Ponta Porã, 6721
Filial	Rua Eulália Pires, 1453

Fonte: Pesquisa de Campo
Org. Eberhard, G.

Inicialmente, as lojas foram organizadas pela ONG em parceria com a Prefeitura Municipal. Para a sua implantação, a prefeitura paga as despesas iniciais da administração e implantação das instalações, através do Programa de Economia Solidária. Com o tempo, os custos referentes a aluguéis dos prédios, funcionários entre outros, são pagos com os percentuais administrativos cobrados dos empreendedores a partir da venda de seus produtos. As lojas oferecem grande diversidade de produtos dos segmentos apoiados e integrantes da Rede.

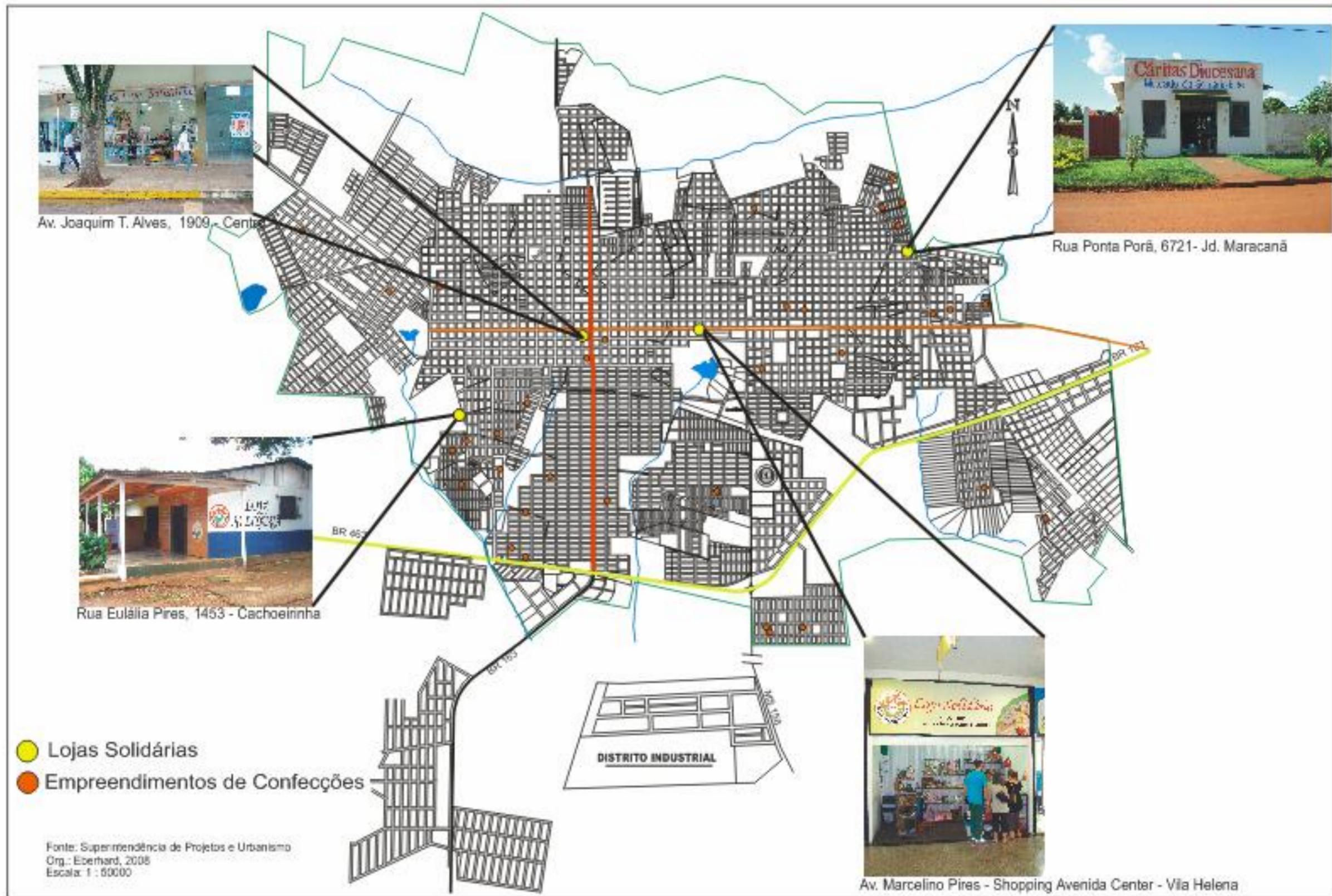


Figura 07 – Planta Urbana de Dourados – Lojas da Rede de Economia Solidária
 Org.: Eberhard, G. (2008)

Vale destacar que a Rede de Economia Solidária tem primado pela qualidade dos produtos oferecidos nas lojas. Assim, constantemente, avaliações de qualidade têm sido realizadas, pois os produtos da Rede possuem uma marca, ou seja, um símbolo que identifica os produtos frente aos demais produtos comercializados. A marca da Rede é apenas uma forma de identificação, mas tem sido usada pelos empreendedores como demonstração de que fazem parte de um grupo constituído. Zelar pela qualidade dos produtos desta marca é uma estratégia para demonstrar que os empreendedores estão se organizando para garantirem sua continuidade e seu espaço no comércio local no futuro.

Como os empreendimentos da Rede de Economia Solidária, em geral, são informais, a ONG tem desenvolvido ações para formalizá-los. No entanto, essa formalização é resultante do processo de organização dentro do segmento produtivo.

A formalização é realizada a partir da cooperação dos empreendedores em torno de uma micro-empresa. Os empreendedores do setor formam micro-empresas que agrupam diferentes atividades do mesmo segmento.

Esse processo de formalização realizado pela ONG, em parceria com a SEMASES, recebe o nome *PirêLegalização*, que é a união de pequenas empresas em função de uma marca. A ONG e a SEMASES oferecem apoio técnico e financeiro para a legalização de um grupo de pequenos empreendedores informais organizados em uma microempresa. O processo ocorre a partir da união dos empreendimentos de um dado segmento da Rede. A ONG cria e legaliza uma empresa com um CNPJ único a ser utilizado por várias unidades produtivas que compõem o setor, e que estão unidas na forma de microempresa. Por meio da *PirêLegalização*, a Rede de Economia Solidária tem conseguido legalizar os empreendimentos do segmento de confecções.

A *PirêVest* é relativa ao segmento de confecções de vestuário e se constitui pela união de 16 empreendedores que trabalham em ações conjuntas para o fortalecimento da marca. O outro segmento que está em processo de legalização é o de Produtos de Limpeza que se denominará *Pirê Produtos de Limpeza*. A ONG tem trabalhado para organizar essa que será a segunda microempresa da Rede.

Os produtos do setor de confecções, além de apresentarem a logomarca da Rede, possuem uma marca própria do segmento em que atuam: *PirêVest*. Os empreendimentos que formam a *PirêVest* apresentam maior organização frente aos

demais setores que são apoiados pelo Programa de Economia Solidária. O segmento de confecções se destaca por estar legalizado há mais tempo. No entanto, nem todas as unidades produtivas do segmento fazem parte da microempresa. Neste sentido, analisaremos o perfil dos empreendedores do segmento de produção de confecções devido ao fato de essas pequenas empresas se destacarem frente aos demais segmentos.

3.1.2 A PirêVest

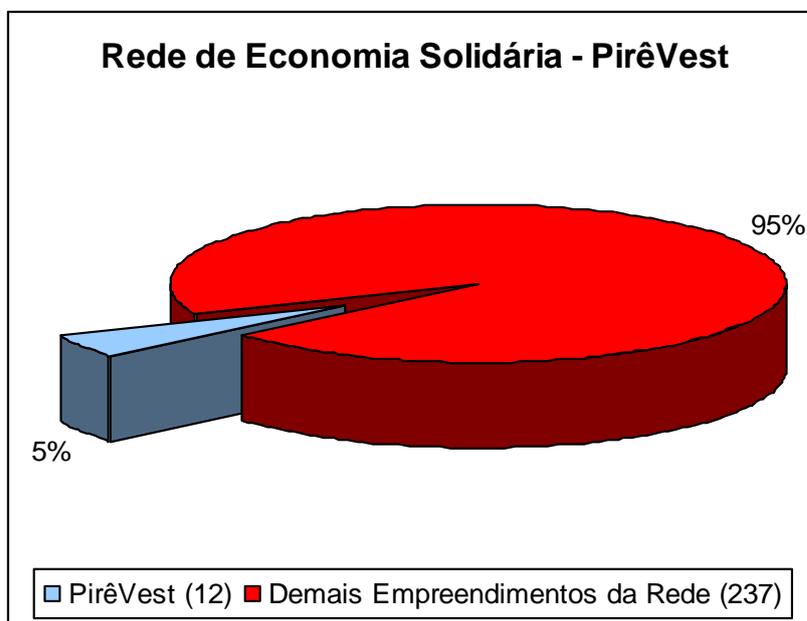
A *PirêVest* é a microempresa que representa um conjunto de empreendedores que formam a Rede de Economia Solidária frente ao segmento de confecções. Essa microempresa é fruto das ações realizadas para a legalização dos empreendimentos informais. O objetivo do Programa de Economia Solidária não é tirar as empresas da informalidade. O objetivo é fortalecer os empreendimentos para que os mesmos continuem atuantes na economia local, gerando trabalho e renda. A organização através de uma microempresa é a forma de permitir a conquista de mercados consumidores e assim atender as exigências formais do mercado.

A *PirêVest* é a formalização de um conjunto de pequenas empresas do ramo de confecções, dentro da Rede de Economia Solidária. As unidades que formam a *PirêVest* trabalham independentemente umas das outras, mas estão formalizadas como se fossem uma só empresa com CNPJ único para todos os estabelecimentos que formam o conjunto denominado *PirêVest*. Essa microempresa é formada assim por unidades produtivas, que se encontram na informalidade e são empresas de pequeno porte que produzem no interior de suas casas, geralmente ocupando cômodos, o que caracteriza as unidades como empresas de “fundo de quintal”. No entanto, essa categorização não tem influência na qualidade dos produtos oferecidos pela marca.

A *PirêVest* é a união de 16 empreendimentos, 5% do total da Rede e 35% do total de empresas do segmento de confecções (Gráficos 03 e 04). Na *PirêVest*, 75% dos empreendimentos trabalham com confecções de *lingerie* feminina e masculina, infantil e *pijamas*. Os outros 25% confeccionam uniformes e costura em

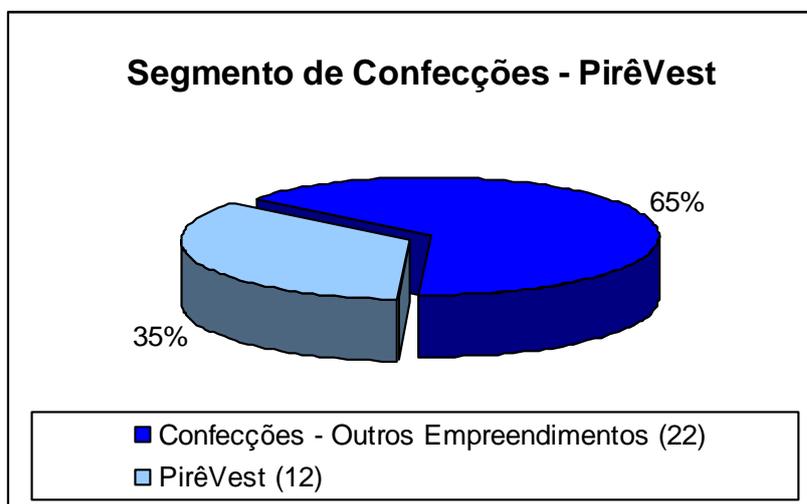
geral. Esse quantitativo de empresas recebe apoio do Poder Público local (SEMASES) e da ONG “Mulheres em Movimento”.

Gráfico 03



Fonte: PirêVest/Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Gráfico 04



Fonte: PirêVest/Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

A *PirêVest* já está atuante, no que diz respeito a Rede de Economia Solidária e continua participando de reuniões e ações de fortalecimento realizados pela ONG e SEMASES.

O segmento de confecções é o mais homogêneo com relação aos demais setores de empreendimentos que formam a Rede de Economia Solidária. Nesse segmento, as ações relativas ao fortalecimento são menos complexas, pois o processo de produção em geral passa pelas mesmas etapas e utilizam as mesmas técnicas de produção, diferentemente do que ocorre, por exemplo, no segmento de artesanato, onde as atividades divergem entre si, pois estão setorizadas no mesmo grupo atividades de panos de prato pintados e bordados, caixas decorativas de madeira, flores artesanais, biscuit, vasos de flores, entre outros.

Nesse sentido, há interesses e dificuldades muito significativas no universo de empreendimentos que trabalham com artesanato. Levando em conta o grau de organização e as atividades que compõem os diferentes segmentos da Rede, nossa análise será relativa ao perfil dos empreendedores de confecções. Trata-se de analisar o setor de confecções, como estudo de caso para compreender os impactos e as contradições inerentes ao Programa de Economia Solidária em Dourados-MS.

CAPÍTULO 4

O SEGMENTO DE CONFECÇÕES NA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS-MS

Como já afirmamos anteriormente, a Rede de Economia Solidária é resultado da organização dos empreendimentos apoiados inicialmente pelo Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho e organizados pelo Programa de Economia Solidária, ambos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária na administração do Prefeito José Laerte Tetila (2001-2004/2005-2008), dentro de uma Política Pública de Assistência Social, Geração de Emprego e Renda.

As ações dos programas são desenvolvidas nos bairros da cidade, com o objetivo de atender a comunidade nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) onde os trabalhadores participam dos cursos de qualificação e capacitação e das reuniões dos empreendimentos solidários. As regiões que compõem a Rede de Empreendimentos Solidários são organizadas levando em conta a existência dos CRAS. Existem 7 (sete) regiões que obedecem à existência desses pontos de referência. A SEMASES possui Centros de Referência de Assistência Social nos seguintes bairros: Cachoeirinha, Canaã I, Flórida, Izidro Pedrozo, Jockey Club/Parque das Nações, Poravi e Vila Sulmat. (Figura 08).

Levando em conta os 249 empreendimentos que formam a Rede de Economia Solidária em Dourados, o segmento de Confecções dentro do conjunto de empreendimentos existentes na Rede representa 14% dos estabelecimentos cadastrados. Os CRAS que concentram o maior percentual de empreendimentos do segmento são respectivamente o do Poravi, o do Canaã I e o do Cachoeirinha (Quadro 07). No entanto, essa concentração é relativa ao número total de empreendimentos cadastrados por região. Os 34 (trinta e quatro) empreendimentos que formam o segmento na Rede estão localizados de modo aleatório na malha urbana da cidade, concentrando-se na parte sul. Isso se deve ao fato de que a cidade de Dourados historicamente concentra na parte norte as regiões mais nobres do espaço urbano, e na parte sul os bairros mais carentes, onde estão os conjuntos habitacionais das classes menos abastadas, ou seja, os trabalhadores com menor renda (Figura 08).

Quadro 07 – Segmento de Confeções na Rede de Economia Solidária

Região SETOR	Canaã I	Vila Sulmat	Poravi	Jockey Club	Izidro Pedrozo	Cachoeirinha	Flórida	Total	
CONFECÇÕES	09	02	03	03	06	09	02	34	14%
TOTAL	46	19	13	25	46	59	41	249	100%
% de Confeções na Região	19,56%	10,52%	23,07%	12%	13,04%	15,25%	4,87%		

Fonte: SEMASES
Org.: Eberhard, G.

Como já sinalizamos, o setor de confeções com 34 (trinta e quatro) pequenos empreendimentos corresponde a 14% da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS. Na pesquisa de campo realizada, localizamos 88% dos empreendimentos do setor contabilizados no cadastro da Rede de Economia Solidária. Os dados do Quadro 07 fazem referência às informações do cadastro fornecido pela SEMASES. O número de empreendimentos por região é relativo ao CRAS onde os referidos empreendedores estão cadastrados.

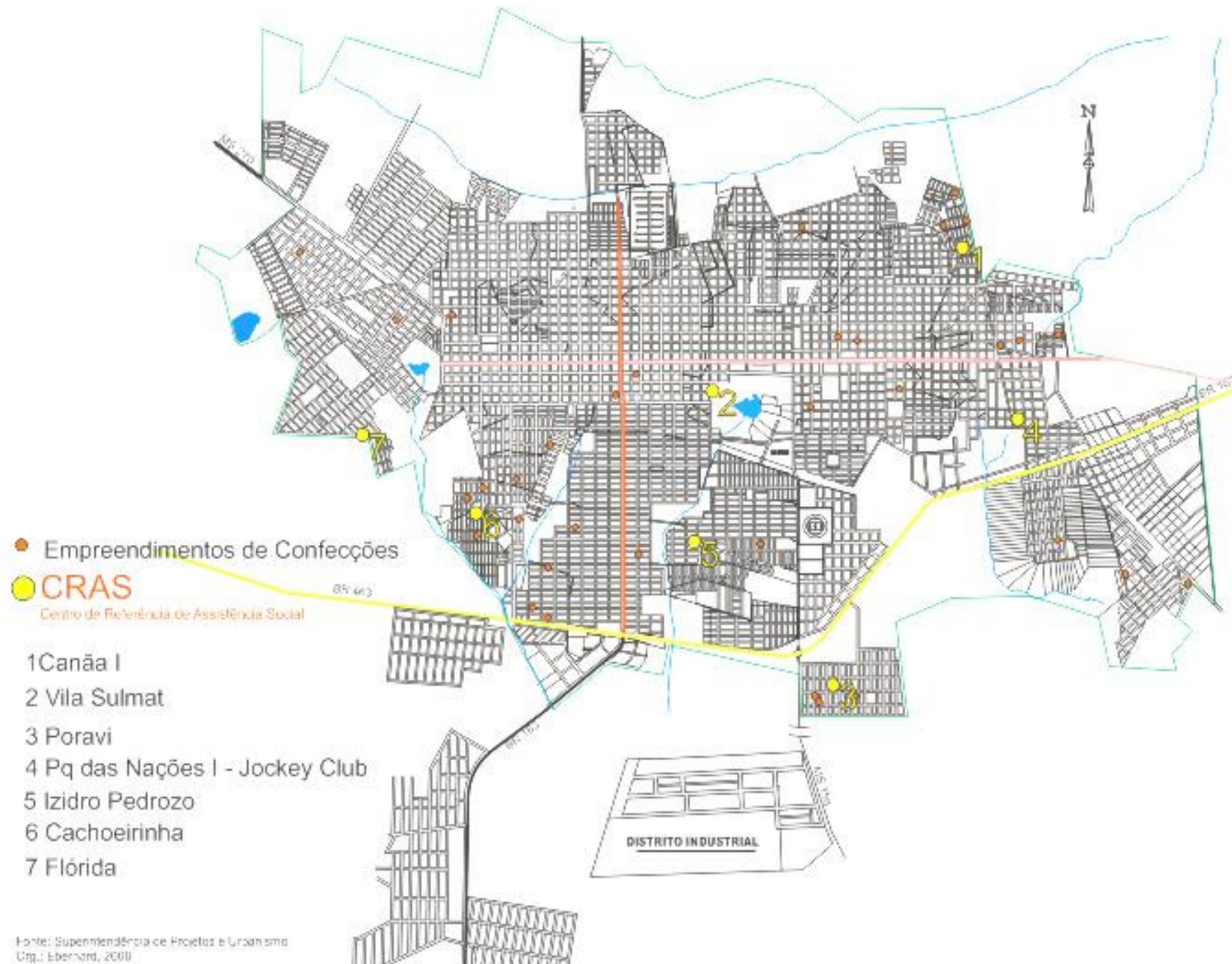


Figura 08 – Planta Urbana de Dourados – Localização dos Empreendimentos do segmento de Confeções e CRAS
 Org.: Eberhard, G. (2008)

Com relação ao segmento de confecções, levaremos em conta os dados relativos ao percentual de empreendedores localizados na pesquisa, ou seja, 88% dos empreendedores, uma vez que a localização desse percentual de empreendedores foi realizada com base nas informações do cadastro de empreendimentos da Rede de Economia Solidária, fornecido pela SEMASES. No entanto, vale destacar que as informações apresentadas são incompletas, pois não apresentam dados suficientes para a localização de todos os empreendedores. A maior dificuldade foi relativa ao fato de não encontrarmos os empreendedores nos endereços informados. Constatamos que em muitos casos os números de telefone informados não existem ou não correspondem ao empreendedor. Nesta situação, a alternativa encontrada foi ir diretamente a campo, em busca desse empreendedor, no endereço informado e realizar a entrevista e a aplicação do questionário sem contato prévio. Como consequência, o próprio cadastro apresenta erros.

Para exemplificar, ilustraremos uma situação em que não conseguimos contato com o empreendedor por telefone, pois ao discarmos o número disponível, não houve atendimento. Em busca desse empreendimento, seguimos os dados do cadastro que informa que o empreendimento está situado no número 53 da rua Ponta Porá. Porém, ao procurarmos pelo empreendedor, não o encontramos, pois o número não existe. Depois, na realização de outras entrevistas, conseguimos informações a respeito do empreendimento, que está situado no número 5385 e não 53, conforme o cadastro informa. Essa situação nos fez procurar o empreendimento no outro extremo da rua, pois os dados geralmente não informam o bairro, ou o número da casa. Em função desses problemas atribuímos a localização de 88% dos empreendimentos às informações conseguidas através dos próprios empreendedores de ramo, que forneceram informações complementares, pois conhecem as demais pessoas do seu segmento, elencadas no referido cadastro.

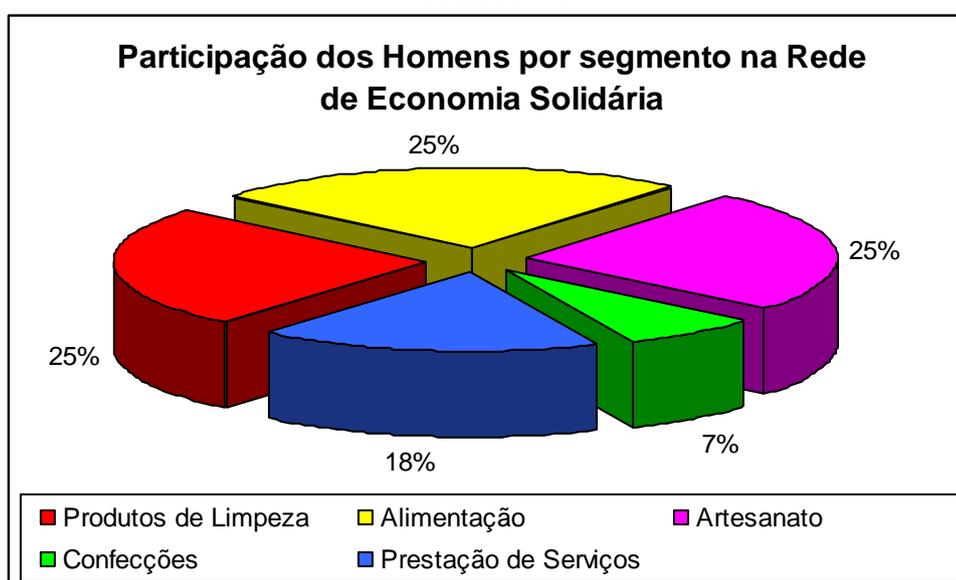
De acordo com a Superintendência responsável pelo Programa de Economia Solidária, as informações incompletas e os erros referentes ao cadastro são resultantes do fato de os próprios empreendedores não responderem corretamente todos os itens, omitindo informações ao não responderem o cadastro realizado pela SEMASES.

Ainda que o cadastro esteja em alguns casos incompleto a partir dele, constatamos que 94% dos empreendedores de confecções são mulheres, o que evidencia que por meio da atividade muitas conseguem uma ocupação no mercado

de trabalho. Assim, podemos aferir que a atividade tem permitido a inclusão das mesmas no mercado de consumo através da geração de renda complementar. Convém ressaltar que a predominância de mulheres ocorre também nos outros empreendimentos da Rede.

De acordo com dados divulgados pela SEMASES, 62% dos empreendedores são mulheres. Os homens correspondem a 38% e estão nas demais atividades, concentrando-se de forma equilibrada nos segmentos de Alimentação, Produtos de Limpeza e Artesanato. Nas atividades de Confecções, há o menor percentual de empreendedores masculinos (Gráfico 05).

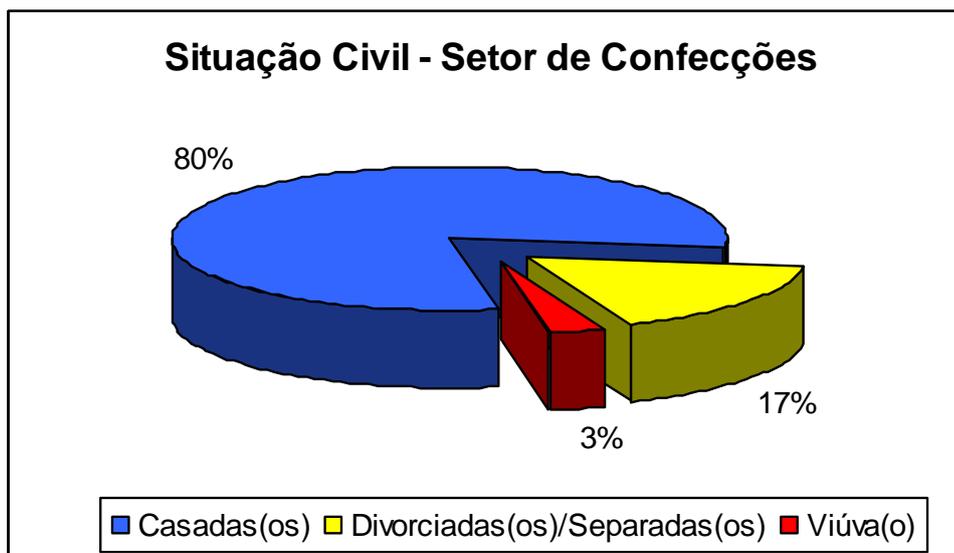
Gráfico 05



Fonte: Cadastro da Rede de Economia Solidária – SEMASES
Org: Eberhard, G.

Na pesquisa de campo realizada nos empreendimentos de confecções, identificamos que 17% dos empreendedores são divorciados ou separados, enquanto outros 3% indicam a condição de viúvo. Esses percentuais indicam e demonstram que as atividades são desenvolvidas por famílias que passam por dificuldades financeiras devido à falta de estabilidade. Dentre os 80% dos empreendedores que estão casados, 100% deles indicam que a renda gerada pela atividade do empreendimento é complementar (Gráfico 06).

Gráfico 06



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

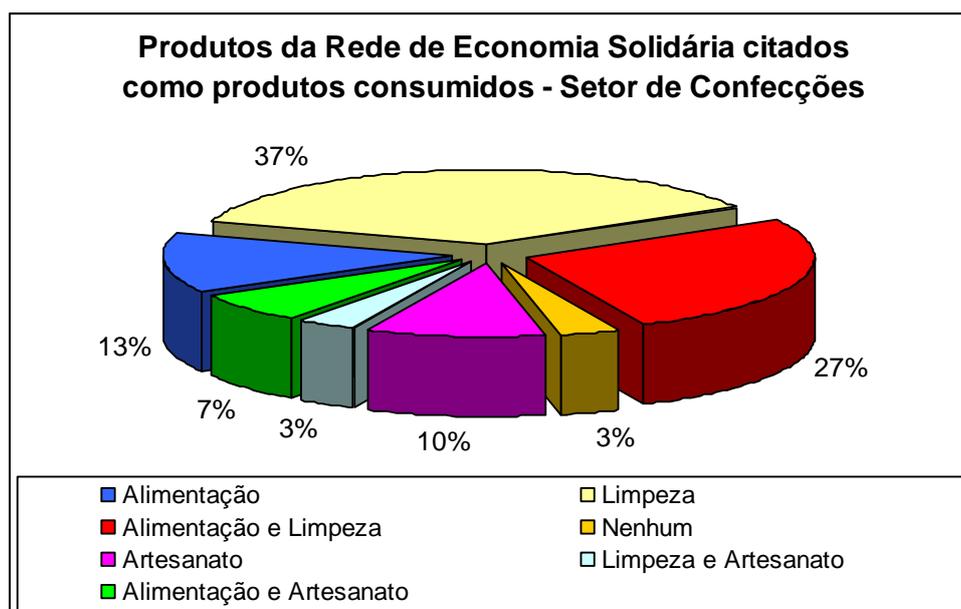
Nesta perspectiva, vale destacar que mesmo que a renda gerada pela atividade seja complementar, é através dela que os empreendedores melhoram suas condições de acesso a determinados produtos, atendendo necessidades que em muitos casos tinham que ser ignoradas ou deixadas em segundo plano, em função de situações mais urgentes. Com a renda complementar, muitas das empreendedoras afirmam que com esse valor conseguem comprar produtos para si próprias. Elas revelam que o dinheiro proveniente de suas atividades tem permitido também consumir outros produtos e citam inclusive os da Loja Solidária, como artesanatos, biscoitos, pães caseiros, cucas, compotas de doces, etc. Verificamos que muitas mulheres conseguem realizar compras e investimentos e assim passam a fazer parte do mercado consumidor em consequência de sua participação no mercado produtor.

Em alguns empreendimentos, verificamos que a atividade é realizada como principal fonte de renda. Como os empreendedores acabam misturando as fontes de renda, eles então não se sentem aptos a ignorar o papel da renda gerada pelo trabalho do marido, por exemplo. Este é citado como ponto de apoio diante da necessidade de investimentos no empreendimento, como, por exemplo, reforma, compra de matéria-prima e máquinas. Assim, a atribuição de importância às demais fontes de renda é resultado do fato de que muitos empreendedores realizaram os primeiros investimentos com a aplicação de recursos economizados ou

emprestados. Neste sentido, ainda há uma relação de dependência das demais fontes de renda, como dinheiro de pensão, aluguel, trabalho dos cônjuges, aposentadoria, por exemplo.

Ao serem questionados sobre o consumo de produtos da Rede, 67% dos empreendedores afirmam comprar com freqüência produtos de limpeza, 47% citaram entre outros produtos os de alimentação (Gráfico 07). Esses percentuais revelam o comprometimento dos empreendedores com a Rede, pois ao dar preferência aos produtos encontrados na Rede, os empreendedores praticam a cooperação com os demais empreendimentos do grupo. Dentre os entrevistados, apenas 3% afirmam não comprarem com freqüência devido à falta de dinheiro, mas declaram conhecer os produtos.

Gráfico 07



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

A partir da pesquisa de campo, constatamos que mesmo os empreendimentos que estão iniciando suas atividades produtivas têm a possibilidade de gerar renda. No setor de confeções, a atividade de costura permite a realização de serviços como, por exemplo, reparo de roupas através de pequenos consertos ou confecção de peças simples como calcinhas e cuecas infantis em malha. Verificamos que por menor que seja a produção a costura é uma atividade que permite gerar renda ou evitar gastos, pois é possível a realização de ajustes de

roupas da própria família, bem como a confecção de peças simples. Além disso é uma atividade que pode fornecer produtos às diferentes classes sociais.

De acordo com Cruz-Moreira (2003, p.196), “vestir-se é uma das necessidades básicas do ser humano e como tal está presente em todos os momentos da história do seu desenvolvimento”.

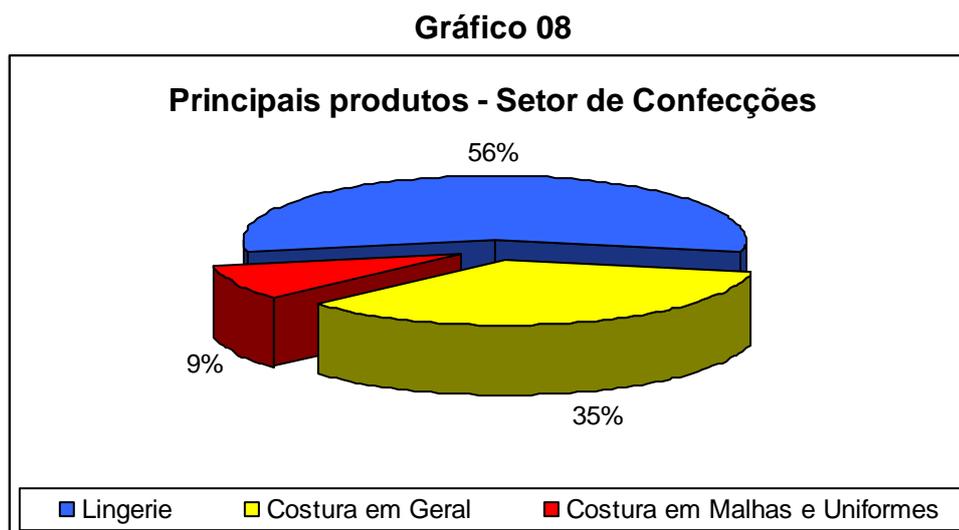
Assim, podemos afirmar que, sendo os produtos do ramo de confecções necessários à sobrevivência humana, o trabalho relativo à sua produção é capaz de permitir a continuidade de outros sobreviventes na busca pelo seu sustento ao desenvolverem tais atividades para a produção e comercialização. Vale destacar que as unidades de produção (fábricas) são compostas de um conjunto simples – trabalhador e máquina. Assim, há a necessidade de força de trabalho para desenvolver o processo manualmente com as máquinas, pois as mesmas ainda não são automatizadas a ponto de substituírem e, logo, dispensarem mão-de-obra humana. Muito pelo contrário, na confecção de roupas, o processo é praticamente todo artesanal, pois as peças são produzidas, uma a uma, passando por diferentes etapas.

O segmento de confecções é composto por atividades que têm alto potencial de inclusão de trabalhadores, pois quanto maior a demanda por produto maior o número de trabalhadores a serem envolvidos no processo, promovendo a inserção/inclusão de novos trabalhadores no mercado de trabalho. Nesse segmento, o leque de empresas que são tidas como possíveis geradoras de novos postos de trabalho é grande, pois o contingente de empresas que se dedicam a confecções de vestuário é bastante diversificado. A *lingerie* se destaca entre as demais da Rede, mas empreendimentos que fabricam uniformes e trabalham com costura, em geral, confeccionando peças básicas do vestuário, como por exemplo blusas, saias, calças, seguindo tendências da moda ou apenas fornecendo produtos necessários à vestimenta do dia-a-dia também fazem parte desse segmento. Alguns empreendimentos prestam serviços a outras empresas de confecções de uniformes, onde trabalham como facionistas, isto é, recebem a matéria-prima cortada e realizam a costura das camisetas. Alguns dos empreendedores que atendem aos pedidos de fábricas de uniforme têm a tendência de nas horas vagas se desdobrarem em confecções de roupas sociais, moletons, malhas, pijamas, calcinhas, sutiãs, cuecas e roupas infantis, que são comercializados na Rede de Economia Solidária. Essa flexibilidade não é comum a todos os empreendimentos do

setor. Os empreendimentos organizados pela *PirêVest* não possuem essa característica, pois se dedicam exclusivamente ao empreendimento e assim a uma única atividade.

A partir das informações do cadastro da SEMASES, dividimos os empreendimentos do setor em função dos itens produzidos e, deste modo, identificamos 3 (três) principais categorias: Lingerie, Costura em Geral e Costura em Malhas/Uniformes. Cada um dos itens é composto por subitens relacionados.

Dentre as atividades de confecções, a atividade de produção de *lingeries* se destaca entre as demais na Rede, pois é realizada por 56% dos empreendimentos do segmento, seguida pelos empreendimentos de Costura em Geral que representam 35% da produção, e 9% se concentram em atividades de costura em Malhas e Uniformes (Gráfico 08).



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Dentre os empreendimentos ligados à produção de *lingeries* existem diferentes categorias de produto, enquanto determinados empreendimentos se especializam em oferecer *lingeries* em renda, outras se especializam em produção de roupas íntimas masculinas e de pijamas em malhas, por exemplo.

Essa diversificação de produtos dentro da Rede é fruto da especialização e do processo de busca por experiência dos empreendimentos, pois é comum o fato de muitos terem iniciado suas atividades prestando serviços de consertos de roupas

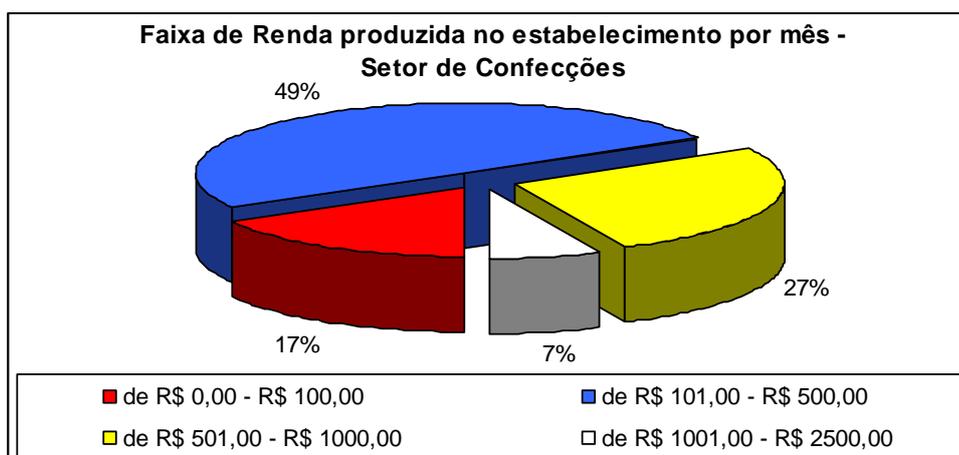
em geral e, na medida em que o tempo passa, os empreendedores definem sua área de atuação.

No que se refere à produção de *lingerie*, geralmente os empreendedores que estão iniciando suas atividades produzem peças que não exigem muita experiência e qualificação, ou seja, acabam se dedicando à produção de peças em malha.

Verificamos que 37% dos empreendedores trabalham com confecções há mais de 3 (três) anos. Entre estes, identificamos que os empreendedores envolvidos trabalham com a atividade desde a adolescência. Em média, o tempo de experiência chega a 25 (vinte e cinco) anos. Estes são empreendedores que desenvolvem a atividade como profissão, tendo passado pela experiência de terem atuado no ramo como *faccionista*. Assim, em seu tempo livre, entre um pedido e outro de facção, passaram a confeccionar *lingeries* ou outras peças para serem vendidas nas Lojas Solidárias que revendem produtos exclusivos da Rede. Nesse processo muitos deixam de trabalhar com *facção* e se dedicam a produzir exclusivamente para a Rede.

Dentre os empreendedores visitados, constatamos que 56% deles respondem por uma faixa de produção de até R\$ 500,00 por mês (Gráfico 09). Esses índices são uma estimativa, pois de acordo com os empreendedores o lucro não é fixo e varia em função da época do ano. Assim, o lucro é relativo, pois os empreendedores destacam que a matéria-prima em Dourados é cara e apresenta baixa qualidade em relação a produtos encontrados nos mercados paulista e sulista, de modo geral. Nesse sentido, a falta de matéria-prima tem sido determinante na margem de lucro dos empreendedores.

Gráfico 09



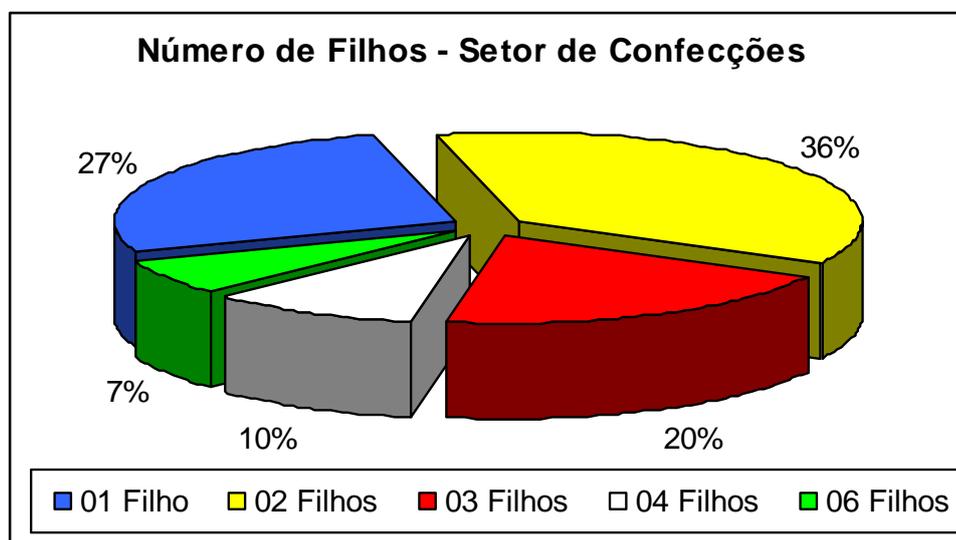
Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Em função das variações da demanda de produção, não é possível estimar com exatidão o número de empregos gerados pelo setor e a renda relativa ao conjunto de empreendimentos, pois os empreendedores produzem baseados no estoque de matéria-prima e na procura por seus produtos no mercado. Muitos declaram que geralmente trabalham sozinhos, pois na avaliação dos próprios empreendedores, é melhor produzir em pequena quantidade do que correr o risco de produzir sem qualidade. A falta de mão-de-obra especializada é citada como uma das maiores dificuldades do ramo e muitos avaliam que ainda que tenham necessidade de envolver outras pessoas para aumentar a quantidade, evitam fazer isso devido à preocupação relativa à qualidade que pode ser comprometida em função da falta de experiência e qualificação dos trabalhadores a serem envolvidos. No entanto, muitos demonstram que a participação da família no empreendimento tem sido determinante, pois os filhos e cônjuges participam esporadicamente. A participação e conseqüente colaboração dos mesmos são citadas no momento de cortar o tecido, verificar a qualidade e acabamento da costura, colocar etiquetas, ou seja, desenvolver as atividades mais simples. Assim os familiares não envolvidos também ajudam a arrumar as embalagens e atender clientes e revendedores.

Levando em conta que os empreendimentos geralmente fazem uso de mão-de-obra de familiares, identificamos que 37% dos empreendedores têm mais de três filhos. Devido a essa característica, é possível constatar que quanto maior o número de filhos, maiores são as possibilidades de envolvimento da família no processo de

produção ou comercialização, pois a família sempre colabora na organização dos empreendimentos de pequeno porte (Gráfico 10).

Gráfico 10



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Com relação à qualidade dos produtos, verificamos, na pesquisa de campo, que a SEMASES contratou consultores técnicos para visitarem os empreendimentos e identificarem possíveis falhas. Uma das medidas tomadas foi com relação à padronização das peças produzidas dentro do setor de confecções. As camisetas e *lingeries*, por exemplo, passaram por um processo de padronização. Os empreendimentos receberam um molde para que as diferentes unidades produtivas apresentassem os mesmos tamanhos e modelos de numeração, evitando assim que produtos com a mesma medida, isto é, mesmo tamanho, mas de empresas diferentes, apresentassem diferentes numerações. Essa padronização das peças se fez necessária para evitar variações não apenas de modelo, mas distorções com relação aos tamanhos (PP, P, M, G e GG). Nesse sentido, a Rede de Economia Solidária desenvolveu um código de identificação de cada fornecedor e essa identificação se faz necessária no caso de atribuir a venda e mesmo para possíveis defeitos de fabricação. Na Foto 04, podemos observar a etiqueta da Rede com os dados do produto e a etiqueta da *PirêVest*. Diante dessas medidas, vale destacar que os produtos expostos e vendidos nas Lojas Solidárias passam por um processo de avaliação. O teste de qualidade é realizado para a seleção dos produtos a serem

comercializados. O intuito é evitar atribuição de conceitos negativos aos demais produtos da Rede.



Foto 04 – Identificação do produto com a utilização de etiquetas
Fonte: Pesquisa de Campo
Foto: Eberhard, G. (2008)

O setor de confecções tem se organizado e investido na qualidade dos produtos oferecidos. Com a criação da *PirêVest*, houve a legalização, que nesse caso se expressa pela conquista de um CNPJ. A formalização da marca visa conquistar mercado. Todos os produtos de confecções produzidos pela cooperativa levam a marca *PirêVest* e os empreendimentos têm conseguido destaque frente aos demais empreendedores do setor, pois têm se organizado como empresa que defende e representa sua marca. Assim, têm condições de concorrer com as demais marcas do mercado em geral.

A *PirêVest* participa das feiras e exposições de produtos de confecções enquanto empresa e concorre com os demais *boxes* e empreendimentos, inclusive com os produtos de outros empreendedores da Rede de Economia Solidária, por exemplo (Foto 05).



Foto 05 - Boxe da Rede de Economia Solidária ao lado da *PirêVest* na EXPOEM

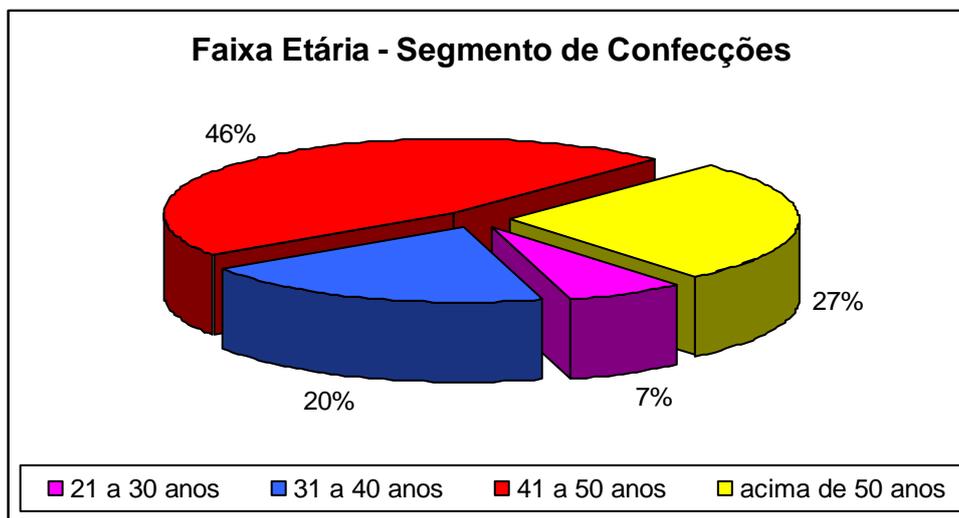
Fonte: Feira da Expoem - 2007

Foto: Eberhard, G.

Mais uma vez ressaltamos que o setor de confecções apresenta uma peculiaridade em relação aos demais setores, pois 94% dos empreendimentos são administrados por mulheres. Um importante dado é com relação à faixa etária: a idade das empreendedoras que desenvolvem as atividades do ramo de confecções varia de 25 a 70 anos. Constatamos que 3% correspondem à idade mínima e máxima. Os demais percentuais revelam que 46% das empreendedoras estão na faixa etária dos 41 aos 50 anos (Gráfico 11), o que demonstra que são pessoas que estão fora do mercado de trabalho e têm poucas chances de conquistarem um trabalho formal. Ao compararmos os dados do ramo de confecções com os dados da Rede, podemos observar que a maioria dos empreendedores estão concentrados na faixa etária acima dos 31 anos. No segmento de confecções, 93% dos empreendedores estão acima dos 31 anos de idade, sendo que 73% correspondem aos que estão na faixa etária acima de 41 anos de idade, o que, com relação aos dados da Rede, demonstram que os empreendedores nessa faixa etária se concentram no segmento de confecções. De modo geral, na Rede, o percentual de empreendedores acima dos 41 anos é igual a 43% (Gráficos 11 e 12). O fato de o

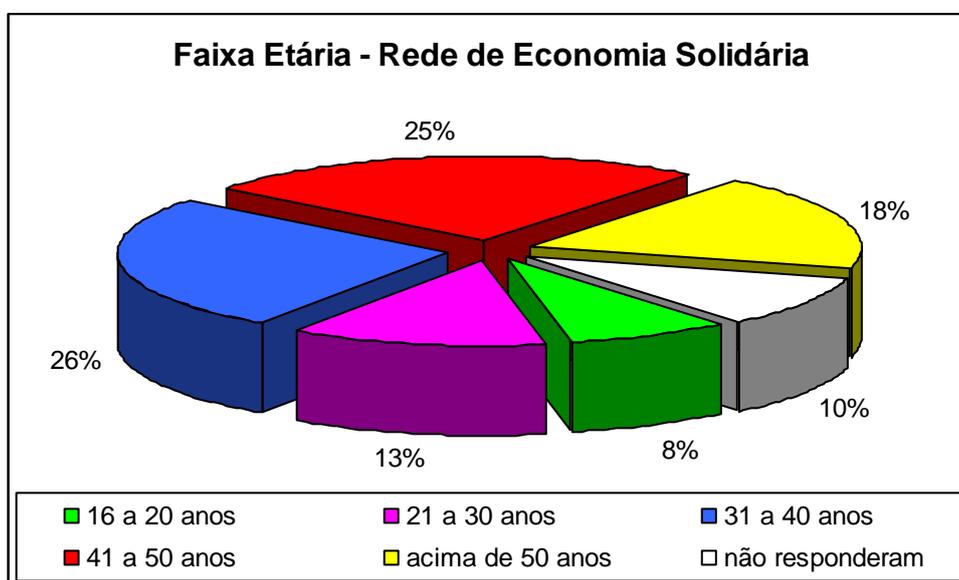
setor de confecções concentrar empreendedores acima dos 41 anos demonstra que a atividade tem contribuído para manter esses empreendedores economicamente ativos.

Gráfico 11



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Gráfico 12



Fonte: SEMASES
Org: Eberhard, G.

Com a realização da pesquisa de campo, observamos que os empreendedores do setor de confecções, de modo geral, desenvolviam atividades relacionadas ao ramo antes de fazerem parte da Rede de Economia Solidária. Muitos afirmam não terem participado de cursos de qualificação oferecidos no

Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. Eles afirmam que, ao tomarem conhecimento do Programa de Economia Solidária, procuraram informações nas Lojas Solidárias, que são os pontos de comercialização da Rede e passaram a participar das reuniões. Assim passaram a fazer parte dos produtores da Rede, comprando e vendendo produtos, participando das reuniões e divulgando a Rede e os produtos na comunidade.

Em geral, quando houve necessidade de participação em cursos, participaram de um processo de (re) qualificação. A necessidade dos empreendedores, em alguns casos, é relativa ao aperfeiçoamento, pois normalmente os empreendedores já possuem noções de corte e costura. A qualificação se deve à necessidade de atualização de conhecimentos para exercerem a atividade voltada à geração de renda e participação produtiva na Rede. Nestas condições, a característica comum aos empreendedores do segmento de confecções é que muitos passaram a fazer parte da Rede de Economia Solidária como forma de organização e não como consequência dos cursos de capacitação do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. O trabalho com costura, em geral, é considerado uma atividade doméstica, realizada com frequência por donas de casa na execução de pequenos ajustes, consertos e prestação de serviços. Nesta perspectiva, muitas donas-de-casa se dedicam à realização da atividade como passatempo, pois além de necessária e complementar em afazeres domésticos, a costura é em muitos casos uma atividade terapêutica. A realização, como atividade profissional, em geral se dá como atividade doméstica de complemento de renda. Os clientes, em muitos casos, são os próprios vizinhos. A experiência para o desenvolvimento da atividade se deve geralmente em virtude da participação de cursos durante a adolescência ou, em alguns casos, por terem aprendido as técnicas como necessidade ou obrigação feminina. A máquina de costura simples, em geral, tem baixo custo no mercado, e por isso é relativamente fácil desenvolver a profissão.

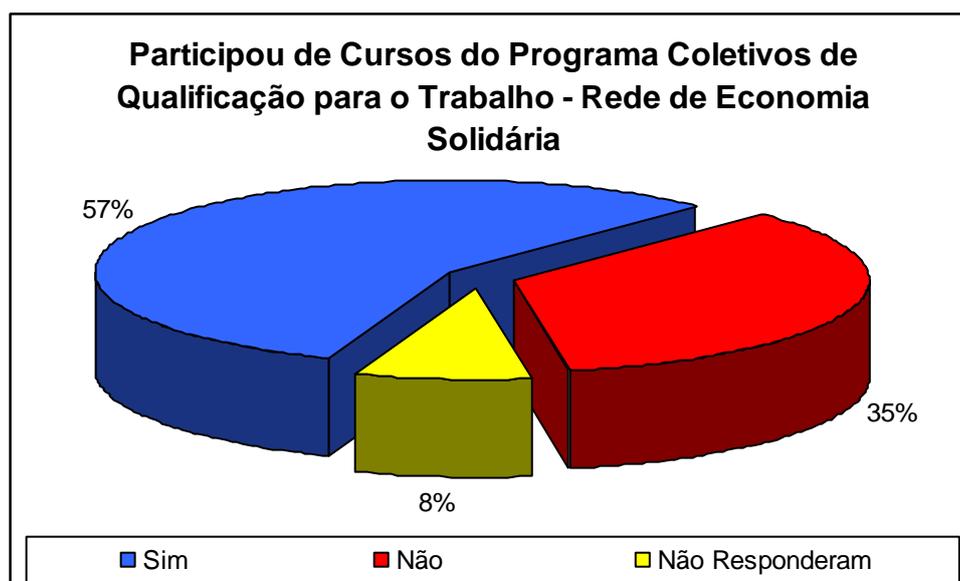
Não foi possível levantar o percentual de empreendedores do segmento de confecções que realizaram cursos de qualificação, pois nem todos os empreendedores revelam que realizaram cursos no SENAI e SEBRAE. Também não foi possível constatar o número de empreendedores que participaram do processo de qualificação por meio de programas para a capacitação profissional desenvolvidos em esfera governamental. Outro importante fator é que os cursos

profissionalizantes são oferecidos pelas empresas do Sistema “S” sem estarem vinculados a Programas de Qualificação para o Trabalho.

Levando em conta as informações sobre a Rede de Economia Solidária, os dados da SEMASES revelam que 35% dos empreendimentos que compõem a Rede não participaram de cursos do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. Esse percentual permite aferir que a Rede de Economia Solidária é parcialmente independente das ações desenvolvidas pelo Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho que desenvolve ações para estimular a busca da Rede de Economia Solidária por meio do Programa de Economia Solidária. No entanto, o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho demonstra a existência da Rede como opção de organização econômica, formação através dos cursos programados e oferecidos, comercialização em participação de eventos, feiras e Lojas Solidárias, e formalização, através das cooperativas ou microempresas.

De acordo com relatório da SEMASES, 57% dos empreendimentos que formam a Rede de Economia Solidária tiveram origem sem terem participado de cursos de qualificação para o trabalho. Isso demonstra que a Rede tem sido procurada como uma opção de organização social e econômica, dentro do atual modelo de sociedade capitalista (Gráfico 13).

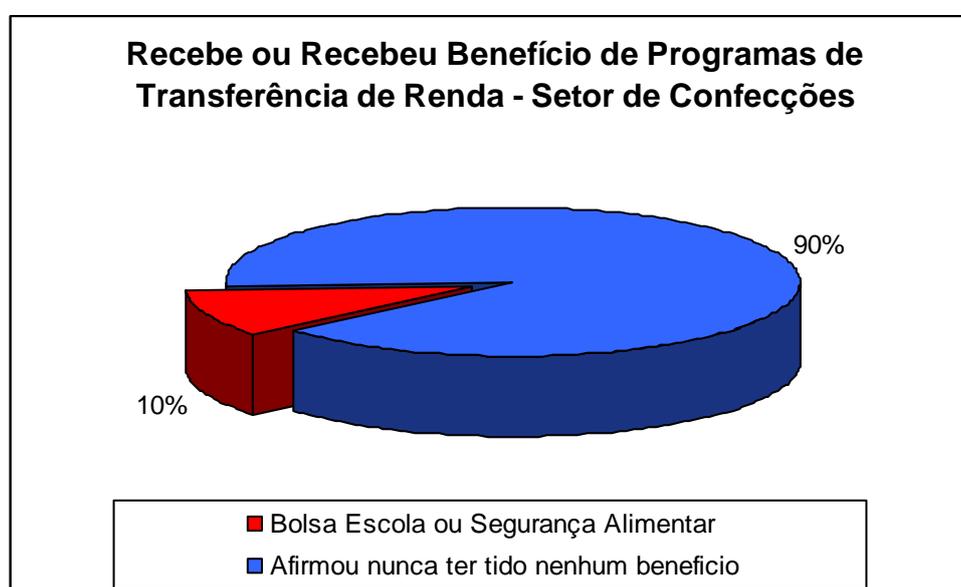
Gráfico 13



Fonte: SEMASES
Org: Eberhard, G

Levando em conta que o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho é um referencial para formação da Rede de Economia Solidária, e sendo os participantes beneficiários de Programas de Transferência de Renda, identificamos, através da pesquisa de campo, que 10% dos empreendedores do segmento de confecções foram ou ainda são beneficiados pelo Programa Bolsa Família ou Bolsa Escola. Estes dados, no segmento de confecções, demonstram que esses empreendedores apresentam melhores condições frente aos demais empreendedores da Rede (Gráfico 14 e 15).

Gráfico 14

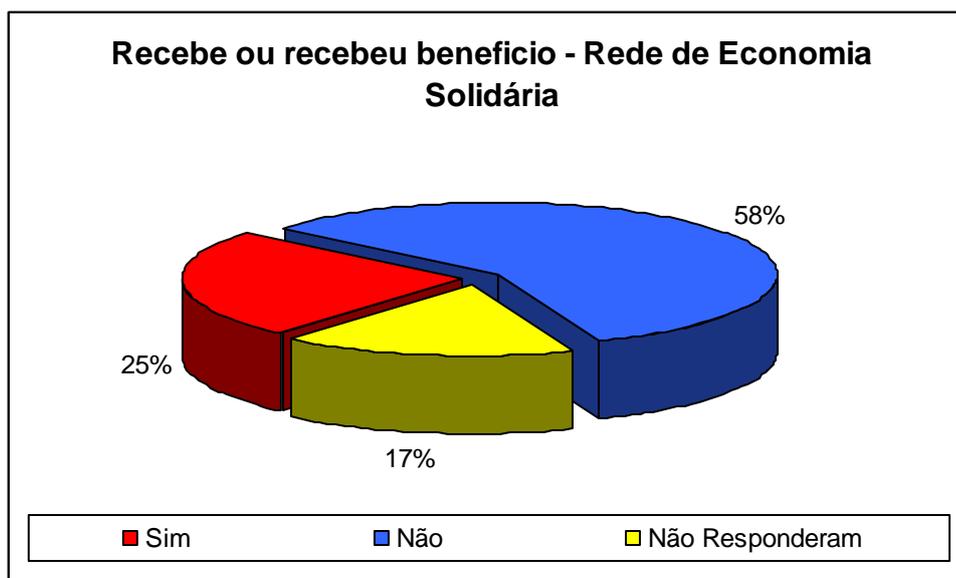


Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

De acordo com a SEMASES, entre os empreendedores que formam a Rede, 25% já receberam algum tipo de apoio por meio de Programas de Transferência de Renda. Esses dados demonstram que a Rede tem permitido a inclusão de trabalhadores e também transformações relativas à geração de renda. O fato de estarem cadastrados entre outros empreendedores da Rede, revela que o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho tem permitido superar a condição de risco social, pois possivelmente tais empreendimentos tiveram origem a partir das possibilidades de geração de renda em atividades autônomas (Gráfico 15). O índice de 17% que não responderam à questão revela a omissão de informações, o que é atribuído pela SEMASES como falta de segurança em revelar se há ou não benefício por parte de programas sociais. Nesta perspectiva, a SEMASES revela,

inclusive, que esse é um critério de seleção e não de desclassificação dos empreendedores a serem beneficiados no caso do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. A prioridade tem sido beneficiar pessoas que estão fora do mercado de trabalho que recebem apoio de Programas de Redistribuição de Renda como Bolsa Escola, Bolsa Família, Segurança Alimentar, entre outros.

Gráfico 15



Fonte: SEMASES
Org: Eberhard, G.

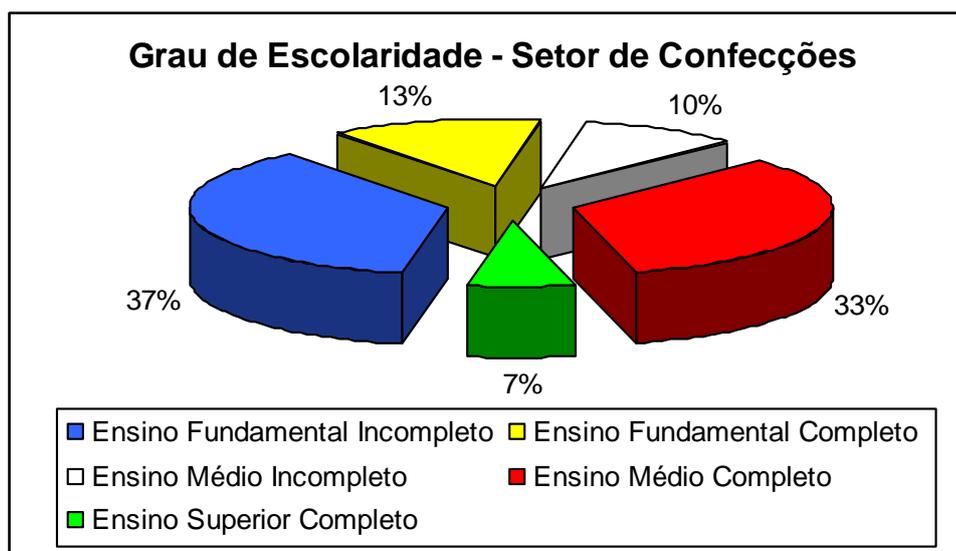
Mas no que diz respeito à Rede de Economia Solidária, os dados que revelam um índice de 58% dos empreendedores que nem são nem foram beneficiários de Programas de Transferência de Renda demonstram que a Rede se constitui de pessoas que aceitam e acreditam nos princípios do Programa de Economia Solidária como forma de organização e conquista de autonomia.

Com relação ao grau de escolaridade dos empreendedores, a pesquisa de campo identificou que 63% possuem o Ensino Fundamental completo. Os outros 37% têm o ensino fundamental incompleto. Esses índices demonstram que entre os empreendedores, existe um nível de escolaridade relativamente alto (Gráfico 16).

Os dados revelam que 33% dos empreendedores estão aptos a ingressarem no ensino superior, pois já possuem o ensino médio completo, e 7% declaram que já possuem o ensino superior. De modo geral, estes dados revelam que os empreendedores do ramo de confecções possuem um grau de escolaridade relativamente bom, o que, provavelmente, influencia de modo direto na capacidade

de organização desse segmento produtivo nas ações da Rede (Gráfico 16). O ensino fundamental se refere às séries de 1º ao 9º ano e os dados levantados pela pesquisa de campo informam que não há entre os empreendedores nem um caso de analfabetismo, o que é de fundamental importância para a organização e sucesso desses empreendedores.

Gráfico 16



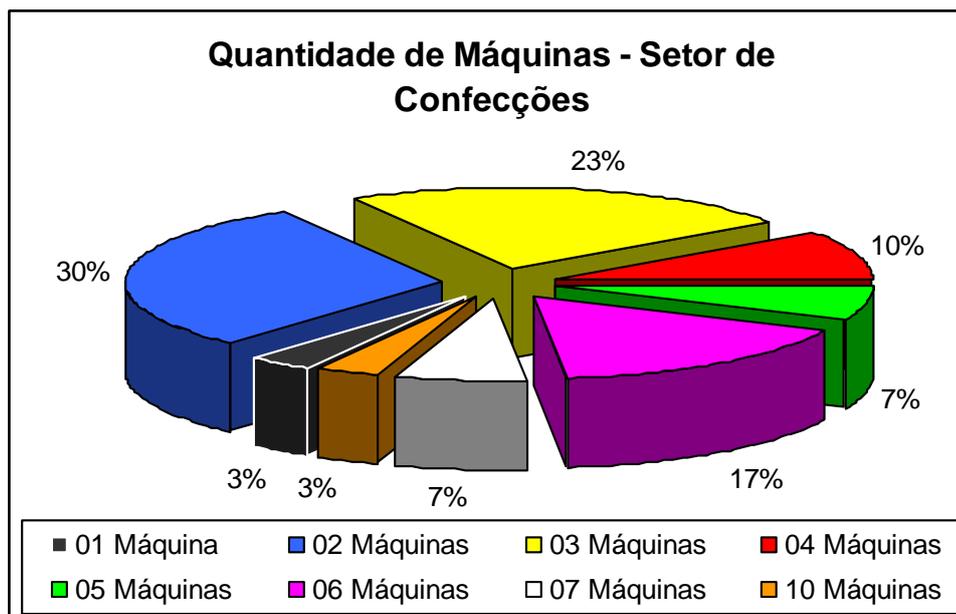
Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Assim, ressaltamos que, apesar de os empreendedores de confecções trabalharem com técnicas relativamente simples, eles estão cientes de que precisam estar atualizados quanto às novas tendências e aos conceitos da moda, bem como precisam dominar as noções mínimas de administração para a elaboração dos preços que devem considerar a matéria-prima gasta e a mão-de-obra empenhada nas peças confeccionadas pelo empreendimento com vistas a calcular o lucro. Assim, o grau de escolaridade pode influenciar na organização do empreendimento, bem como influenciar à assimilação de conceitos de empreendedorismo trabalhados como medida de organização pela Rede de Economia Solidária.

De modo geral, os empreendimentos relacionados à confecções de vestuários são consideradas unidades produtivas, visto que a estrutura mínima para realização da atividade necessita apenas de uma máquina e de alguém que saiba manuseá-la. Constatamos que 66% dos empreendimentos possuem de 1 (uma) a 4 (quatro) máquinas envolvidas no processo produtivo. Essas máquinas utilizadas, geralmente, são de costura simples e reta. Mesmo com um grau de dificuldade

maior, elas permitem a realização de diversos processos da atividade (Gráfico 17). Em comparação às máquinas industriais, que são projetadas para a realização de determinados processos, as máquinas simples desenvolvem atividades menos elaboradas, e com um grau de dificuldade maior elas podem ser utilizadas para serviços de acabamento.

Gráfico 17



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

Nesta perspectiva, podemos dizer que quanto maior o número de unidades de máquinas por empreendimentos, maiores as possibilidades de geração de emprego e renda por meio da atividade. No ramo de confecções, o aumento de produtividade é relativo ao número de trabalhadores e máquinas envolvidas, pois máquinas ociosas não produzem. Assim, de nada adianta o empreendimento estar equipado com diferentes máquinas se as mesmas são utilizadas apenas para dar seguimento as etapas de produção. Uma característica de empreendimentos que produzem em larga escala é que o processo é organizado por meio da realização de etapas, ou seja, cada máquina e trabalhador desenvolvem uma etapa da confecção do produto que passa por diferentes processos e etapas até estar pronto para ser comercializado. O que não ocorre nos empreendimentos em questão, devido ao baixo grau de especialização e por serem pequenos empreendimentos.

A produção é realizada através da interação entre a máquina e o trabalhador. A máquina permite a produção enquanto depende do trabalhador para manuseá-la. Como 74% dos empreendimentos possuem mais de 2 (duas) máquinas e cada máquina é capaz de ocupar um trabalhador, ratificamos a conclusão de que neste processo, ironicamente, a máquina emprega.

Na empresa conhecida como “Passo a Passo”, o empreendedor, Sr. José Severino, conta com 5 (cinco) máquinas²⁹ e pretende realizar financiamento no Banco Pirê para compra de outras máquinas. No entanto, ele e a esposa apenas trabalham no processo de produção da atividade de costura. Assim, enquanto estão trabalhando, outras 03 máquinas ficam ociosas. Essa característica é comum aos demais empreendimentos do segmento na Rede. Neste sentido, avaliamos que existe possibilidade de o referido empreendimento gerar novas ocupações no mercado de trabalho.

Foto 06 – Processo de Produção na empresa “Passo a Passo”



Foto: Eberhard, G.
Fonte: Pesquisa de Campo

Detectamos que 23% dos empreendimentos declararam que possuem 3 (três) máquinas. Os empreendedores revelam que 2 (duas) unidades são consideradas máquinas domésticas e a terceira é industrial e demonstram a importância desse equipamento mais aprimorado para a realização do acabamento das peças. Assim, enquanto duas pessoas fazem o processo mais trabalhoso, uma

²⁹ 01 Overloque, 01 Galoneira, 01 Reta Industrial, 01 Interloque e 01 Zig Zag

terceira pode ser envolvida para se dedicar a realização do processo de acabamento das peças confeccionadas.

Um número maior de trabalhadores pode ser envolvido se os empreendimentos organizarem o modelo de produção por etapas, onde a confecção é realizada em um processo gradual, em que cada unidade produzida passe por diferentes fases da produção como, por exemplo, desenvolvimento dos modelos, corte do tecido para a confecção da peça planejada, costura das partes a comporem a peça, união das diferentes peças e o processo final de acabamento de barras e costuras. Estas etapas serão complementadas pelo processo que envolve a separação por modelos, tamanhos, colocação de etiquetas de identificação do fornecedor e da peça, lançamento no estoque, colocação de preços, arrumação em embalagens e, por fim, comercialização. A atividade tem potencial de envolver trabalhadores de modo direto e indireto na produção e também na comercialização. No entanto, é evidente que em muitos casos os trabalhadores envolvidos são os próprios familiares que participam da atividade sem formalidades, pois a relação de emprego não é formalizada, mesmo porque a participação é esporádica, acontecendo de acordo com a necessidade do empreendimento e o tempo livre do ajudante.

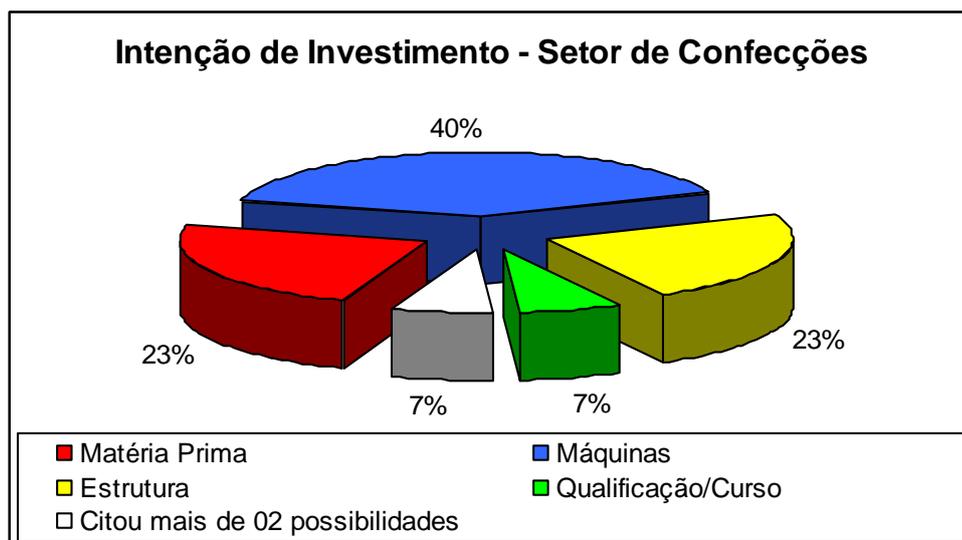
Assim, os empreendedores afirmam que a participação de outras pessoas na atividade acontece de maneira esporádica, ocorrendo em função da demanda. Observamos que outras pessoas somente são envolvidas em função da necessidade de atender pedidos, e desse modo são realizados acordos que redistribuem o serviço às outras costureiras. Essa é uma das possibilidades citadas diante da necessidade de honrar com os prazos e pedidos. Mas os empreendedores revelam que se possuíssem mais máquinas poderiam contratar temporariamente outras costureiras para assim poderem acompanhar o processo e a qualidade, mas há, em relação a isso, a preocupação com a qualificação da mão-de-obra a ser envolvida no processo.

Na pesquisa de campo muitos empreendedores revelaram intenções de realizar investimentos com relação à atividade para diversificar a produção e oferecer produtos mais elaborados, de modo que 40% dos empreendedores pretendem investir na compra de máquinas especiais para desenvolver modelos e detalhes que diferenciem seus produtos dos demais produtos da Rede. Há a preocupação em oferecer qualidade e aumentar a capacidade produtiva (Gráfico

18). Outro item apontado é com relação à aquisição de matéria-prima para a confecção, pois o custo da produção está diretamente ligado ao estoque de matéria-prima. Nesta perspectiva, a compra e manutenção do estoque em grande quantidade permitem maior lucro, pois permite facilidades de pagamento.

Devido ao montante de capital a ser investido, há dificuldade em realizar compras em grande quantidade. Os dados do Gráfico 18 demonstram as intenções de investimentos para com a atividade. Os empreendedores citam, por exemplo, cursos de qualificação, melhorias na estrutura do local onde as atividades são realizadas, sendo que 7% dos empreendedores não conseguiram definir uma prioridade, citando mais de um item. Isso é reflexo das dificuldades e necessidades enfrentadas.

Gráfico 18



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

4.1 Banco Pirê – Setor de Confeções

Os empreendedores do setor de confecções apresentam como necessidade a aquisição de novas máquinas de costuras, o que demonstra o objetivo de dar continuidade as atividades do empreendimento. Dentre os entrevistados, 40% declaram necessidades nessa modalidade, enquanto os demais citam outras

necessidades como, por exemplo, investimentos relativos à estrutura onde as atividades são desenvolvidas.

Neste sentido, uma característica comum aos empreendedores é que as atividades de costura são realizadas em casa, onde a estrutura é improvisada a partir da utilização de um dos cômodos da residência. Apenas 6,6% dos empreendimentos realizam suas atividades em salas comerciais. Em um dos casos, o empreendedor faz uso de uma das salas da estrutura do CRAS do Canaã I³⁰ (Foto 07). O local é cedido temporariamente ao empreendedor que produz e revende uniformes. De acordo com o empreendedor, o prazo dele já está chegando ao fim, e por isso terá que transferir a atividade para outro local.



Foto 07 – Loja e Empreendimento “Passo a Passo” no CRAS do Canaã I
Foto: Eberhard, G.
Fonte: Pesquisa de Campo

Outro empreendimento onde as atividades são realizadas em salão comercial é o Ateliê de Costura M&D que realiza costura por encomenda, atendendo aos pedidos de costura sob medida ou realizando consertos e reformas em geral. De acordo com a empreendedora Dolores Maria Bruneto, o ateliê foi montado no centro para atender os encaminhamentos de serviços das lojas de confecções que repassaram para a costureira o serviço dos ajustes necessários em peças já vendidas. No caso do ateliê M&D, a empreendedora paga aluguel do salão onde as

³⁰ Estrutura onde a SEMASES oferece e concentra as atividades de Assistência Social.

atividades são realizadas, e declara não ter sócios, mas realiza as atividades no ateliê em parceria com amigas e a filha. A principal atividade do empreendimento é a prestação de serviços, que envolve 06 pessoas. Na entrevista constatamos que, quando não há pedido de serviço para entregar, as costureiras produzem peças avulsas destinadas à venda. Os produtos destinados à comercialização são peças de roupas que acompanham a tendência da moda. Nesta perspectiva, a empreendedora revela dificuldades com relação à compra de matéria-prima, pois o comércio de Dourados não oferece produtos para o tipo de produção pretendida pela empreendedora. Assim, ela destaca que quando precisa vai buscar fora de Dourados e avalia que o investimento compensa quando a compra é em grande quantidade, mas para isso necessita de capital de giro, o qual é conseguido por meio de empréstimos realizados no Banco Pirê. Neste sentido, a empreendedora em questão destaca a importância do Banco que apóia a Rede, elogia e destaca que sempre está em contato com o Banco, pois seu ateliê fica na mesma galeria que o Banco (Foto 08).



Foto 08 – Ateliê de Costura M&D e o Banco Pirê
Foto: Eberhard, G. (2007)
Fonte: Pesquisa de Campo

De modo geral, os empreendedores do segmento de confecções da Rede de Economia Solidária demonstram restrita capacidade de investimentos e muitos atribuem vantagens de estarem cadastrados na Rede devido às possibilidades de

realizar financiamentos através da ONG. Por esta razão, o Banco Pirê tem se mostrado de fundamental importância, pois é através do crédito oferecido pela ONG que os participantes do segmento de confecções têm a possibilidade de realizar compra de máquinas e matéria-prima. Assim, o Banco tem sido colocado para a Rede como instrumento alternativo para crédito. A pesquisa de campo revelou que 100% dos empreendedores fazem referência ao Banco da ONG. Os que não fizeram financiamento pretendem realizá-lo para investir no empreendimento.

O Banco Pirê diante dos demais agentes do sistema bancário é o que melhor tem conseguido apoiar os empreendimentos. No entanto, para a realização do empréstimo o banco exige que o possível cliente seja cadastrado na Rede, e que esteja atuante. A liberação das finanças solidárias, nome atribuído ao modelo de empréstimos, é realizada mediante o índice de participação e grau de envolvimento do empreendedor com a Rede, assim como as participações das reuniões realizadas dentro do Programa de Economia Solidária da SEMASES. A participação das reuniões é uma exigência para liberação de recursos da ONG.

Neste sentido, o Banco Pirê tem permitido a muitos empreendedores do segmento de confecções realizarem investimentos voltados à continuidade das atividades produtivas. Os financiamentos realizados pela ONG são destinados a compras de equipamentos e matéria-prima. O recurso da ONG é utilizado para dar suporte à organização da Rede e, por isso, a ONG tem atuado em parceria com a Rede e a SEMASES na organização do modelo de Economia Solidária em Dourados-MS.

A ONG “Mulheres em Movimento” realiza financiamentos e empréstimos para a Rede, desde o ano de 2004. Neste período, segundo os dados da ONG, até o final de 2007, o Banco havia realizado 295 empréstimos. Essa e outras informações podem ser visualizadas no Quadro 08.

Quadro 08 - Transações do Banco Pirê

Ano	Nº. de financiamentos liberados	Valor Total para a Rede	Valor total para o Segmento de Confecções	% Confecções
2004	54	R\$ 56.322,76	R\$ 12.850,00	23%
2005	111	R\$ 132.240,50	R\$ 18.273,00	14%
2006	55	R\$ 55.127,00	R\$ 14.872,00	27%
2007	75	R\$ 89.714,04	R\$ 27.228,04	30%
	295	R\$ 333.404,30	R\$ 73.223,04	22%

Fonte: Relatórios da Ong Mulheres em Movimento
Org.: Eberhard, G.

Desse total, 22% do valor liberado na forma de financiamento foram destinados ao segmento de confecções, totalizando no período de 4 (quatro) anos, o valor de R\$ 73.223,94 para o segmento. Os valores emprestados variam de acordo com as necessidades do empreendedor. Do mesmo modo, o número de parcelas para o pagamento é proposto pelo empreendedor, levando em conta sua capacidade de quitação. Essa flexibilidade do Banco Pirê se deve ao fato de a ONG ter criado o Banco para atender exclusivamente a Rede.

Lenita Gripa, a presidente da ONG, declara que o objetivo é incentivar o desenvolvimento dos empreendimentos e, para isso, tem atuado para evitar que os empreendedores realizem empréstimos muito altos. Diante disso, o Banco cobra taxas de juros diferenciadas, levando em conta o valor financiado. Quanto maior o valor financiado, maiores os riscos do Banco e nesse sentido os juros mais altos são medidas criadas a fim de evitar o endividamento e o comprometimento da renda gerada pelos empreendedores.

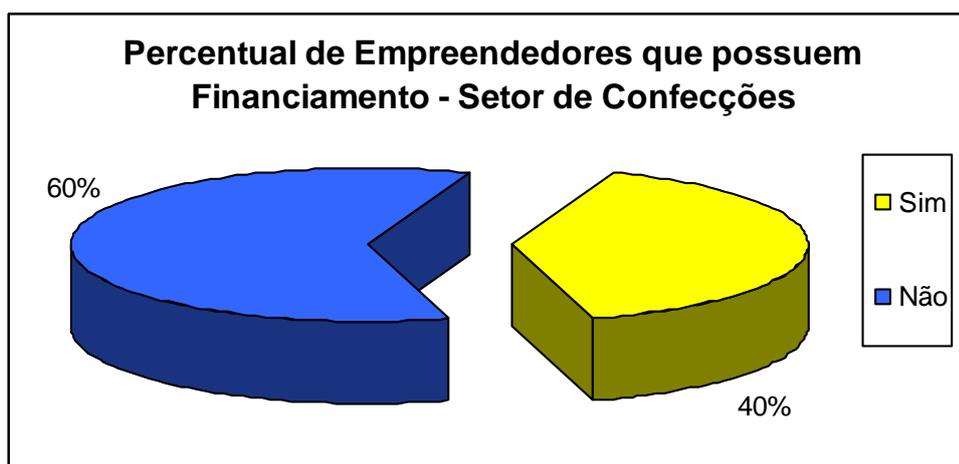
O objetivo da ONG é desestimular empréstimos a longo prazo e, conseqüentemente, evitar que o pequeno empreendedor comprometa a renda e a atividade.

A liberação dos empréstimos depende, inicialmente, da capacidade financeira da ONG. Todos os casos são analisados pela diretoria que se reúne para avaliar as liberações, os valores, a viabilidade do financiamento e a capacidade de pagamento, já que, muitas vezes, os empreendedores podem solucionar suas dificuldades sem a necessidade de financiamento. O prazo para a quitação do empréstimo varia de acordo com a proposta do próprio empreendedor, que determina sua capacidade de pagamento. O valor do juro a ser cobrado é calculado sobre o valor do empréstimo e não com relação ao tempo e número de parcelas, como nos bancos tradicionais. A liberação de novos empréstimos é permitida mediante a quitação de empréstimos vigentes.

Ao questionarmos os empreendedores a respeito da realização de empréstimos e financiamentos, somente o Banco Pirê foi citado como instituição financeira. Alguns revelam investimentos de recursos próprios, porém a ONG é citada como responsável por empréstimos realizados para aquisição de máquinas. Dos entrevistados, 40% declaram já terem feito financiamentos na ONG, entre estes, 58% destinaram o recurso para a compra de máquinas, o que revela a necessidade e preocupação por parte dos empreendedores em continuarem produzindo e através

da aquisição de máquinas aumentarem a capacidade produtiva (Gráfico 19). Os outros 42% dos empreendedores com empréstimos realizados na ONG declararam ter destinado o recurso para a compra de matéria-prima, visto que no segmento de confecções essas são as únicas modalidades.

Gráfico 19



Fonte: Pesquisa de Campo
Org: Eberhard, G.

O Banco Pirê, ao apoiar empreendimentos da Rede de Economia Solidária, tem permitido não apenas o fortalecimento da Rede, mas sim de pequenos empreendimentos que têm como característica comum e dominante o fato de serem empresas informais. Vale destacar que o Banco foi criado, nesse contexto local, justamente para garantir o acesso ao crédito a empreendimentos da Rede que atuam no segmento de confecções gerando emprego, renda e autonomia aos envolvidos com as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desta pesquisa, analisamos uma política pública pautada no discurso de Economia Solidária, que se propõe a estimular a geração de renda por meio de atividades produtivas autogestionárias para superar condições de exclusão social vivenciada pelos trabalhadores desempregados; situação resultante do modelo produtivo que diante do avanço técnico e científico nas atividades industriais tem substituído mão-de-obra humana por máquinas. Assim, diante da falta de emprego, os trabalhadores vivenciam condições de exclusão, o que é resultante do fato de não participarem do mercado de consumo, o qual é composto por mercadorias de alimentação, moradia, cultura, educação, transporte, lazer, etc.

A não-satisfação de necessidades básicas como a moradia e a alimentação, por exemplo, é a mais grave de todas, pois ao não terem acesso à moradia e à alimentação, os indivíduos acabam se privando de condições mínimas de sobrevivência, colocando em risco inclusive sua reprodução enquanto espécie humana. Nesse contexto degradante, o Poder Público, por meio de programas sociais atua com Programas de Transferência de Renda que são doações para amenizar a condição de exclusão, visto que garantem apenas a sobrevivência. Assim, o Estado tem atuado nas diferentes escalas de governo (municipal, estadual e nacional), através de programas como o Bolsa Escola, Bolsa Família, Segurança Alimentar e outros Programas de redistribuição de renda. Nesta perspectiva, realizamos por meio deste trabalho, a análise de um dos Programas da Política Pública de Assistência Social, Geração de Renda e Trabalho do Governo Municipal de Dourados-MS, na gestão do Prefeito José Laerte Tetila (PT) durante os mandatos de 2001 – 2004 e 2005 - 2008.

Verificamos que em Dourados-MS, os programas de assistência social são complementados com outros programas que se propõem, dentro da lógica de governo, a estimular os trabalhadores desempregados a superarem a condição de dependência dos programas assistencialistas, através da geração de trabalho e renda. Deste modo, a análise realizada pela pesquisa considerou os Programas Coletivos de Qualificação para o Trabalho e Economia Solidária desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SEMASES) em Dourados-MS. Vale ressaltar que a proposta dos programas em questão prevê a

qualificação de trabalhadores para estimular o desenvolvimento de atividades produtivas e, assim, a organização das atividades por meio de um modelo de Economia Solidária a partir do interesse dos trabalhadores envolvidos.

Em Dourados, a administração municipal trabalha em ações conjuntas para o enfrentamento da pobreza a partir da geração de renda. Neste sentido, como já afirmamos, a proposta de governo alia políticas de assistência social a programas de geração de renda a partir do trabalho. São realizadas ações para promover a superação da condição de dependência criada pelos trabalhadores em relação aos Programas de Transferência de Renda. Assim, a proposta da administração municipal de Dourados é qualificar os trabalhadores desempregados para inseri-los no mercado de trabalho para geração de renda. Inicialmente, a SEMASES oferece cursos de qualificação para o trabalho destinado a trabalhadores desempregados atendidos por programas de transferência de renda e, posteriormente organiza ações para o fortalecimento de pequenos empreendedores que passaram a desenvolver atividades produtivas após o processo de qualificação e capacitação do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho. De forma a complementar as ações de qualificação, a SEMASES desenvolve o Programa de Economia Solidária que visa organizar e fortalecer os pequenos empreendimentos informais, dentre os quais, os que iniciaram suas atividades por meio do processo de qualificação.

Assim, neste trabalho, a temática da Economia Solidária é analisada sob a perspectiva de um programa de governo que desenvolve ações pontuais para enfrentar a exclusão social estabelecida pela falta de emprego. Verificamos que o Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho oferece cursos para que a partir da qualificação, trabalhadores desempregados ingressem no mercado de trabalho ou desenvolvam atividades produtivas por meio de pequenos empreendimentos. Neste sentido, o Programa de Economia Solidária oferece aos empreendedores uma proposta de organização a partir da Rede de Economia Solidária, que por meio de uma parceria entre a SEMASES e a ONG “Mulheres em Movimento” oferece cursos e incentivos voltados especificamente para os empreendimentos solidários que compõem a Rede de pequenos empreendimentos apoiados e formados pelo Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho.

É possível afirmar que a Economia Solidária é base discursiva para o fortalecimento de empreendimentos que realizam suas atividade na informalidade. A Economia Solidária realizada como programa de governo é pautada no estímulo à

solidariedade entre os empreendedores informais, estabelecendo como resultado uma rede de relações, que é chamada pelo Programa de Rede de Economia Solidária. Os empreendedores e trabalhadores apoiados pelos Programas da SEMASES passam por um processo que o Programa chama de *Educação Cidadã*, onde são realizadas reuniões para trabalhar princípios de Economia Solidária e assim induzir os pequenos empreendedores a construir um projeto de economia que permita o fortalecimento dos empreendedores a partir de ações de mutualidade e cooperação. As oficinas realizadas no Eixo Educação Cidadã trabalham e discutem com os empreendedores os princípios do capitalismo, questionando as prioridades e assim reconstruindo objetivos comuns ao grupo que forma a Rede de Economia Solidária. A Rede estimulada pelo Programa de Economia Solidária se organiza a partir da identificação de princípios de organização onde a solidariedade orienta as ações. O capitalismo e a Economia Solidária são confrontados, discutidos e questionados para promover uma redefinição de prioridades na comunidade envolvida.

Assim, em Dourados, a Economia Solidária se coloca como um programa desenvolvido pelo poder público, mas tem se efetivado a partir do envolvimento dos empreendedores e trabalhadores que identificam na proposta a possibilidade de organização para enfrentar a concorrência com demais empreendimentos. A Economia Solidária como projeto se efetiva através da Rede de Economia Solidária, pois através da Rede, os empreendedores envolvidos assumem o papel de consumidores solidários, o que permite a prática da solidariedade como opção de consumo e produção. Dessa maneira, a política pública de Economia Solidária em Dourados tem permitido que os empreendedores locais tenham mercado consumidor garantido a partir da cooperação dos demais empreendedores da Rede. Neste sentido, identificamos que a Economia Solidária não promove o rompimento com as práticas do capitalismo, pois é uma adaptação frente às dificuldades vivenciadas e estabelecidas dentro da sociedade capitalista, marcada pela concorrência e pelo individualismo.

A Rede de Economia Solidária estudada é formada a partir de um processo de cadastramento de empreendedores que participam do Programa de Economia Solidária. São 249 empreendimentos locais que produzem diversos produtos em diferentes atividades, as quais estão organizadas em segmentos de produção. Os empreendedores, de modo geral, atuam isoladamente no processo de produção,

mas são incentivados a consumir produtos da Rede, o que promove o fortalecimento de outras atividades que a compõem. Dentre os segmentos organizados, verificamos que o segmento de confecções é composto por atividades mais homogêneas, o que tem permitido que se destaque entre os demais devido ao nível de organização e cooperação dos empreendedores. As atividades são desenvolvidas, em geral, em um dos cômodos da residência do empreendedor. A homogeneidade dessas atividades se dá, em especial, devido ao fato de que os produtos são parecidos e a produção obedece à necessidade de estrutura básica: máquina e controlador. O destaque com relação ao segmento de confecções é que o mesmo já organizou uma microempresa, a qual é composta por 16 empreendedores que formam em seu conjunto a *PirêVest* dentro da Rede de Economia Solidária.

Neste sentido, os dados revelam que as empresas do segmento de confecções são de pequeno porte, com pouco capital de giro e estrutura bastante simples visto que na atividade de confecções, a produção se dá de forma quase artesanal ou com tecnologia restrita. As necessidades para a produção se limitam à existência de máquinas de costura, que em geral é de fácil acesso e as noções de costura que são de fácil assimilação. A máquina depende das ações do trabalhador que a controla no processo de costura, inclusive, nesse segmento, o trabalhador é condição para a máquina trabalhar e, logo, produzir e, por isso, observamos que, ao fortalecer os pequenos empreendimentos, o programa de Economia Solidária tem realizado o seu objetivo de incluir e manter trabalhadores no mercado de trabalho a partir da qualificação realizada pelo Programa Coletivos de Qualificação para o trabalho.

Mesmo que essa inclusão seja realizada no mercado informal, vale destacar que por meio dessas ações muitos trabalhadores têm superado a condição do desemprego, pois passaram a gerar renda em atividades muitas vezes consideradas domésticas. Deste modo, consideramos que o apoio oferecido aos pequenos empreendedores com a oferta dos cursos demonstra a necessidade da realização desse processo como forma de estimular a organização e manter atuantes os pequenos empreendimentos na economia local, que geram empregos e diversificam os produtos oferecidos no comércio. Ao beneficiar pequenos empreendedores que já desenvolviam alguma atividade, o governo municipal de Dourados, através dos Programas desenvolvidos pela SEMASES, admite a importância dos pequenos empreendimentos na economia local, reconhecendo que a participação dos

pequenos empreendedores não é apenas viável, mas é também necessária para que os mesmos possam melhorar suas técnicas e oferecer produtos de melhor qualidade ao mercado local. Assim, a organização e efetivação da Rede de Economia Solidária, em Dourados-MS, oferecem novas possibilidades de organização para enfrentar a concorrência e a pressão existente dentro do atual modelo de organização, onde as empresas capitalistas competem rigorosamente com as concorrentes, pressionando inclusive sua extinção do mercado. No tocante à Rede, vale destacar o papel da participação da ONG “Mulheres em Movimento” que tem desenvolvido ações de apoio e fomento aos empreendimentos estimulando o fortalecimento da Rede na economia local.

Reiteramos que enquanto política pública os Programas Coletivos de Qualificação para o Trabalho e Economia Solidária são iniciativas de um governo³¹, que por meio desses programas vêm realizando ações que permanecerão a longo prazo, uma vez que tem se permitido realizar ações que repercutem mudanças de conceitos, prioridades e princípios econômicos. As ações têm sido desenvolvidas a partir do ideário criado num processo de educação cidadã que permite a construção de bases para um novo modelo, que no caso é a Economia Solidária.

Levando em conta que é uma política de governo, o qual poderá ser substituído e, conseqüentemente, poderão vir outras prioridades, a construção da Rede de Economia Solidária, em Dourados, já está efetiva e continuará efetiva no futuro devido à existência de uma ONG que tem se proposto a dar suporte contínuo aos empreendedores da Rede. Neste sentido, ressaltamos que houve em Dourados-MS o processo de construção de uma Rede, não apenas de Economia Solidária, mas sim de paradigmas orientados e pautados na solidariedade. É sim uma proposta de governo, mas pode superar a instância e a duração do período de governo, e assim assumir o papel de um modelo de organização social. Deste modo, observamos a existência de possíveis alternativas de organização da sociedade, a partir das próprias contradições inerentes à sociedade capitalista.

³¹ Cujo governante vincula-se a um Partido de esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: Alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.

BANCO PIRÊ. Disponível em: <<http://www.bancopire.org>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

CRUZ-MOREIRA, J. R. Cooperativas Populares de Confecção de São Paulo In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; & DAKUZAKU, R. Y. (orgs) **Uma Outra Economia é Possível**: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social** - Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Autores Associados, 2002.

DOURADOS (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária – SEMASES – **Relatório do Programa de Economia Solidária**. Dourados, 2008.

DOURADOS (Município). Prefeitura Municipal de Dourados. **Notícias**. 04 abril 2005. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/comunicacao/not-view.php?not_id=4319>. Acesso em: 01 fev. 2008.

DOURADOS (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária – SEMASES – **Relatório do Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho**. Dourados, 2007.

EBERHARD, G. **Desenvolvimento Local e Inclusão Social**: O Programa de Apoio ao Pequeno Empreendedor – PAPE no Governo Municipal de Dourados – MS (2001-2004) – Monografia de Graduação em Geografia – UFMS, 2004.

EBERHARD, G. **O Banco do Povo e o Ramo de Confecções de Vestuário em Dourados-MS**: contexto e perfil dos contemplados – Relatório Final de Iniciação Científica UFMS/PIBIC – CNPq, 2004.

EBERHARD, G. **O Papel do Banco do Povo**: contexto, objetivos e perfil dos contemplados – Relatório Parcial de Iniciação Científica UFMS/PIBIC – CNPq, 2003.

FIEMS - Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul. **Parceria da Prefeitura de Dourados com Sistema Fiems qualifica 8,2 mil trabalhadores.** Disponível em: <<http://www.fiems.org.br/noticia.php?id=15007>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

GAIGER, L. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRCS, 2004.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (Orgs.) **Mapa do Trabalho Informal:** Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

KANITZ, S. O fim das pequenas Empresas-Ponto de Vista. **VEJA**, ano 37, nº 11, São Paulo, p. 20, abril, 2004.

MELO, A. B. T. **Novos movimentos sociais e economia solidária:** uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, L. V. N. **Economia Solidária e Conjuntura neoliberal:** desafios para as políticas públicas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual de Mato Grosso do Sul. Notícias. 29 abr. 2004. Disponível em: <http://www.ptms.org.br/noticias/view.htm?ma_id=29830>. Acesso em: 01 fev. 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego:** diagnósticos e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO

ANEXO B – CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS

ANEXO C – EMPRESAS DA PIRÊVET

ANEXO D – FINANCIAMENTOS LIBERADOS PELO BANCO (2004-2007)

**ANEXO E – RELATÓRIO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA
SEMASES**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)